

Fernando de Jesus Monteiro do Reis Pires

Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha
em Cabo Verde
Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano
Séc. XV – Séc. XVIII

Câmara Municipal da Praia

2004

Ficha Técnica da Edição

Ficha Bibliográfica

Índice

Apresentação	1
Nota Prévia	3
Introdução	5

I PARTE

Evolução e História

Cap. 1	
DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA	
1.1 Primeiro Tempo – O Ensaio do Povoamento (séc. XV)	15
1.2 Segundo Tempo – O Investimento Estratégico no Espaço (séc. XVI e XVII).	33
1.3 Terceiro Tempo – A Cidade Velha e a Praia (séc. XVIII).	54

II PARTE

Análise do Espaço Urbano

Cap. 1	
METODOLOGIA DE ABORDAGEM	
1.1 Tratamento da Cartografia e as Plantas Base da Análise Formal	69
1.2 Métodos de Análise, Conceitos e Instrumentos de Leitura	72
Cap. 2	
LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO URBANA	
2.1 Factores Condicionantes da Localização do Núcleo	85
2.2 Elementos Determinantes da Forma do Núcleo	91
2.3 Topografia Local	94
Cap. 3	
FORMA E ESTRUTURA URBANA	
3.1 Os Eixos Geradores do Tecido Urbano e os Eixos de Expansão da Cidade	101
3.2 As Diversas Etapas do Crescimento Urbano	108
3.3 As Áreas Urbanas (Bairros)	116

Cap. 4	
MALHA URBANA	
4.1 A Estrutura da Malha Urbana	119
4.2 A Estrutura Viária	126
Cap. 5	
DENSIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO	
5.1 Loteamento	135
5.2 Análise da Estrutura de Loteamento	143
5.3 Edificação e Ocupação do Solo	162
5.4 Espaços Públicos	168
Cap. 6	
IMAGEM DA CIDADE	
6.1 Análise Pitoresca	171
6.2 Elementos Marcantes da Paisagem Urbana: Fortificações e Igrejas	180
CONCLUSÃO	191
BIBLIOGRAFIA	203
ANEXOS	
1. Dados Cronológicos	209
2. Sequência de Técnicos em Cabo Verde Séculos XVII-XVIII	215
3. Iconografia Levantada	217

Apresentação

Nota Prévia

Esta edição é, na essência, uma adaptação feita à dissertação de mestrado apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa no âmbito do Mestrado em Desenho Urbano com o título “Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde - *Análise Histórico Formal do Espaço Urbano (Séc. XV - Séc. XVIII)*”. Com a orientação do Prof. Doutor Arquitecto Manuel C. Teixeira, a dissertação foi defendida em Outubro de 1999, tendo como membros do júri o Prof. Doutor Arquitecto Nuno Portas e o Prof. Doutor Roque Amaro. A todos, os meus agradecimentos.

Todos os trabalhos são feitos com muitas colaborações e este não foi, obviamente, uma excepção à regra. Embora não seja possível mencionar todos aqueles que, de variadas maneiras, contribuíram para a sua realização, cumpre-me expressar a minha especial gratidão aos que, de perto, acompanharam o desenvolvimento desta edição.

Em primeiro lugar ao Dr. António Correia e Silva, agradeço à ajuda profissional e a amizade pessoal, ambas absolutamente imprescindíveis para que o trabalho e esta edição se cumprissem, assim como o especial incentivo da Dra. Zelinda Cohen e o seu apoio específico na organização dos dados cronológicos.

Em Cabo Verde, agradeço ainda a ajuda dos Drs. Mário Fonseca, Carlos Carvalho e Verónica Feire, que me abriram as portas da Cidade Velha.

A nível institucional cumpre-me agradecer ao ISCTE, que acolheu a realização da dissertação e ao Instituto Nacional de Cultura, em Cabo Verde, pelo apoio prestado aquando da minha estadia em Santiago. A Câmara da Cidade da Praia, na pessoa de....., muito agradeço a iniciativa desta edição.

Introdução

As motivações que levaram à realização deste estudo intitulado "Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde - *Análise Histórico Formal do Espaço Urbano (Séc. XV - Séc. XVIII)*", estão relacionadas com algumas características específicas do núcleo em causa. O próprio título do trabalho revela, de certo modo, a transformação sofrida pelo espaço da antiga cidade da Ribeira Grande em Cabo Verde, que depois de ter sido a capital do arquipélago foi abandonada e passou a designar-se "Cidade Velha".

Apesar disso, a Ribeira Grande é uma cidade referencial no universo urbanístico português, embora a dimensão do seu significado supere a própria dimensão física do núcleo. Foi a primeira cidade a ser construída pelos portugueses nos trópicos, ou talvez a única da época se, por conveniência nossa, não incluirmos no nosso conceito as praças fortificadas do norte de África ou a "cidade fortificação" de S. Jorge da Mina. É importante também pelas características específicas da sua localização e do seu espaço urbano. Ao contrário das suas congéneres no continente africano, foi uma cidade aberta, fundada com intuito de fixação e colonização do território. Com efeito, talvez tenha sido uma cidade efémera. Mas, no seu curto espaço de vida, soube representar o papel que lhe coube.

O estudo proposto consiste portanto, numa análise histórico-formal do espaço urbano da Ribeira Grande e da sua consequente transformação em Cidade Velha. Deverá por isso assumir, por um lado, um discurso narrativo, que tenta recriar a história da cidade e do seu espaço urbano, inserindo-a nos contextos a que pertenceu ao longo do tempo, com todos os actores que, de uma forma ou doutra, acabaram por ser relevantes no seu processo evolutivo. Por outro lado, a

análise em si do espaço urbano exige um tratamento mais formal que discursivo. Neste sentido, optou-se pela estruturação do trabalho em duas partes: a primeira parte designada EVOLUÇÃO E HISTÓRIA, e a segunda ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO.

A primeira parte do trabalho compõe-se de um único capítulo que abrange as três grandes fases da evolução do núcleo dentro das balizas do tempo que nos propusemos a trabalhar. Os itens deste capítulo são assim identificados como *Primeiro Tempo*, *Segundo Tempo* e *Terceiro Tempo*.

O PRIMEIRO TEMPO - *O Ensaio do Povoamento* - corresponde à segunda metade do século XV, e abarca o período que decorre desde o achamento das ilhas até à consolidação do primeiro núcleo populacional no arquipélago.

O SEGUNDO TEMPO - *O Investimento Estratégico no Espaço* - engloba o século XVI e o século XVII. Este "tempo", abrange o período de maior crescimento da cidade. Devido à sua posição no quadro da rede comercial instalada no Atlântico, e beneficiando do cruzamento de rotas tanto para a Índia quanto para a América, a Ribeira Grande viu surgirem as condições económicas favoráveis que permitiram um maior investimento no espaço urbano. No entanto, é também neste período que se começaram a desenhar os primeiros cenários da crise que, mais tarde, viria assolar as ilhas e, principalmente, a cidade, colocando-a numa situação de decadência acentuada.

O TERCEIRO TEMPO - *A Cidade Velha e a Praia*, abarca o século XVIII. É o período em que a Ribeira Grande já se encontrava mergulhada na crise profunda, iniciada desde a segunda metade do século XVII, e que a transformaria em Cidade Velha. Paralelamente a este processo, começava a emergir e a sair do anonimato uma outra vila, nas cercanias da Ribeira Grande, que parecia oferecer todas as condições para absorver a centralidade que a Ribeira Grande vinha perdendo. Para além da crise interna em que se encontrava, com o seu espaço

urbano em ruínas e com as actividades económicas paralisadas, a cidade teve que disputar o título e a primazia do arquipélago com a nova e prometedora Vila da Praia.

Como se pode verificar, a intenção deste tipo de abordagem é a de acompanhar os processos paralelos que provocaram rupturas no espaço urbano. Também é importante sublinhar que a crise urbana só surgiu depois de todos os outros sectores terem entrado em crise. O entendimento do espaço urbano não pode ser visto só do ponto de vista do desenho, pois a cidade depende de diversos processos complexos dos quais fazem parte outros actores e outras disciplinas que, em conjunto, participam na criação e na sustentação da vida de um núcleo urbano.

As questões directamente ligadas à instalação e à evolução formal do núcleo serão tratadas na segunda parte do trabalho, designada ANÁLISE DO ESPAÇO URBANO.

Esta segunda parte tem como base documental, essencialmente, a cartografia relativa à Ribeira Grande que foi localizada nos arquivos portugueses, nomeadamente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM) e nos Serviços Cartográficos do Exército (SCE). No Arquivo Histórico Ultramarino encontra-se a maior parte da documentação respeitante à Ribeira Grande sendo na sua maioria plantas da autoria de António Carlos Andrea. Deve-se a este capitão de Infantaria, com exercício de engenheiro, praticamente toda a cartografia manuscrita do século XVIII existente sobre as ilhas, que foi realizada durante a sua estadia de mais de doze anos em Cabo Verde e Guiné. Há ainda outras plantas da cidade, do mesmo autor, que se encontram no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar.

Também foram localizadas algumas plantas do século XVIII na Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP). Trata-se, essencialmente, de cartografia manuscrita referente às várias ilhas do arquipélago. No entanto, a maioria dessas plantas estão inacabadas e foram pouco esclarecedoras para o estudo em causa. Nos Serviços Cartográficos do Exército, existem levantamentos do arquipélago realizados nos anos sessenta do século XX.

Os serviços Cartográficos da Câmara Municipal da Praia (SCCMP) forneceram-nos os dois últimos levantamentos da Cidade Velha datados respectivamente de 1968 e 1996. O primeiro (1968) trata-se de um levantamento topográfico onde é possível visualizar as curvas de nível com as respectivas cotas altimétricas, do qual nos foi cedida uma planta à escala de 1/2500. Nessa planta é possível visualizar todo o núcleo urbano remanescente, incluindo as ruínas de alguns edifícios antigos que faziam parte da cidade da Ribeira Grande, e outros que foram posteriormente acrescentados. A segunda planta, cedida pela Câmara Municipal da Praia (1996), é um levantamento planimétrico da Cidade Velha à escala 1/1000 e não inclui informações relativas à altimetria do lugar. A planta representa as ruínas dos antigos edifícios com mais rigor do que a primeira, o que muito facilitou na transposição da escala entre a cartografia antiga e a contemporânea.

Foi esta documentação cartográfica que permitiu elaborar o que identificamos por plantas base. O processo seguido para a elaboração destas plantas, assim como a metodologia utilizada na análise do espaço urbano é explicada no primeiro capítulo da segunda parte do trabalho.

Em seguida, e ao longo de seis outros capítulos, serão analisados todos os elementos mais importantes e pertinentes para a interpretação e compreensão do espaço urbano da Ribeira Grande. Assim, seguem-se as análises da LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO URBANA (cap. 2); FORMA E ESTRUTURA DO

NÚCLEO (cap. 3), MALHA URBANA (cap. 4), DENSIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO (cap. 5) e IMAGEM DA CIDADE (cap. 6).

Nas conclusões procurou-se integrar os dados recolhidos e apresentados nas duas partes do trabalho. Com efeito, foi efectivamente conjugando história e desenho que se levantaram as principais questões que nortearam a execução deste trabalho.

Como se sabe, até agora, todas as referências encontradas sobre a formação do espaço cabo-verdiano enquadram-no num processo levado a cabo pela Coroa portuguesa, que tinha como objectivo principal o povoamento do arquipélago e a criação de uma estrutura económica própria. Isso aconteceu, de uma forma geral, tanto nas ilhas a Norte quanto nas ilhas situadas a Sul do Atlântico. Também se observou que todo esse processo se encontrava regularizado através de cartas de doações ou do estabelecimento de capitánias e outros procedimentos legais oriundos das instituições da metrópole.

Será que também se aplicavam as mesmas leis do continente em relação à gestão do espaço urbano? Tudo leva a crer que sim. Sabemos que em grande parte das ilhas as posturas municipais que regulavam a vida das cidades e as construções eram as mesmas que as aplicadas em Lisboa ou no Porto. Isso aconteceu, por exemplo, no caso de S. Tomé¹, em que as posturas da cidade eram as mesmas das de Lisboa. Em Cabo Verde, durante a nossa investigação, não se descobriram documentos que nos indicassem as origens das posturas municipais da Ribeira Grande, e nem sequer sabemos se chegaram a ser sistematizadas em forma de código legal. No entanto, através do desenho, é possível vislumbrar elementos que estabelecem vínculos entre as cidades, que

¹Teresa Madeira – *Estudo Morfológico da Cidade de S. Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa. Subsídios para um Plano de Salvaguarda*. Dissertação de Mestrado. ISCTE, Lisboa, 1998.

indiciam a existência de relações estreitas na metodologia de as fazer e gerir, quer tenham sido, ou não, estabelecidas em forma de lei.

Por exemplo, na elaboração do capítulo referente à análise da malha urbana, foram fundamentais alguns elementos da planta do século XVIII, desenhada pelo engenheiro António Carlos Andreas, que nos permitiu vislumbrar com algum rigor a divisão da propriedade e, a partir do desenho, detectou-se o valor aproximativo das dimensões dos lotes, indiciando um método de composição razoavelmente padronizado. Os estudos elaborados por Helder Carita sobre Lisboa e o Bairro Alto² vieram reforçar as conclusões chegadas a partir do desenho e revelaram-se determinantes no entendimento da lógica de ocupação urbana da Ribeira Grande.

Até que ponto é possível estabelecer um paralelo entre a forma de ocupação urbana utilizada no Bairro Alto e a Ribeira Grande? Podemos adiantar que ambas as intervenções datam da mesma época, prolongando-se ao longo do século XVI e primeira metade do século XVII.

Embora não haja muita coisa escrita sobre o espaço físico da cidade da Ribeira Grande, a versão mais comum que ainda vigora tem-se apoiado na tese da espontaneidade da sua formação alegando a não intervenção de nenhum poder regulador, nem de qualquer espécie de plano, e daí a conseqüente “irregularidade” do núcleo. Tal análise baseia-se, sobretudo, em visões já de certo modo ultrapassadas pela mais recente bibliografia da história do urbanismo português, mas que permanecem como pano de fundo de várias discussões. Na sua base estão afirmações como as do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que se referiu às cidades construídas pelos portugueses como um produto resultante de

² Helder Carita, - *Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, CML, 1990 e *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

uma espécie de acaso telúrico onde não teria havido qualquer espécie de rigor ou de método. Criou-se então o mito de que, ao contrário dos espanhóis, que tinham feito cidades novas e planeadas com regularidade, os portugueses tinham, meio “desordenadamente” deixado que as suas se fizessem sozinhas. Será?

Naturalmente, não é o objectivo deste trabalho discutir sobre a amplitude dos critérios que definem a regularidade ou não das cidades portuguesas construídas no além-mar mas, simplesmente, através do desenho urbano e do estudo de um caso específico como a Ribeira Grande, aventar-se a hipótese de que a preocupação com o ordenamento da cidade era mais presente do que se supõe, ou do que as aparências indicam.

PARTE I
Evolução e História

Cap. 1

DA CIDADE DA RIBEIRA GRANDE À CIDADE VELHA

*“Este es el auténtico plan de San Tiago,
ciudad bien defendida, com gentes y
cañones, por los portugueses y ansi
mesmo bien provista de parapetos tanto
hacia tierra adentro como hacia el mar.”*

De Bry - America – Livro Oitavo, 1600.

1.1. PRIMEIRO TEMPO - O Ensaio do Povoamento (Séc. XV)

O arquipélago de Cabo Verde, situado na costa ocidental africana, a cerca de 500 Km da costa senegalesa, é formado por dez ilhas, sendo somente nove delas habitadas. Encontram-se divididas em dois grupos: o de Barlavento, (a Norte), composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Boavista e Sal; e as ilhas do Sotavento, (a Sul), com Santiago, Fogo, Brava e Maio, além dos ilhéus não habitados. O arquipélago ocupa uma superfície de 4033 Km², tendo sido encontrado no século XV.

Após o achamento do arquipélago de Cabo Verde, tal como vinha acontecendo nas outras ilhas atlânticas, estas foram de imediato integradas no património da coroa portuguesa, ficando assim submetidas à sua soberania. Ainda em 1460, data atribuída à descoberta do arquipélago¹, o rei procede a sua doação

¹ Trata-se de um tema ainda controverso a atribuição de uma data e de um nome para o achamento das ilhas de Cabo Verde durante a era de Quatrocentos, o que se deve, essencialmente, à falta de documentação fidedigna que venha finalmente esclarecer todas as dúvidas que ainda persistem sobre o assunto. Assim optamos pela versão oficial que defende que as ilhas foram descobertas por António de Noli, em ano incerto, mas no tempo em que o Infante ainda se encontrava vivo, dado que lhe é atribuída uma das capitánias pelo próprio D. Henrique. Isso permite-nos avançar com a data limite de 13 de Novembro de 1460, data do falecimento do Infante.

ao Infante D. Henrique, já donatário das ilhas da Madeira, Porto Santo e Desertas. Estas doações eram feitas com base em amplas prerrogativas, aplicadas tanto sobre o território, quanto sobre o elemento humano que lá se fixasse. Era a primeira fase de uma série de procedimentos em relação aos territórios encontrados com vista a iniciar o processo de povoamento e à criação de uma estrutura económica própria para o seu desenvolvimento.

Através do estabelecimento da figura do donatário, a Coroa controlava de perto o território doado e poderia explorar as terras descobertas sem grandes despesas. Era ao donatário a quem cabia o papel de jurisdição civil, administrativa e tributária do território. Seguindo o mesmo processo dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, o donatário atribui a vários indivíduos da sua casa uma determinada área do território descoberto para procederem à sua administração. Esta porção de território, designada por *capitania-donatária*, é a unidade territorial que vai funcionar como suporte da estrutura administrativa e que tem como responsável o *capitão-donatário*.

Foi este o primeiro modelo político de ocupação e administração territorial utilizado pela coroa portuguesa nos primórdios do povoamento das ilhas atlânticas. Enquanto que no arquipélago da Madeira e dos Açores o sistema das capitanias foi estabelecido depois do início do povoamento, nas ilhas cabo-verdianas, as capitanias-donatárias foram instituídas praticamente após o achamento das ilhas. Como já foi dito, em 1460, foram descobertas as ilhas orientais e no mesmo ano foram doadas por D. Afonso V ao Infante D. Henrique, seu irmão. Em 1462, sendo já donatário D. Fernando, herdeiro de D. Henrique, a ilha de Santiago foi dividida em duas capitanias: a capitania do Sul, com sede na Ribeira Grande, que foi entregue a António de Noli, o navegador genovês que alegadamente descobriu o grupo das ilhas orientais do arquipélago (Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal), e a



Fig. 1
Mapa de África indicando a localização das Ilhas de Cabo Verde

capitania do Norte, com sede em Alcatrazes, que ficou para Diogo Afonso, que descobriu as ilhas do grupo ocidental (S. Nicolau, S. Vicente, Ilhéus Paso e Branco, Santa Luzia e Santo Antão). Em Setembro deste mesmo ano, António de Noli transfere-se para Cabo Verde acompanhado por alguns familiares, criados do Infante e casais do Algarve, onde assume a capitania Sul da ilha de Santiago e funda a cidade da Ribeira Grande.

Podemos sintetizar a política do estabelecimento das capitanias-donatárias, como o primeiro modelo utilizado pelo Estado para a promoção do povoamento e administração dos novos territórios encontrados. Política baseada na figura do donatário como o responsável pela administração e pelo povoamento da ilha, representado no local pelo capitão donatário. O rei é remetido para um outro plano, para uma posição de não ingerência directa no processo, posição recuada e de reserva sem, no entanto, nunca perder de vista os interesses da Coroa, como mais adiante poderemos observar².

Este modelo de povoamento e administração territorial, apesar de ter resultado bem nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, em Cabo Verde não logrou os mesmos resultados e, muito cedo, quase no acto da sua instituição, foi contestado. Verificou-se que as tentativas e os esforços levados a cabo pelo donatário afim de proceder ao povoamento de Santiago esbarravam em grandes dificuldades.

Optara-se por povoar primeiro a ilha de Santiago por várias razões. Era a ilha de maior extensão, a mais fértil de todas, e a que melhores condições oferecia para o assentamento de uma povoação. Era cortada por um grande número de ribeiras que criavam alguns vales verdejantes, e era a mais abrigada e com melhores condições para o ancoramento dos navios, segundo a descrição dos

² Cf. António Leão Correia e Silva - *Histórias de um Sahel insular*, Praia : Spleen, 1994, pp. 15-31.



Fig. 2
Posição ocupada pelas dez ilhas que formam o arquipélago de Cabo Verde

descobridores. Também era a que mais próxima ficava da costa da Guiné. No entanto, a maior dificuldade encontrada pelo capitão donatário era a falta de indivíduos dispostos a irem para a ilha, que se justificavam alegando “a *grande distância que a separava da metrópole*”. Assim, quatro anos após o início da colonização, o donatário informava ao rei que era incapaz de pôr em funcionamento o processo de povoamento com os recursos de que dispunha, alegando os vários factores que contribuíram para o fracasso e explicitando as razões indicadas pelos colonos: “[...] o yffante D. Fernando, meu muyto prezado e amado yrmão, nos emviou dizer como averá quatro annos que elle começara a povoar a sua ylha de Santiago, que he atravees do Cabo Verde e que por seer tam alomgada de nossos regnos, a jente nom quer a ella hyr viver [...] senão com mui grandes liberdades e framqueza e despesa sua do donatário”³.

A principal razão evocada “pela gente que não queria ali viver” era, efectivamente, a posição geográfica da ilha e a distância que a separava do reino. Apesar dos avanços técnicos conseguidos na época, a distância marítima não deixava de ser um factor importante, senão determinante para a colonização. Também nos parece que, para além do constrangimento criado pela distância que separava a ilha do reino, a sua localização mais para o Sul, implicou numa mudança climática acentuada, agravando ainda mais as dificuldades encontradas para a colonização.

Situada na zona tropical, quente e seca, e com um ecossistema próprio, a ilha de Santiago proporcionava um clima diferente daquele a que os colonos estavam habituados. O clima não permitia o cultivo de produtos mediterrâneos como o trigo, a cevada, a vinha, a azeitona, etc., essenciais para a vida do homem

³ *História Geral de Cabo Verde* - Corpo Documental, vol. I, Lisboa / Praia : Instituto de Investigação Tropical/ Instituto Nacional de Cultura, 1988, p. 19.

Europeu. O sistema ecológico inóspito da ilha de Santiago não permitia uma ocupação camponesa e senhorial assente na agro-pecuária alimentar e na auto-subsistência⁴, situação essa que o donatário explicava com a “*grande despesa*” necessária para suprir tal constrangimento.

Era preciso introduzir alterações no modelo para que ele pudesse resultar, e também, como o próprio donatário evidencia, só com “*liberdades e franquezas*” seria possível inverter a situação. As “*liberdades e franquezas*” alegadas consistiram, essencialmente, na permissão concedida aos residentes de Santiago para comerciarem com os vizinhos da costa africana oficializada pela carta régia de 12 de Junho de 1466. Esse aspecto era importante, porque a prática do comércio com os africanos era juridicamente vedada aos vassalos e só era permitida a alguns, através de autorização régia especial. Assim, para os habitantes de Santiago, o levantamento dessas sanções por parte do rei era um trunfo que lhes permitia transformar a localização geográfica da ilha, tida como desfavorável, numa posição potencialmente estratégica.

Efectivamente, com as prerrogativas da carta de 12 de Junho de 1466, o rei concede aos povoadores licença perpétua para tratarem e resgatarem com os seus navios na costa da Guiné estipulando os limites de Arguim. Para além da licença aos moradores para comerciarem, o rei concede ainda uma despenalização no sistema tributário, isentando-os do pagamento da dízima dos produtos das suas herdades e direitos comerciais.

Com as isenções concedidas pela carta régia de 1466, os moradores de Santiago podiam efectuar ligações com a África e a Europa, formando dois grandes eixos comerciais: o eixo Santiago-Rios da Guiné e Santiago-Europa, colocando-se em vantagem em relação a outros comerciantes que operavam na

⁴ António Leão Correia e Silva - *Op. cit.*, p. 19.

costa da Guiné. Assim, ficaram abertas as portas de entrada para a emigração, viabilizando o processo de povoamento da ilha⁵.

Como afirma Orlando Ribeiro⁶, “as cartas de Foral não fundavam mas organizavam núcleos povoados”, e as cartas de capitania, por sua vez, “davam à sociedade incipiente um estatuto porque ela se regesse” estabelecendo ambas as bases de várias povoações fundadas no reino e no ultramar. Ora, o documento de 1466, não foi carta de foral, nem tão pouco era carta de capitania, no entanto, pode ser considerado a “*verdadeira carta orgânica da ilha de Santiago*”⁷, pois foi através da organização social e económica por ela instituída que se possibilitou a eclosão da vida urbana no arquipélago⁸.

Nesse sentido, a posição de Santiago inverte-se, e a própria localização geográfica, que era de um espaço longínquo e pouco apetecível, passa a ser um recurso. Na impossibilidade dos portugueses se fixarem nos mercados situados entre o rio Senegal e a Serra Leoa, por razões de vária ordem, nomeadamente, de ordem climática, sanitária e sobretudo de segurança, Santiago passa a ser o local ideal para a fixação de uma base avançada, que depois permitisse várias e rápidas incursões comerciais à costa africana.

Assim, sintetizando os factos, podemos concluir que a possibilidade de comerciarem com os povos ribeirinhos africanos e as isenções fiscais concedidas pela carta régia de 1466, contribuíram para o estabelecimento de uma corrente migratória em direcção à ilha e, consequentemente, para o seu povoamento. A

⁵ António Leão Correia e Silva - *Op. cit.*, p. 21.

⁶ Orlando Ribeiro - *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*, Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, pp. 134-135.

⁷ Padre António Brásio - *Descobrimento/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde*, in “*Stvdia*”, nº10, Julho, 1966, pp. 77-78.

⁸ Padre António Brásio - *Op. cit.*, p. 78.

fixação em Santiago acabou por resultar da lógica da implantação de um espaço mercantil, em que o mercador procurava a ilha pelas facilidades da prática do comércio legal e das isenções fiscais, e pela sua localização geográfica⁹.

Analisando a carta de privilégios, observamos que ela visava o povoamento da ilha e a criação de uma estrutura económica própria para Santiago. No entanto, essa intenção ficou, em parte, gorada, na medida em que se criou uma sociedade mercantil, essencialmente formada por marinheiros, comerciantes e mercadores. Esses agentes económicos, que viviam do comércio e das actividades portuárias, dispunham de uma grande mobilidade dentro do espaço que se ia criando no Atlântico, e o tipo de povoamento por eles efectuado, só poderia ser do tipo litoral e portuário.

Do mesmo modo, convém notar que, até 1466, a intervenção do rei era indirecta e de reserva em relação aos novos territórios, como já foi dito. Quando faz a doação, concede prerrogativas judiciais, administrativas e tributárias quase ilimitadas ao donatário que podia “[...] *poer quaisquer foros, direitos e tributos em as ditas ilhas, que bem parecerem* [...]”¹⁰. Mas quando, a pedido do donatário, concede os privilégios comerciais aos habitantes de Santiago, impõe a presença dos seus funcionários no local, para a passagem das licenças e a cobrança do imposto, restringindo assim a autoridade dos donatários.

Podemos observar que, com esta intervenção do rei, novos poderes se instalam no espaço de Santiago na figura dos - *almoxarifes e contadores* - confrontando-se assim com os poderes dos donatários, remetendo-os para um

⁹ António Leão Correia e Silva - *Op. cit.* , pp. 28-29.

¹⁰ *História Geral de Cabo Verde* - Corpo Documental, vol. I, Lisboa / Praia : Instituto de Investigação Tropical/ Instituto Nacional de Cultura, 1988, p. 18.

outro plano. A sua exclusividade como agentes tributadores deixa de existir, ficando limitados à administração judicial do território.

Com o desenvolvimento dos contactos pacíficos com os reinos africanos, o espaço comercial aumentava, assim como o número de comerciantes interessados. Era para a coroa que se dirigiam as atenções dos comerciantes, visando a obtenção de licenças e de melhores áreas de comércio. E foi a um destes comerciantes, de nome Fernão Gomes, que o rei arrendou a exclusividade dos tratos e resgates da Serra Leoa. O espaço arrendado colidia com a área de resgate dos habitantes de Santiago, criando uma situação conflitual que acabou por se manifestar pouco tempo depois entre o arrendatário e os habitantes de Santiago, situação esta que requereu a intervenção arbitral da coroa. É neste contexto que surge a carta régia de 1472. Com a intenção de resolver o problema, o rei claramente favorece o arrendatário e limita os acessos à área de resgate dos moradores de Santiago até *“aquellas partes que já eram sabidas e descobertas ao tempo que o dito privilégio autorgamos”*¹¹.

A liberdade comercial facilitada pela carta de 1466 foi restringida ao espaço entre Arguim e Serra Leoa e a coroa contrapõe mais uma limitação, decretando que não possam: *“o capitan e moradores da dita ylha pera sempre outras nenhwas mercadorias mandar resgatar, por bem da dita nossa carta, senõn aquelas que elles de suas novydades e colheitas da dyta ouverem; porque estas taes somente queremos e mandamos que já possam levar se quiserem e outras algumas nem”*¹².

A carta régia de 1472 visava alcançar essencialmente dois objectivos: Por um lado, resolver o impasse entre as duas partes em litígio e, por outro lado,

¹¹ *História Geral de Cabo Verde*, p. 20.

¹² *História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental*, vol. I, Lisboa / Praia : Instituto de Investigação Tropical/ Instituto Nacional de Cultura, 1988, p. 25.

visava, efectivamente, o povoamento da ilha. Com a limitação imposta aos habitantes de Santiago de comerciarem só com produtos originários e manufacturados na ilha, o rei promovia o seu povoamento efectivo, na medida em que instituía um novo elemento o - *produtor* - ¹³ e, com a fixação de unidades produtivas no local, criava condições para uma fixação mais permanente.

Assim, enquanto a carta de 1466 potencializou a criação de actividades comerciais baseadas na intermediação, limitando a criação de unidades produtivas, a carta de 1472 actuou principalmente no sentido contrário, limitando as actividades comerciais e potencializando a criação de pólos de produção, obrigando os habitantes da ilha a optarem por outro tipo de actividades, sendo a agro-pecuária a mais indicada.

As restrições impostas pela carta de 1472, levam à criação de uma segunda corrente migratória forçada, desta vez constituída por escravos africanos em direcção à ilha. Os escravos agora importados são destinados para o trabalho nas unidades de produção da agro-pecuária. Deste modo, o rei conseguiu desencadear um novo processo de povoamento das ilhas de Cabo Verde, com características diferentes do anterior, passando de uma ocupação litorânea e portuária para uma mais camponesa e rural. Assim, podemos considerar três fases do processo de instalação dos povoados em Santiago: uma primeira fase, em que é despoletado o sistema de doações e a instalação das capitánias-donatarias, que abrange o período compreendido entre o achamento das ilhas, em 1460, e a fixação do primeiro capitão donatário, até 1466. Uma segunda fase, correspondente ao período a partir de 1466, aquando da atribuição dos privilégios à Santiago, período marcado pela primeira vaga de emigração de comerciantes e

¹³ António Leão Correia e Silva - *Op. cit.*, p. 31.

mercadores europeus, caracterizado pelo forte crescimento das actividades comerciais e, provavelmente também, o período do assentamento e consolidação do primeiro núcleo povoado assumidamente portuário e mercantil. E, finalmente, a terceira fase, que teve o seu início cerca de 1472, com o estabelecimento de medidas restritivas impostas pela carta régia do mesmo ano. Dessas medidas resultaram um maior empenho na produção agro-pecuária e a segunda vaga de emigrantes forçados, provenientes do continente africano para trabalharem nessas unidades produtivas. Neste período parte-se para uma ocupação rural mais intensa da ilha justificada pela procura de melhores terras para pastagens e produção agrícola.

Essencialmente, foram estas as fases iniciais do estabelecimento dos núcleos primitivos de povoamento das ilhas de Cabo Verde. A primeira das ilhas a ser habitada foi Santiago, depois seguiu-se o povoamento da ilha do Fogo, ainda no século XV, e só depois, muito mais tarde, o resto do arquipélago. É neste quadro que surgem, na ilha de Santiago, as povoações de Ribeira Grande, Alcatrazes e Praia e na ilha de fogo a de S. Filipe, como adiante se verá.

Os Núcleos Iniciais

No período que decorre entre o descobrimento da Madeira, em 1418, e a passagem do Cabo da Boa Esperança, em 1488, foram fundadas cerca de 19 povoações nos arquipélagos e uma no continente Africano¹⁴. Dessas povoações,

¹⁴ Para o contexto do presente estudo, em que se quer situar a formação de um “espaço Atlântico” deixamos de fora as praças do Norte de África, ainda relacionadas de algum modo com o Mediterrâneo.



Fig. 3
Mapa da costa africana e das ilhas atlânticas mostrando os pontos explorados até 1488

antes de findar o século, cerca de 10 ostentavam o estatuto de Vila e S. Jorge da Mina já era cidade em 1486.

E é neste contexto, em certa medida “acelerado” de povoamento, que surgem em Santiago, as primeiras povoações, Ribeira Grande e Alcatrazes, estabelecidas a partir de 1462, e no final do século seriam lançadas as primeiras bases para o povoamento da ilha do Fogo. A falta de elementos e de registos documentais dificultam-nos o acompanhamento da evolução dos primeiros núcleos populacionais no arquipélago, principalmente nos primeiros cinquenta anos após a sua instalação. Mesmo assim, através de alguns indícios, tentaremos descrever o que nos foi possível reter da formação e da evolução destes núcleos.

Tal como aconteceu na Madeira e nos Açores, podemos observar que o processo de instalação e consolidação dos primeiros povoados obedeceu a certos critérios e fases de instalação. Alguns autores defendem que, numa primeira fase, a ocupação física destes territórios esteve ligada a vários condicionalismos relacionados com as necessidades de aportagem e de fixação imediata. Assim, os lugares escolhidos para uma primeira fixação correspondiam aos critérios das necessidades imediatas, isto é, as melhores enseadas naturais, que permitissem uma fácil acostagem dos navios e a proximidade de água potável que, além de suprir o abastecimento, também permitisse a utilização da força hídrica para outras actividades. A segunda fase da instalação dos povoados, correspondeu a um período de consolidação e melhoramento da localização dos primeiros núcleos estabelecidos. A principal característica desta fase foi o alargamento, ou alastramento, do povoamento para lugares que melhores condições ofereciam à prática da agricultura, geralmente lugares mais para o interior e a uma certa distância da costa. Foi também nesta fase, que se procedeu a algumas

rectificações na implantação dos núcleos inicialmente fundados, para uma correcta defesa contra os invasores ou agressões naturais.

A terceira fase da ocupação terá correspondido a um período de estabilização populacional e a uma deslocação da população para o interior em busca de terrenos agrícolas mais férteis, originando uma maior dispersão destes núcleos¹⁵. Outro critério que pareceu ser importante foi a orientação predominante assumida nas fundações. Enquanto que na Madeira e nos Açores predominavam os quadrantes meridionais ou sul-orientais, em Cabo Verde, a orientação predominante era a nordeste/noroeste, acompanhando as áreas mais propícias às culturas¹⁶.

Com efeito, nas primeiras povoações que aparecem na ilha de Santiago e os critérios de localização não fugiram às regras das que vinham sendo implantadas na Madeira e nos Açores, isto é, em lugares que oferecessem condições para a aportagem e tivessem água potável.

O local escolhido para a povoação da Ribeira Grande era efectivamente um vale profundo e verdejante que era rasgado por duas ribeiras que desaguavam no mar, formando uma enseada, com boas condições para a instalação de um porto que facilitasse as ligações com o exterior.

No período compreendido entre a instalação do núcleo de Ribeira Grande, até os finais do século XV, o aglomerado cresceu, e desenvolveu-se em torno do seu porto e das actividades comerciais dos seus moradores para, em 1497, já

¹⁵ José Manuel Fernandes - *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto : FAUP Publicações, 1996, pp. 84-89.

¹⁶ Idem, *ibidem*

contar com uma câmara a funcionar (ainda que a localidade só viesse a contar com o título oficial de Vila em 1513)¹⁷.

A segunda aglomeração mais importante na ilha de Santiago foi Alcatrazes, a sede da capitania do Norte, fundada por Diogo Afonso, na mesma altura que a Ribeira Grande. Esta povoação teve um período de vida muito curto, e já nos finais do século XV, encontrava-se praticamente deserta. Alcatrazes nunca passou de um pequeno aglomerado que teve muitas dificuldades em se afirmar devido a forte concorrência que a Ribeira Grande representava. Situada numa região árida, oferecia poucas condições para a prática tanto da agro-pecuária, como do comércio como actividade principal. Mesmo assim, nos finais do século XV, dispunha do estatuto de vila e contava com uma câmara e uma igreja, da invocação de Nossa Senhora da Luz. Na segunda década do século XVI entra em declínio e a câmara é transferida para a Praia que, nesta altura, é elevada à categoria de vila. Desconhecem-se as razões da transferência da câmara, podendo-se somente adiantar que as melhores condições oferecidas pelo porto da Praia parecem ter sido o factor decisivo para que se operasse a mudança. Quanto a data, crê-se ser cerca de 1516, quando a Praia aparece com a designação de vila¹⁸. Mais tarde, em meados do séc. XVIII, será utilizado o mesmo argumento para a mudança da capital da ilha, a cidade da Ribeira Grande, para a vila da Praia¹⁹.

A segunda ilha do arquipélago de Cabo Verde a ser habitada, foi a ilha do Fogo. Ao contrário do que aconteceu em Santiago, na ilha do Fogo não foi possível

¹⁷ Ilídio Baleno Cabral - "Povoamento e Formação da Sociedade", in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, p. 136.

¹⁸ Ilídio Baleno Cabral – *Op. cit.*, p. 141.

¹⁹ Ver, mais adiante, o item 1.3 deste capítulo "Terceiro Tempo: *A Cidade Velha e a Praia*".



Fig. 4
Ilha de Santiago e localização das povoações

descobrir se houve ou não intervenção do poder central no processo de povoamento. Mas tudo leva a crer que o início do povoamento da ilha deu-se por livre iniciativa dos habitantes de Santiago, por volta de 1480²⁰. Aparentemente era um espaço dotado de poucos recursos que, mais tarde, veio a se revelar como grande produtor de algodão. É difícil indicar com precisão a data do estabelecimento da capitania do Fogo. Supõe-se que ainda antes de 1493 já estaria formada, tendo como capitão Fernão Gomes. O principal núcleo populacional da ilha foi a vila de S. Filipe que em meados do século XVI contava com duas freguesias.

Ribeira Grande, Alcatrazes, Praia e S. Filipe foram os principais povoados que nasceram durante o Século XV, no arquipélago de Cabo Verde. Destes povoados, há que referenciar, que o único que na época apresentava características urbanas era a Ribeira Grande, onde predominava a actividade comercial. No entanto, mais tarde, em meados do século XVI, as vilas da Praia e S. Filipe eram já caracterizadamente urbanas.

O núcleo inicial da Ribeira Grande desenvolve-se a partir da zona portuária, localizada junto à baía, a uma cota de aproximadamente dois metros acima do nível do mar. O núcleo central era formado pelo porto e por um largo residual designado por Largo do Pelourinho que tinha a forma de um trapézio irregular, e era limitado a nordeste pelo edifício da Câmara onde também funcionava a cadeia e o almoxarifado. A sudoeste estavam localizados o ancoradouro e a baía, e a noroeste a área era limitada pelo lago formado pelas águas da ribeira Maria Parda, antes de desaguar no oceano. Teceremos mais considerações de ordem formal sobre a instalação da vila na segunda parte deste trabalho ao realizarmos a análise do espaço urbano.

²⁰ Ilídio Baleno Cabral - "Povoamento e Formação da Sociedade", in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II, p. 143.

Em relação a este período pouco ou nada podemos avançar acerca da localização das restantes edificações que constituíam o aglomerado. Podemos no entanto adiantar que, já nesta altura, no século XV, mais precisamente em 1495, encontrava-se em fase de construção a capela que mais tarde, após sucessivas ampliações, seria a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. E cerca de 1497, a poente do Largo do Pelourinho, dava-se início à construção de um hospital. Como nos referencia Ilídio Baleno, a Ribeira Grande *“patenteia uma vida social minimamente organizada, com um poder local formalmente montado (a câmara), com instituições de fiscalização e controle financeiros (o almoxarifado), além de outras para a assistência sanitária (o hospital) e religiosa (a igreja)”*²¹. Até ao final do século XV, ainda não tinha sido atribuído a Ribeira Grande o estatuto de vila, embora tudo leve a crer que já nesta altura tivesse condições para o ser, já que dispunha de uma Câmara a funcionar. Este estatuto só lhe viria a ser reconhecido a partir da segunda década de Quinhentos, precisamente em 1512.

1.2. SEGUNDO TEMPO - O Investimento Estratégico no Espaço

(Séc. XVI e XVII)

No final do século XV e no início do século XVI, três grandes acontecimentos virão contribuir para uma mudança radical no quadro de trocas que se vinha fazendo no Atlântico; em 1492 a descoberta da América, em 1498, a abertura do Índico e, em 1500, o descobrimento do Brasil. Com a ampliação do

²¹ Ilídio Baleno Cabral - *Op. cit.*, p. 136.

espaço e o consequente aumento de tráfico de pessoas e bens, Santiago passa a ser a grande encruzilhada de rotas oceânicas ligando os caminhos da costa africana, do Oriente e da América. A partir do porto da Ribeira Grande fazia-se a reexportação de escravos provenientes da Costa da Guiné para a América, o que se constituiu na principal actividade económica da ilha, durante os séculos XVI e XVII.

Com a maior circulação de bens e mais investimento no espaço, novos agentes aparecem em cena. Para além de surgirem outros países para competir com a até então instalada hegemonia portuguesa, ocorrem novos fenómenos, em especial a pirataria e o corso que fazem com que a estratégia seja mudada. É nesse âmbito que Portugal começa a ter sérios problemas de defesa do seu espaço.

No caso de Cabo Verde, muito cedo a coroa se apercebeu dos recursos potencializados pelas ilhas na sua relação com a costa da Guiné. Recursos estes que, com a ampliação do tráfico negreiro, ficavam também substancialmente potencializados. É sabido que a despeito dos portugueses revelarem maior ou menor interesse em se fixarem na costa da Guiné, tal projecto não era efectivamente simples. A própria população nativa da região não era favorável à fixação portuguesa, assim como não era respeitado pelas outras nações europeias o suposto “exclusivo” de exploração da área que os portugueses alegavam para si. Na verdade, como aponta Zelinda Cohen, cai totalmente por terra, para o caso da Guiné, *“a teoria do colonialismo ‘imposto durante cinco séculos’, erigida a partir do mito da conquista portuguesa de um área que na sua globalidade e nos tempos mais remotos nunca chegou de facto a ser ‘conquistada’*”²².

²² Cf. Zelinda Cohen - “Administração das Ilhas de Cabo Verde e seu distrito no segundo século de colonização (1560-1640)”, in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II, Lisboa / Praia : Instituto de Investigação Científica e

As especificidades do comércio de escravos, sob vários aspectos, aumentavam também as dificuldades de instalação na costa africana, de onde saiam os indivíduos resgatados. Por motivos óbvios, a manutenção dos escravos apreendidos na costa era substancialmente mais segura nas ilhas.

Assim, todo um conjunto de infra-estruturas se instalou na ilha, sendo acolhido basicamente pelo núcleo que melhores condições apresentava para tal, senão o único, e que de resto era o efectivo centro de ocupação do espaço - a vila da Ribeira Grande.

Durante os séculos XVI e XVII a Ribeira Grande deteve efectivamente a centralidade de uma área que cobria não apenas o arquipélago, mas também toda a região da costa designada pelos “Rios da Guiné”. Tanto é assim que, em 1594, André Álvares d’Almada, afirmava no seu *Tratado Breve dos Rios de Guine do Cabo Verde* que pretendia descrever “*algumas cousas dos Rios de Guiné do Cabo Verde, começando do Rio Sanagá até a Serra Leoa, que é o limite da Ilha de Santiago*”²³.

Mas sabe-se que espaços como Cabo Verde, cuja “centralidade” dependia de circunstâncias específicas ou de outros espaços, tornam-se muito atados a essas mesmas circunstâncias. Será no contexto dessa “centralidade relativa” dum espaço que se encontrava altamente dependente de acordos, como o de Alcáçovas ou o de Tordesilhas, ou mesmo de dispositivos legais estabelecidos pela coroa portuguesa, como a “exclusividade” do comércio com a Costa da Guiné, que se começaram a esboçar os primeiros traços da reacção em cadeia que abalaria a Ribeira Grande e que a fez entrar numa crise da qual nunca mais sairia.

Tropical / Instituto Nacional de Cultura, 1995, p. 191. A autora cita como fonte o trabalho de António Carreira - *Os Portugueses nos Rios da Guiné 1500-1900*, Lisboa, 1984, pp. 29 e 31.

²³ André Álvares d’Almada - “*Tratado Breve dos Rios de Guine do Cabo Verde*”, in Pe. António Brasio - *Monumenta Missionaria Africana*, Vol. III, 2ª série, Lisboa, 1964, p. 231.

Esse equilíbrio precário foi posto em causa quando surgiram outros protagonistas totalmente alheios aos acordos celebrados entre Portugal e Espanha, que começaram a disputar o espaço que até então era de hegemonia Ibérica. Assim, por um lado, com a intervenção de novos actores no espaço, começam a aparecer os primeiros ataques de piratas à cidade da Ribeira Grande e, por outro lado, com o desvio do comércio de Santiago para a costa da Guiné, começavam-se a desenhar os caminhos da perda de centralidade da Ribeira Grande e do seu inevitável caminho para a decadência.

No entanto, para o nosso trabalho, o mais importante é concentrarmo-nos na referida “centralidade relativa” porque é no âmbito dela que se vão dirigir os esforços, no sentido de modernizar e dotar o espaço de todas as infra-estruturas necessárias à manutenção do seu papel no quadro da rede urbana do Atlântico.

A Intervenção no Espaço Urbano

Na primeira metade do século XVI praticamente não houve grandes investimentos por parte da Coroa no espaço urbano da Ribeira Grande. Após a consolidação do povoado junto ao ancoradouro, este seguiu um percurso normal de crescimento, paralelamente à intensidade do comércio desenvolvido pelos moradores com a costa da Guiné. O núcleo que se tinha formado, junto ao porto, já se tinha expandido mais para nascente e para a margem esquerda da Ribeira que atravessava a cidade. Por volta de 1512 a povoação já era vila, com uma câmara actuante e, segundo nos relata Iva Cabral²⁴, contava em 1513 com cerca de 114

²⁴ Iva Cabral - “Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação”, in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II Lisboa/Praia: I.I.C.T./I.N.C.V., 1995, pp. 230-231.

vizinhos²⁵. A partir de 1520, intensificou-se o comércio de escravos em direcção à América, que se transformou no elemento base da economia da ilha de Santiago, fazendo florescer a vila com o aumento do movimento do seu porto. Em 1533, a Ribeira Grande foi elevada à categoria de Cidade e sede de Bispado. Em 1555, já contava com cerca de 500 vizinhos e nela já residia o Bispo desde 1533, sediando o bispado que expandia os seus limites até a costa adjacente da Guiné.

A segunda metade do século XVI parece ter sido o período de grandes investimentos no espaço urbano. Contrariamente ao que aconteceu na primeira metade, em que o crescimento urbano foi caracterizadamente pautado e lento, a partir de 1556 começaram a ser lançadas a maior parte das grandes obras da cidade, dotando-a de meios defensivos modernos e criando uma série de infra-estruturas que condiziam com a posição de destaque que a Ribeira Grande gozava. Até à primeira metade de Quinhentos o edifício mais importante era a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, situada no bairro de São Pedro na rua da Carreira. Começou por ser uma pequena capela de estilo Manuelino para depois ser restaurada e ampliada e, posteriormente, passar a igreja. Mas o grande impulso no investimento em obras na cidade, foi dado pelo bispo Frei Francisco da Cruz, quando em 1556, deu início à construção da Igreja da Misericórdia, ao mesmo tempo que também mandava construir a Sé Catedral.

A construção da Sé levou cerca de 130 anos. Por determinação régia, as obras foram interrompidas em 1592, apontando-se as seguintes razões: *“Por algumas informações que me são dadas sobre a Sé dessa Cidade se não deve fazer no lugar em que a começou o Bispo vosso antecessor, assim com muita*

²⁵ *Vizinhos ou estantes* era o termo utilizado para todos os comerciantes que aí se estabeleceram com as suas mulheres e aí adquiriram bens. Na contagem dos vizinhos não se incluíam nem os escravos nem outros moradores que eventualmente estivessem de passagem ou não tivessem adquirido por algum motivo o estatuto de vizinho.

*despesa que com ela se fará, por ser fabricada com demasiada grandura, como pelo trabalho que o povo receberá em ir de longe a ela. E particularmente por se ter entendido que em caso que os corsários desembarquem nessa Ilha, como já aconteceu, se poderão fazer fortificar na mesma Sé, e dela fazerem muito dano à Cidade, que é matéria de muita ponderação. Vos encomendo que ordeneis, como na obra da dita Sé se não proceda por ora sem especial mandado meu*²⁶. Os moradores da Vila vinham estabelecendo resistência ao projecto da Sé, desde o início da sua construção, alegando que esta se encontrava fora do “corpo da cidade”. Voltaremos a este ponto na segunda parte do trabalho.

Foi o mesmo Bispo que, cerca de 1574, mandou erigir o Palácio Episcopal situado nas cercanias da Sé. Também no âmbito dessas obras se determinou a construção de um seminário que foi sucessivamente protelada, sem nunca ter sido realizada. Nos anos finais do século XVI, começaram a ficar prontas parte das obras lançadas na década de cinquenta de Quinhentos, nomeadamente a Misericórdia que servia entretanto como Sé. Quanto aos edifícios de arquitectura civil nos séculos XVI e XVII pouco se sabe. Relativamente ao edifício da Câmara, sabe-se que teve mais do que uma localização ao longo do tempo. No século XVIII ele aparece indicado na planta de 1769 de António Carlos Andrea²⁷, na margem

²⁶ Daniel Pereira – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha, Praia* : I.C.L. , 1988, pp. 57-58.

²⁷ Na segunda metade do século XVIII, aparece em Cabo Verde o engenheiro António Carlos Andrea, antigo aluno da aula de arquitectura nos Paços da Ribeira que se notabilizou pela qualidade dos seus desenhos. Colaborou com Carlos Mardel e Eugénio dos Santos na reconstrução de Lisboa. Figura polémica, que durante as campanhas da guerra com a Espanha, em 1762, desobedeceu ordens régias, foi preso e mandado para o Limoeiro. Após três anos de prisão foi degredado para Bissau onde participou na construção da fortaleza de S. José e por não se ter entendido com o sargento-mor, foi de novo degredado para Cabo Verde onde permaneceu por 12 anos. Durante os anos que serviu em Cabo Verde, dirigiu várias obras de fortificação e procedeu a vários levantamentos e é a ele que se deve praticamente a toda a cartografia de Cabo Verde. A qualidade do seu desenho é visível principalmente nas suas Plantas da Ribeira Grande de 1769 e 1770. Sobre esta planta ver o capítulo 1 da segunda parte deste trabalho em que se explana a metodologia de abordagem utilizada para a análise formal, de que este documento é um elemento chave.



Fig. 5
Igreja do Rosário



Fig. 6
Vista da Sé e do Palácio Episcopal.
Pormenor do desenho de Travassos Valdez. séc. XIX

esquerda da ribeira, no início da rua da Banana. Um edifício separado para a prisão também aparece na referida planta de Andrea no Largo do Pelourinho, com a frente orientada para o terreiro da Misericórdia assim como o edifício da Misericórdia onde funcionava o hospital. Os mais significativos edifícios existentes no burgo eram casas de alguns funcionários da Coroa ou de alguns ricos comerciantes da cidade.

Nos primeiros anos do século XVII, precisamente em 1603, retomam-se as obras da Sé, o que implicou o surgimento de um novo bairro, o bairro de S. Sebastião, onde antes os moradores diziam ser fora da cidade. Em 1626, os oficiais do rei Filipe II descreviam a Ribeira Grande dizendo que nela constavam três bairros, o de São Sebastião, o de S. Brás e o de São Pedro²⁸.

Era o bairro de S. Pedro o maior de todos. Situava-se na margem esquerda da ribeira, e dele faziam parte três ruas: a rua de S. Pedro, ou rua Direita, que começava junto à costa e seguia em direcção ao norte acompanhando sempre o curso da ribeira. Mais duas ruas seguiam também em direcção ao nordeste quase paralelas à rua Direita, são as ruas da Carreira e da Banana. Tudo leva a crer que eram as ruas mais importantes da cidade, pois era onde viviam as pessoas mais abastadas do burgo. Ali moravam os funcionários régios e a maior parte dos vizinhos da Ribeira Grande. Mais duas vias são de assinalar neste bairro, a dos Conventos que é transversal à rua Direita, unindo esta à zona dos conventos situada a noroeste da cidade e a rua da Horta Velha, situada no interior do mesmo bairro e que tem início no cruzamento com a rua dos Conventos, e segue paralelamente à rua Direita em direcção ao nordeste.

O Bairro de S. Brás, situado no cimo dos rochedos na zona noroeste da cidade era constituído por uma única rua designada por rua da Cidade ou rua

²⁸ Daniel Pereira – *Op. cit.*, pp. 66-67.

Direita de S. Brás, que dividia o bairro em duas partes. Este bairro parecia ser o sítio mais sadio da Ribeira Grande, pois todo ele era orientado a sul e virado para o mar. Esta área era essencialmente habitada pelos padres da Companhia de Jesus que, entre 1611 e 1613, compraram uma série de lotes neste bairro e aí construíram as suas residências.

Finalmente, o último bairro da cidade a ser construído foi o de S. Sebastião, situado num promontório entre os 30 e 40 metros acima do nível do mar a sudeste da cidade. O bairro constituiu-se à volta da Sé e a rua principal era a rua Direita ao forte que ligava a Sé Catedral à Fortaleza de S. Filipe. Também neste bairro se encontrava localizado o Palácio Episcopal.

Outro espaço importante, era a zona do Largo do Pelourinho. Trata-se da área onde se instalaram os primeiros povoadores e onde foram erguidas “casas assobradadas” com “logeas” e armazéns no rés-do-chão, conforme nos relata Iva Cabral²⁹. Tudo leva a crer ter sido aí a zona comercial da cidade e onde funcionavam as principais actividades ligadas ao porto. Era nesta zona que se encontravam o comércio, os bordeis e os albergues essencialmente frequentados por gente do mar. Nessa área, para além do Largo, faziam parte três ruas, sendo elas a da Misericórdia, a do Calhau e a do Porto. Eram ruas contíguas tendo o seu início no porto e terminando no terreiro da Misericórdia. Essas ruas eram atravessadas por dois becos, o da Ilha e o beco da Confraria. Foi possivelmente no Largo o lugar onde se ergueu a primeira câmara e também onde se instalou o pelourinho. Nas cercanias do Largo encontrava-se localizada a igreja da Misericórdia.

²⁹ Iva Cabral - *Op. cit.*, pp. 226-227.

Em 1604, chegam os Jesuítas à Ribeira Grande e devido às difíceis condições que a cidade e os seus habitantes atravessavam, a permanência desta Companhia não ultrapassaria os 38 anos. No entanto, nos poucos anos que passaram na cidade, de algum modo marcaram a sua presença chegando a dominar, como já se viu, praticamente o conjunto das propriedades urbanas do bairro de São Brás enquanto procediam à delicada questão de instalação do colégio³⁰. É especialmente significativa a descrição que fazem das suas propriedades nesta área, a qual voltaremos a referir na segunda parte deste trabalho.

Depois de uma breve descrição da cidade, e dos seus edifícios mais importantes, julgamos necessário fazer um enquadramento de todo este processo de intervenção urbana num determinado contexto. Já foram focadas as questões políticas e económicas que justificaram o investimento, mas ficaram por definir as regras e os instrumentos utilizados na sua materialização.

Para isso, é necessário fazer um pequeno retrocesso no tempo, situando-nos no último quartel do século XV e princípios do século XVI, período em que o núcleo urbano da Ribeira Grande se começava a consolidar. No mesmo período, em 1498, na metrópole, a capital também vivia um momento de grandes transformações económicas, culturais e estéticas resultantes, por um lado, do contacto com os novos espaços emergentes, o que já vinha sucedendo desde os primórdios do século XV e, por outro, pela crescente emigração que se fez sentir de pessoas tanto nacionais quanto das outras partes da Europa em direcção a Lisboa. Esse movimento de pessoas e mercadorias provenientes dos vários cantos do mundo, naturalmente provocou uma sobrelotação para a qual a cidade não

³⁰ Carlos Almeida – *Uma Contribuição para o estudo da Presença da Companhia de Jesus em Cabo Verde (1604-1642)*, in “Cultura”, nº 2, Praia, 1998, pp. 217-239.

estava preparada. Havia a necessidade de se intervir de forma a dotá-la de meios para acatar tamanha transformação e modernizá-la de acordo com as novas *funções de centralidade* e estatutos que Lisboa vinha adquirindo como capital do império. É nesse sentido que, na pessoa do rei D. Manuel, se dá início a um programa de reordenamento da capital, concretizado através de um plano sistemático, no qual se estabeleceram uma série de medidas, visando sobretudo o melhoramento e a modernização de Lisboa.

Esse programa encontrava no regimento de obras para a Ribeira de Lisboa o seu principal ponto de apoio para a partida das grandes obras de reestruturação da Cidade. Era ali onde se encontravam expressas, com notável precisão, as determinações de ordem formal e métrica, tanto para as morfologias urbanas, quanto para os diversos elementos constituintes dos edifícios, conforme nos relata Hélder Carita. O referido autor evidencia a emergência de um novo discurso arquitectónico e urbano que encontrava nos elementos espaciais e tipológicos o seu principal suporte. Os efeitos de ordem, ritmo e medida são alcançados através do alinhamento de fachadas, repetição de vãos contínuos e outros elementos construtivos. Nota-se a passagem do tipo de pensamento bidimensional para o tridimensional em que é acentuada a proporcionalidade entre a frente, a profundidade do lote e a altura do objecto. Todo o cálculo é efectuado a partir das figuras geométricas do quadrado, do duplo quadrado e do rectângulo de base proporcional³¹.

Continuando, Hélder Carita diz que toda essa lógica métrica e estética definida no regimento da Ribeira, que mais tarde seria compilada e tratada a nível de um código, irá abranger praticamente todas as actividades profissionais ligadas

³¹ Ver para tal o trabalho de Hélder A. Carita – *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna, (1495-1521)*, Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

à construção e aos materiais, assim como a normalização das peças, medidas e preços. Constituirão estas normas e posturas as bases do urbanismo que iremos encontrar mais tarde nos territórios do Atlântico ao Índico, onde, evidentemente, na prática, estes princípios serão objecto de adaptações para cada caso gerando, assim, a originalidade e flexibilidade, características do modo português de fazer cidades.

O autor afirma que a expansão dessas ideias para fora do continente começou por ter como palco os territórios do Norte de África, levados sobretudo pelos mestres de obras que eram para ali enviados. Esse facto pode ser detectado no regimento do Castelo de Ceuta (1509), no qual se encontram expressas as preocupações estéticas relacionadas com as medidas e o alinhamento dos vãos nas fachadas dos edifícios. As mesmas preocupações surgem em relação à praça nova da vila de Funchal, na Madeira, em que para se atingir os efeitos de ordem e regularidade que o moderno impunha, o almoxarife tinha ordens para derrubar ou adquirir lotes para esse fim³².

É nesse contexto de discussão sobre o urbano, que tentaremos localizar a intervenção no espaço urbano da Ribeira Grande. A cidade crescia ao mesmo tempo em que se ensaiavam novos métodos na capital do império. Por vários motivos não é possível estabelecer vínculos directos entre as duas experiências. Mas é possível, isto sim, vislumbrar na cidade das ilhas uma série de ocorrências que indicam a preocupação com uma gestão regulada da formação e expansão do espaço urbano onde, evidentemente, o exemplo de Lisboa terá tido influências. É o que se pretende analisar na segunda parte deste trabalho.

³² Hélder A. Carita -*Op. cit.*, pp. 49-50.

A Defesa do Sítio e os Mestres de Obras

Desde 1541 que a Ribeira Grande começou a ser vítima das primeiras incursões de pirataria por parte de franceses e mais tarde ingleses e holandeses. A reacção dos habitantes de Santiago foi pronta e, cerca de 1542, já alertavam o rei para a situação e o perigo em que se encontravam devido aos fracos recursos defensivos que dispunham³³. Essa situação tornava-se cada vez mais insustentável, repetiam-se os ataques e os navios ancorados no porto eram os principais visados das investidas dos piratas. Pelos constantes ataques perpetrados na Ribeira Grande é possível observar que, para além das pilhagens habituais, a intenção dos corsários era de semear o terror, tendo como principal objectivo desencorajar qualquer tipo de actividade comercial na zona. Entretanto, com a alegada falta de estruturas, a capacidade de resposta por parte dos portugueses era praticamente nula, juntando a isso a imensidão do espaço a ser controlado. Para resolver o problema tinham que se definir prioridades³⁴ e elaborar um plano de defesa do espaço.

Só em 1567 se começou a investir seriamente nas primeiras infra-estruturas de defesa, na tentativa de dotar a cidade de meios modernos para repelir os

³³ Assim o diz Jorge Varela na carta endereçada ao rei D. João III; *"Esta cidade e o porto dela está sem ter nenhuma resistência, que só uma nau avante dela surta a porá por terra e a porão a saque. Dou esta lembrança a Vossa Alteza para que nisso mande prover como seja serviço de Deus e seu e bem do povo, porque os dias que as naus aqui pareceram se virou esta cidade e portos desta ilha, as pessoas desamparavam a terra por não verem cousa de defesa nem reparo; o porto desta cidade tem necessidade de ter artilharia e munição para que tanto que nova houver, se aparelhem navios e os não deixarem chegar ao porto..."*. Cf. Daniel Pereira – *Op. cit.*, p. 48.

³⁴ Havia espaços que eram considerados prioritários tais como a Mina em que o espaço era directamente explorado pela coroa, pois haviam grandes interesses económicos. Nesses locais a defesa era bem elaborada. No caso de Cabo Verde e da Costa da Guiné, alguns navios da armada da Coroa efectuavam operações de patrulhamento na região.

ataques de que até então tinha sido vítima. Esses elementos eram um baluarte e uma vigia e até à década de 80 não havia nenhum militar especificamente responsável pela defesa na ilha que era gerida pelos próprios comerciantes. Francisco de Andrade relatava assim a situação: “...tem a cidade de Santiago 508 vezinhos, os quais tem de confissão 5700 escravos, afora os menores, os quais escravos tem em suas fazendas, e com aqueles de seu serviço estão repartidos em três bandeiras com seus capitães, que acodem aos rebates e três baluartes de vigia, são o baluarte da Vigia e o baluarte da Ribeira e o de Sam Brás, que são as três partes por onde a Cidade pode ser cometida”³⁵.

Com a união das coroas ibéricas, em 1580, as incursões aumentaram, não só na costa da Guiné, como em todas as possessões portuguesas nos territórios ultramarinos, pelo que era importante tomar medidas com vista ao melhoramento do sistema defensivo em todo o império. É nesse âmbito que a coroa começou a enviar os primeiros funcionários especializados afim de fazerem um levantamento rigoroso da situação e proceder à rectificação e à elaboração de sistemas de defesa.

Os primeiros relatórios surgem por volta de 1582, feitos por Francisco de Andrade, sargento-mor em Santiago, e pelo capitão Diogo Flores de Valdez procedente de Cádiz com destino à América. Nessa viagem, Valdez fez escala no porto da Ribeira Grande e, juntamente com o engenheiro militar italiano Bautista Antonelli que seguia a bordo, fez o levantamento do sistema defensivo da ilha de Santiago e da cidade da Ribeira Grande introduzindo melhorias nos baluartes

³⁵ Daniel Pereira – *Op. cit.*, p. 54.

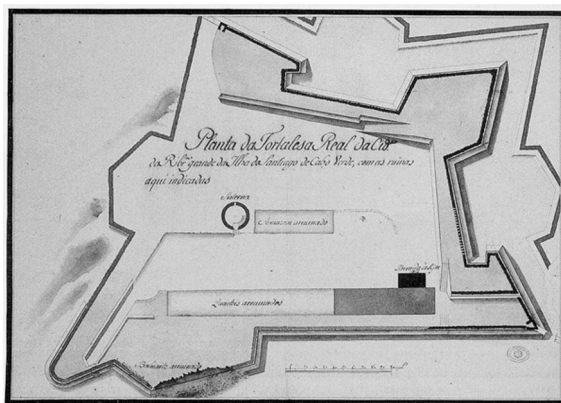


Fig. 7
Fortaleza Real da Cidade da Ribeira Grande
Desenho de António Carlos Andrea, 1778
AHU, Cartografia Manuscrita, Cabo Verde

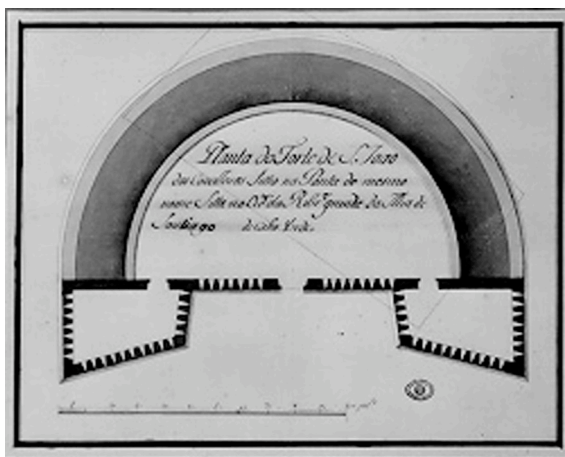


Fig. 8
Forte de S. João dos Cavaleiros
Desenho de António Carlos Andrea, 1778
AHU, Cartografia Manuscrita, Cabo Verde

existentes. Também esboçou o modelo de novos fortes e baluartes e indicou a sua localização. Bautista Antonelli estava ao serviço da Espanha e tinha como missão o levantamento do estado das fortificações de toda a América, desde o Estreito de Magalhães até as Caraíbas, com vista à elaboração de um sistema de defesa mais eficaz daquela área, face às constantes investidas de franceses e holandeses.

No relatório apresentado por Valdez, surge a primeira sugestão da mudança do porto da Ribeira Grande para a vila da Praia por esta apresentar melhores condições de segurança e higiene e ser aparentemente melhor localizada. Valdez realça a importância estratégica da ilha de Santiago na rota comercial, tanto para a costa da Guiné, quanto para a Índia e América e sugere a criação de uma armada para o patrulhamento das ilhas e da costa. Essa preocupação era devida ao facto dos franceses e ingleses começarem a instalarem-se na Guiné e a fazer os seus próprios tratos com os reis locais.

Um outro relatório surgiu, um pouco mais tarde, cerca de 1585, elaborado por João Barbosa, capitão das ilhas de Cabo Verde entre 1585 e 1588. João Barbosa fez chegar essa relação a João Baptista Lavanha, que em 1596 era cosmógrafo principal do rei Filipe II e, através desse documento, esboçou o sistema defensivo que se devia implantar na costa da Guiné para travar os actos de pirataria, e principalmente a defesa do território que Portugal e Espanha achavam, por direito, ser sua pertença.

Enquanto a relação de Valdez estava mais inclinada para a defesa da ilha de Santiago e o patrulhamento da costa da Guiné, o documento de Lavanha era muito mais amplo e abrangente. Consistia na elaboração de um sistema de defesa complexo que abrangia toda a costa da Guiné.

O plano de Lavanha previa a construção de uma série de fortes e baluartes distribuídos a partir do norte do Senegal, ao longo de toda a costa da Guiné até à Serra Leoa, estrategicamente localizadas a fim de impedir que os franceses se

fixassem na costa. A segunda parte da estratégia montada por Lavanha era a constituição de uma marinha de guerra que patrulhasse a costa e defendesse a passagem entre o Cabo Verde e as ilhas de Cabo Verde. Planeava-se a construção de uma fortaleza em Cabo Verde e outra na costa. As duas fortalezas, estrategicamente localizadas, e o apoio das armadas de Santiago e da costa da Guiné, impediriam que os piratas atingissem as possessões da Mina, S. Tomé, Angola, Brasil e Índia. Na altura, só era tecnicamente possível o acesso para o Sul através da passagem situada entre o Cabo Verde e as ilhas de Cabo Verde, passagem esta que era designada pelos espanhóis de *la Garganta*. Defendendo essa passagem era possível garantir a soberania Ibérica em todo o território ultramarino. Era um plano ambicioso mas perfeitamente realizável, só que a sua implementação nunca chegou a ser concluída.

Por volta de 1587, as primeiras relações sobre a defesa começaram a dar os seus frutos. Após várias incursões de piratas franceses e ingleses à ilha de Santiago, chegou à Ribeira Grande o fortificador proveniente de Tânger, João Nunes³⁶, com a missão de proceder à fortificação da ilha. João Nunes, que juntamente com Nicolau de Frias, António Mendes e Filipe Terzi fizeram parte da campanha de D. Sebastião no Norte de África, era agora responsável pela fortificação de Santiago, cargo em que foi nomeado em 12 de Junho de 1586.

O mestre de obras João Nunes, que se destacou pelo excelente trabalho realizado em Tânger quando substituiu Jorge Gomes, em 1577³⁷, trazia em carteira o projecto para a construção de uma nova fortaleza, que seria estrategicamente erguida no sítio mais alto da cidade que, para além de a

³⁶ Cf. Sousa Viterbo - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, Vol. II, p. 199.

³⁷ Idem, *ibidem*.

defender, deveria controlar a passagem no mar. Aventa-se a hipótese de que o projecto da fortaleza tenha sido desenhado pelo famoso arquitecto Filipe Terzi com quem Nunes vinha colaborando desde o Norte de África. Para além do já existente e precário sistema de defesa da ilha, constituído pelos baluartes da Vigia, Ribeira e S. Brás, procedeu-se à elaboração de um sistema defensivo mais complexo, incluindo a construção de muralhas onde a cidade pudesse ser cometida por terra, e as respectivas portas de acesso estrategicamente colocadas. Ao mesmo tempo que se procedeu ao alargamento do perímetro da defesa da cidade com a construção dos Fortes de S. Veríssimo, S. João dos Cavaleiros, Santo António e S. Lourenço, também se introduziu um conjunto de postos de vigia bem localizados que permitissem detectar qualquer aproximação à ilha.

Como já foi possível observar, são os mestres de obras, em especial os técnicos ligados à defesa militar, os principais responsáveis pela difusão das políticas reguladoras e centralizadoras da metrópole, relativamente aos territórios do ultramar.

Os primeiros mestres e peritos militares da defesa começaram a chegar a Cabo Verde, no âmbito dos sucessivos pedidos feitos pelos moradores, após as investidas iniciais dos piratas. Mas temos indicações de que outros técnicos surgem anteriormente a trabalharem em algumas obras importantes. Um dos nomes que aparecem ligados às obras em Santiago é o de André Fernandes³⁸. Sabe-se que, em 1526, se encontrava em Santiago, e que estava relacionado com a construção da capela-mor da Igreja de Santa Maria da Praia. Da investigação feita sobre André Fernandes apurou-se a existência de duas pessoas com o mesmo nome. O primeiro tinha concebido em 1560 um engenho que servia para tirar as areias do rio Mondego e achamos pouco provável estar ligado às obras da

³⁸ António Brásio - *Monumenta Missionária Africana*, África Ocidental (1500-1569) 2ª Série Vol. II, p. 63.

Igreja em Santiago³⁹. O segundo era mestre de obras e mestre de pedraria da fortaleza de Chaul em 1531⁴⁰. Não se sabe se é o mesmo que aparece na Vila da Praia em 1526, como contador das ilhas de Cabo Verde, enviado pelo rei para a conclusão da obra da igreja de Santa Maria da Praia, que tinha sido iniciada anos antes por um tal Diogo Farelo, cujo nome não foi possível localizar. Também participou na construção da igreja o pedreiro Ruy Felgueiras, residente na cidade da Ribeira Grande, que arrematou a obra. Nessa altura encontravam-se na Ribeira Grande Pedro Nunes e Roque d'Abreu, também pedreiros que mediram a igreja⁴¹. Outro nome importante, que também aparece ligado às obras da já referida capela-mor da igreja de Santa Maria da Praia, é o já referido João Nunes.

Depois da passagem de João Nunes, que procedeu à reforma e à elaboração de todo o sistema defensivo da Ilha, vários técnicos passaram por Santiago, mas nenhum aparentemente, esteve relacionado com grandes obras na Ribeira Grande. No entanto, a cidade mesmo depois de dispor de um sistema defensivo elaborado, continuou a revelar alguma fragilidade e pouca eficiência, face aos constantes ataques de piratas.

Em relação aos autores das outras obras consideradas de vulto no contexto da Ribeira Grande, não se conseguiu apurar nomes que se pudessem conectar aos projectos da Misericórdia, da Igreja, do Hospital ou da Sé Catedral e do Palácio Episcopal e muito menos ainda do Convento de S. Francisco⁴².

³⁹ Cf. Sousa Viterbo - *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, Vol. I, p. 321.

⁴⁰ Cf. Sousa Viterbo - *Op. cit.*, vol. III, p. 299.

⁴¹ António Brásio - *Monumenta Missionária Africana, África Ocidental (1500-1569) 2ª Série Vol. II*, p. 63.

⁴² Em anexo a este trabalho apresenta-se uma lista de técnicos ligados a obras ou de projectos de arquitectura e engenharia militar que foram possíveis detectar até finais do século XVIII actuando em Cabo Verde. Essas referências encontram-se, na sua maioria, no *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* de Sousa Viterbo.

O Princípio do Fim

Paralelamente à situação de terror criada pelos sucessivos ataques à cidade, a Ribeira Grande reforçou a sua posição de centralidade na área quando em 1587 se instituiu o governo Geral da Capitania de Cabo Verde, para logo no ano seguinte, em 1588, esta "centralidade relativa" ficar seriamente comprometida quando se construiu o Forte de Cacheu na costa da Guiné. Questionou-se o perigo que tal construção constituiria para os habitantes da ilha, que temiam pela diminuição de receitas que isso representava se as embarcações em vez de escalarem os portos de Santiago passassem a sair directamente de Cacheu. Esta situação, de certo modo, evidenciou-se em 1614, quando a Coroa se decidiu pela instalação do capitão na fortaleza de Cacheu, o que representou um significativo revés para a Ribeira Grande, chegando mesmo, em 1617, a cogitar-se inclusivamente a mudança da sede do Governo Geral para Cacheu.

Para além da hipótese da passagem do trato para Cacheu, e a concorrência com os novos actores na costa da Guiné, as dificuldades internas da Ribeira Grande agravavam-se com as sucessivas secas que se iam abatendo sobre o arquipélago, provocando o êxodo dos seus habitantes para o interior da ilha, à procura de melhores condições de vida. Para piorar a crise, começaram a surgir as primeiras pressões sobre os habitantes da Ribeira Grande com vista à mudança da capital para a Vila da Praia que tinha sido sugerida por Valdez em 1582. Com o estado de degradação em que se encontrava a cidade e a falta de segurança já referida, aumentaram, cada vez mais, os adeptos da mudança da capital para a Praia, contribuindo assim para o comprometimento da crise já instalada.

Por volta de 1619, através do então governador da Ilhas D. Francisco de Moura, começaram a surgir os primeiros relatos relativamente ao estado de degradação que a cidade vinha entrando, sobretudo devido à forte diminuição das rendas dos seus moradores, consequência directa do desvio do trato para Cacheu, que a Ribeira Grande perderia definitivamente cerca de 1645.

Em 1629, o padre jesuíta Sebastião Gomes expunha a sua opinião sobre a situação da capital: *“Por esta Ilha ir a olhos vistos em notável diminuição, e se temer que cedo fique sem comércio, o qual já logo é muito, e que em poucos anos fique esta ilha como curral de cabras...”*⁴³.

Em 1637, o mesmo padre da Companhia de Jesus voltava a relatar a situação que se vivia na cidade. *“A terra de alguns anos a esta parte tem descaído notavelmente e cada dia vai em tal diminuição em si, que quase de todo está exausta; e de fora há muitos anos que lhe falta o comércio, que somente era deste Reino, e quando muito do de Castela. Pelo que se teme que cedo será despovoada”*⁴⁴. Em 1638, a cidade encontrava-se já muito arruinada. O governador fez um pedido de carpinteiros, pedreiros e ferreiros para fazer face à destruição em que esta se encontrava e também sugeria o recrutamento de 200 homens locais para o reforço da defesa da cidade.

As descrições sucediam-se, cada vez mais dramáticas, e a situação militar agravava-se. As tentativas feitas pelos governantes para restaurar a cidade parecem ter sido em vão. Em 1664, o corpo militar era de cerca de 1280 militares sendo cerca de 5% brancos e, em 1676, a mesma percentagem baixou e já só havia cerca de 20 militares brancos. A situação piorava e a capacidade da

⁴³ Daniel Pereira - *Op. cit.*, p. 67.

⁴⁴ Daniel Pereira - *Op. cit.*, p. 68.

recuperação da cidade ia diminuindo. Os sintomas da morte da Ribeira Grande estavam cada vez mais evidentes.

Finalmente, no início do século XVIII, antes de 1705, terminaram as obras da Sé. Em 1712, a Ribeira Grande sofreu um dos ataques mais demolidores da sua história feito pelos franceses, comandados pelo pirata Jacques Cassard. Em 1754, o Bispo abandonou a cidade instalando-se em São Nicolau e depois mudou-se para a ilha de Santo Antão, onde permaneceu até à sua morte. Em 1764, os oficiais da Câmara relatavam o facto ao rei expondo a sua calamitosa situação *“Pomos na Real presença de V. Majestade a última, e total ruína que se acha esta Cidade ,e para firmeza de Vossa Majestade que não há nela cadeia, onde se prendam os criminosos, por cuja razão não se pode administrar a justiça, as casas da Câmara destruídas, o açougue por terra, as calçadas arruinadas e finalmente, Senhor, é a segunda Tróia destruída ...”*⁴⁵. Cinco anos após esta descrição, a sede do Governo foi transferida para a Vila da Praia, sendo Joaquim Salema Saldanha Lobo o primeiro governador das ilhas a residir na Vila da Praia. Assim, finalmente, punha-se fim à lenta agonia que a cidade atravessava que durou pouco mais de cem anos.

1.3. TERCEIRO TEMPO - A Cidade Velha e a Praia (Séc. XVIII)

A Vila da Praia

A Vila da Praia está situada a duas léguas para o sul da Ribeira Grande e o burgo encontra-se implantado sobre uma achada elevada, localizada numa baía.

⁴⁵ Daniel Pereira - *Op. cit.*, pp. 79-80.

No início do século XVI, assentaram-se as primeiras casas do povoado que, mais tarde, em meados do século XIX, viria a ser elevado a cidade e a capital do arquipélago. A toponímia do lugar deriva do sítio onde foram montados os primeiros casebres - a Praia Grande ou Praia Branca⁴⁶. Foi nesse lugar, que parecia oferecer boas condições para a construção de um ancoradouro, onde se instalaram os primeiros povoadores, que logo a seguir se mudaram para a achada que ficava junto à baía.

Ao contrário de todos os aglomerados portuários criados na mesma época no arquipélago, a Vila da Praia foi dos raros, senão o único, que não se manteve instalada na boca do porto. Na verdade, o local de assentamento da povoação encontrava-se no cimo de uma achada, como já foi dito, a cerca de 30m acima do nível do mar com encostas bastante escarpadas que abruptamente se precipitam sobre o mar. A razão da escolha deste lugar para a localização da vila foi a única forma encontrada para se contornar a situação criada pelas cheias que, de vez em quando assolavam a zona baixa, junto à praia, alagando-a e transformando-a num enorme charco de lama. Esses alagamentos ocorriam com certa frequência, sobretudo aquando das grandes enxurradas e por isso mesmo se optou por um sítio mais alto, mais arejado e mais defensável para a implantação do burgo. É preciso lembrar que, como já foi anteriormente dito, o processo de instalação dos povoados não se deu de uma só vez, mas sim por fases, e a cada fase se procedia à correcção em relação à anterior. Isso também aconteceu com a Praia. O primeiro núcleo foi instalado na Praia Grande, para depois ser corrigido e mudada a sua implantação para outro lugar no cimo da achada, que oferecia melhores condições para a implantação do povoado.

⁴⁶ António Leão Correia e Silva -*Praia: A Lenta Emergência de uma Capital*, in "Cultura", nº2, Julho, 1998, p.192.

As qualidades naturais do lugar eram excelentes. Por um lado, havia a baía que, com as suas águas profundas, oferecia boas condições de navegabilidade até à costa e a possibilidade de construção de um bom porto; por outro lado, haviam as condições favoráveis à elaboração de uma defesa eficaz do porto e do sítio.

Outro factor importante que contribuiu para a eclosão da vida urbana no local, foram as várias ribeiras de água doce que percorriam a região e que iam desaguar ao mar. A principal ribeira era a da Fonte Ana, localizada a poucos metros do ancoradouro que, pela qualidade da sua água, passou a ser ponto de paragem obrigatório dos navios. Assim, cedo, a Praia Grande passou a fazer parte das rotas dos navios que encontravam ali o lugar ideal para procederem à aguada.

Nos primórdios da segunda década de Quinhentos, duas situações em Santiago virão contribuir para reforçar a importância do recém nascido povoado da Praia. A primeira situação está ligada com desmantelamento da Capitania do Norte, que estava sediada em Alcatrazes. Por razões várias, ligadas à sua má localização e aos condicionantes do clima que se revelou austero, aquela povoação fracassou e foi abandonada. Parte da população instalou-se na capital, Ribeira Grande, enquanto que a outra parte optou por se instalar na povoação da Praia. A câmara de Alcatrazes foi transferida para o novo núcleo emergente, que automaticamente ascendeu ao estatuto de Vila⁴⁷.

A segunda situação tem a ver com as más condições de funcionamento do porto da Ribeira Grande. Esse porto sempre foi contestado por ser alegadamente perigoso. Segundo uma descrição feita em 1606 pelo padre Baltasar Barreira “*O porto da Cidade é mui estreito e por causa de um arrecife que tem em si correm muito risco os navios que vêm a ele; em menos de um ano, depois da nossa*

⁴⁷ Ilídio Baleno - “Povoamento e Formação da Sociedade”, in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, p. 140.

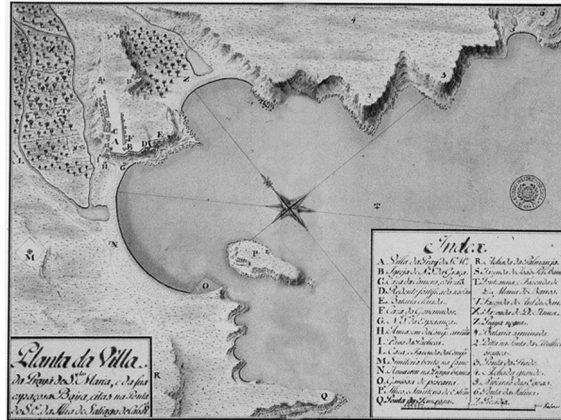


Fig. 9
Planta da Vila da Praia
Desenho de António Carlos Andrea, 1778
AHU, Cartografia Manuscrita, Cabo Verde

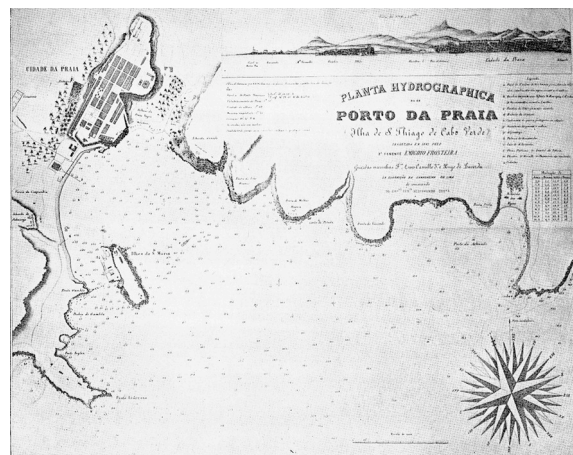


Fig. 10
Planta Hydrographica do Porto da Praia
Desenho de Emygdio Fronteira, 1882
Sociedade de Geografia de Lisboa

*chegada, se perderam nele seis e outros estiveram muito perto de fazer o mesmo*⁴⁸. Com o surgimento do porto da Praia que, ao contrário do da Ribeira Grande era muito mais seguro, os pilotos passaram a optar cada vez mais por aquela vila em detrimento da Ribeira Grande.

Foi essa situação que, por um lado, provocou a precoce elevação da povoação da Praia à categoria de Vila. Por outro lado, o crescente movimento portuário também gerou o aumento de transações comerciais e a Vila da Praia começou a dar passos largos em relação ao seu desenvolvimento, o que fez atrair os órgãos de controle judiciais e administrativos ligados ao Estado. Assim, confirma-se que por volta de 1517 a Praia já tinha um almoxarife e, cerca de 10 anos depois, nomeava-se o primeiro capitão da vila na pessoa de Gomes Balieiro.

Uma vez instaladas as instituições legais do Estado não tardou que, na mesma época, cerca de 1526, iniciou-se a construção da igreja da vila dedicada a N. Senhora da Graça, cujas obras foram dirigidas por André Fernandes como já se viu.

Com a instalação da igreja, e tendo o porto como principal catalisador do povoamento, eclodiu o processo de urbanização tendo como polo gerador o espaço disponível na achada à volta da igreja. Tal como havíamos observado em relação a S. Sebastião na Ribeira Grande, em que a construção da Sé originou o bairro com o mesmo nome, na Praia repete-se a mesma situação. Assim, à volta da igreja surgiram as primeiras construções de casas pertencentes aos funcionários régios, mercadores, comerciantes e proprietários rurais, tudo isso alimentado pelo dinamismo da crescente actividade portuária. O processo de crescimento foi tão rápido que em 1572, *“a vila contava com cerca de 30 fogos e*

⁴⁸ Daniel Pereira -*Op. cit.*, p. 60.

447 almas de confissão, isso “afora os que se ensinão para isso”⁴⁹, e em 1582, “A Vila da Praya ... terá 200 vezinhos que poderão ter mil escravos, entre machos e femeas, os 800 de confissão e os 200 que se doutrinam pera yso,...”⁵⁰.

É preciso alertar para o facto de que, para além da baía oferecer melhores condições naturais, também era menos vigiada pelas autoridades fiscais, e isso contribuía para uma maior procura deste porto. A Vila da Praia era, por assim dizer, um lugar propício para aqueles que, de uma maneira ou doutra, tentavam tirar partido desta situação de falta de controlo do Estado.

Esta seria a primeira etapa da formação do burgo que se caracterizou por um crescimento lento que durou aproximadamente até meados século XVI, quando o arquipélago começou a ser alvo dos primeiros ataques de pirataria. Os alvos visados pelos piratas, eram inicialmente os navios acostados nos portos, para depois passarem a perpetrar ataques às vilas pilhando tudo e criando terror entre os seus habitantes. Esses ataques eram praticados em todas as ilhas habitadas do arquipélago, o que provocava uma situação generalizada de insegurança em toda a área. Foi nesse quadro que se começou a traçar o primeiro esboço da crise, que se instalaria na ilha, e que viria a travar a acção de crescimento urbano já iniciado e com isso o início dum penoso processo de desestruturação social, económica e urbana que duraria todo o século XVII e princípios do século XVIII.

Os moradores, tementes das investidas dos corsários, começaram a abandonar os centros urbanos, emigrando para o interior da ilha de Santiago, à procura de mais segurança do que aquela encontrada nas vilas. Deu-se assim início a um processo de desurbanização da Vila da Praia e, como se um mal só

⁴⁹ António Leão Correia e Silva - *Op. cit.*, p. 192.

⁵⁰ *Relacion de algunas cossas de las Yslas de Cabo Verde y del sitio dellas*. 1582. Archivo Nacional de Simancas, Guerra Antigua, Legajo 122, doc.180.

não bastasse, outro problema veio agravar ainda mais a situação com o período de cerca de seis anos de seca que se fez sentir entre 1605 e 1611 que assolou a ilha, fazendo com que a Vila entrasse em franca decadência.

Dentro do clima de insegurança que se instalou no arquipélago, as primeiras medidas começaram a ser tomadas, e nesse âmbito foram enviados para o terreno especialistas militares da defesa, a fim de se fazer um levantamento da situação, tendo como objectivo a elaboração de um sistema defensivo mais eficaz que fizesse frente, e pusesse termo, às agressões de que tanto Ribeira Grande quanto a Praia eram vítimas. Foi nesse âmbito que apareceu na R. Grande, o já falado estratega militar Diego Florez de Valdez⁵¹, que elaborou um relatório no qual sugeria a transferência do porto para a vila da Praia pelas razões que já se conhecem. No relatório constava o seguinte sobre este assunto: *“Eu sou de parecer que Vossa Majestade devia passar o trato deste porto de Santiago para o da Praia, por ser muito melhor porto, e grande, e abrigado de todo o temporal, e lugar donde, se o inimigo se apoderasse, seria senhor da Ilha, e podia fazer-se forte com muita facilidade e a pouco custo, e é o lugar mais são ...”*⁵². Segundo consta, foi a primeira vez que se levantou a hipótese da mudança da capital para a Vila da Praia. Diego F. de Valdez para além de argumentar a mudança pelas qualidades que o porto da Praia auferia, alegava também a situação de segurança da ilha, aconselhando que se concentrassem a maior parte dos efectivos militares na Praia, em vez da Ribeira Grande, por achar demasiado perigoso para a ilha caso acontecesse um desembarque do inimigo, na baía da Praia, e a vila se encontrasse sem defesa.

⁵¹ Ver item anterior.

⁵² Padre António Brásio - *Monumenta Missionária Africana (África Ocidental)*, 2ª Série, vol. III, pp. 92-93.

Outra coisa não era de se esperar, senão uma reacção violenta, por parte dos habitantes da Ribeira Grande, tentando inviabilizar a proposta da mudança da capital. Mas as ideias de Valdez já tinham sido lançadas e muitos foram os seus adeptos. Por um certo período tudo parecia indicar que a capital seria transferida para a Praia, no entanto tal não aconteceu. Era evidente que as razões levantadas por Valdez não eram, por si só, suficientes para se proceder à mudança do porto, por isso mesmo, optou-se pela solução mais simples e menos dispendiosa no momento – a construção da Fortaleza de S. Filipe ⁵³. Assim, a Praia perdeu uma oportunidade de se afirmar e continuou no processo de decadência económica por que passava toda a ilha.

Após o longo período de convulsões que caracterizou todo o século XVII, no final de seiscentos começou-se a registar uma lenta recuperação económica, em que aos poucos iam aparecendo cada vez mais navios no porto da Praia. Veio contribuir para esta situação a actuação de novos beligerantes no espaço Atlântico que, cada vez mais, era frequentado por navios de outras nacionalidades. Caindo por terra as pretensões do Tratado de Tordesilhas, o Atlântico deixou de ser um “espaço Ibérico” e passou a ser compartilhado por outras potências. Começavam a aparecer as primeiras colónias francesas e inglesas na zona e, com isso, uma nova configuração do espaço Atlântico que entretanto se internacionalizou. Foi nesse âmbito que paulatinamente se aumentaram as escalas técnicas no porto da Praia e com isso houve uma lenta retoma das actividades, tanto do porto, quanto da Vila.

Enquanto assistia-se a um renascer da Vila da Praia, a Ribeira Grande, pelo contrário, parecia entrar numa crise sem precedentes a caminho da decadência. Primeiro, perdeu definitivamente a sua posição como entreposto de “exportação”

⁵³ Daniel Pereira -*Op. cit.*, p. 85.

de escravos, para depois, por alvará régio de 1652, ser decretada a possibilidade de mudança da residência do Bispo e do Governador para a Vila da Praia⁵⁴.

Assim, com o quadro favorável ao desenvolvimento da Vila da Praia, cada vez mais os camponeses do interior da ilha se aproximavam da Vila e do Porto, trocando os seus produtos por outros, fazendo com isso renascer as actividades da Vila.

Em 1756 foi conferida à Companhia do Grão-Pará e Maranhão o exclusivo de todo o trato do comércio externo de Cabo Verde. Esta instalou-se de imediato na Vila da Praia, onde poderia manter o controle das transações comerciais e, ao mesmo tempo, procurou trazer para vila toda a centralidade político-administrativa. Foi nesse sentido que foi nomeado o primeiro governador das Ilhas, Joaquim Saldanha Lobo, que não residia na capital Ribeira Grande.

Segundo António Correia e Silva, no tempo da Companhia, a Vila da Praia definia-se por “...pouco mais de que o largo imediatamente cimeiro ao porto, no extremo sul do planalto, onde se localiza a igreja de Nossa Senhora da Graça, o cemitério a ela adjacente e o presídio. Um pouco a norte situava-se a Praça do Pelourinho, onde num único sobrado, tem assento a Câmara o Tribunal e a Cadeia. No arraial em frente realiza-se o mercado municipal”⁵⁵.

A partir desta descrição, nota-se que Praia era uma pequena povoação que, de modo algum, conseguia competir com a Ribeira Grande e o seu estatuto de capital. Embora, por esta altura, a crise da Ribeira Grande se tornasse praticamente irreversível conforme nos é relatado por Daniel Pereira “A Ribeira Grande encontra-se praticamente abandonada e a maior parte das casas estão

⁵⁴ Daniel Pereira - *Op. cit.*, p. 71. (convém esclarecer que o Alvará Régio não determinava a mudança do Bispo ou do Governador para a Vila da Praia, mas sim que passassem a residir temporariamente ora na R. Grande ora na Praia).

⁵⁵ António Leão Correia e Silva - *Op. cit.*, p. 196.

*arruinadas, incluídas a Câmara e a própria cadeia. As fortalezas encontravam-se desguarnecidas e a cidade sem capacidade para se defender. A decadência é cada vez maior, o processo de abandono da cidade é mais intenso e a miséria das populações é real e dramática*⁵⁶.

Encontrando-se a Ribeira Grande no estado acima relatado, ressurgiu uma nova consciência da parte dos políticos da Praia, no sentido de promover e modernizar a Vila. Uma primeira tentativa foi feita nos finais do século XVIII, mas a verdadeira reestruturação do tecido urbano iria dar-se no começo do século XIX, pelo governador António de Lencastre, que estruturou um verdadeiro plano urbanístico rectificando ruas, criando largos e praças, estabelecendo as principais linhas norteadoras do desenvolvimento urbano. Foram transferidas para a Praia algumas instituições sediadas na Ribeira Grande, como foi o caso do Hospital da Misericórdia, mas a implantação do plano Lencastre só começou a ser concretizada pelo governador João da Matta Chapuzet. Conforme nos relata António Correia e Silva, *"Em 1826, o povoado conta já com uma praça, a do pelourinho, cinco ruas (Rua do Lencastre, Rua dos Quartéis, Rua Nova do Paiol, Rua Larga, Rua da Madragoa) três largos (da Bateria, do Hospital e da Boa Vista) e três becos (ponta Belém, da Botica e do Paiol)*⁵⁷. Nessa altura a população da Vila rondava os 1800 habitantes. Animados pelas reformas urbanísticas e pela modernização da vila, os moradores juntaram-se à volta de um projecto ambicioso e recorrente, pedindo ao rei que concedesse foro de cidade à então Vila de Santa Maria da Praia, e a elevasse a capital das Ilhas de Cabo Verde com todos os privilégios que lhe eram devidos. A Ribeira Grande, embora moribunda, contestou tal pedido e voltou a ganhar. A pretensão da Praia foi, uma vez mais, indeferida.

⁵⁶ Daniel Pereira - *Op. cit.*, p. 75.

⁵⁷ António Leão Correia e Silva - *Op. cit.*, p.197.

Mas, meio século depois, por decreto de 29 de Abril de 1858, a Vila da Praia foi finalmente elevada à categoria de cidade e capital das Ilhas de Cabo Verde.

A Disputa pela Capital

O que conseguimos apurar ao longo do curto período de existência da Ribeira Grande, foi que ela nunca conseguiu atingir toda a grandeza que, supostamente, a sua “centralidade” lhe atribuía. Como capital das ilhas e dos Rios da Guiné, sempre viveu num equilíbrio precário, em que o pulsar da sua economia esteve fortemente dependente da sua capacidade de relacionamento com outros espaços, e da “posição” que a sua “centralidade” lhe colocava. Esta “centralidade relativa” foi, como é óbvio, sempre cobiçada e contestada pelos oponentes e, ao mesmo tempo, fortemente defendida pelos moradores da Ribeira Grande.

Primeiro, foi a sugestão da mudança da capital para Vila da Praia, ideia lançada por Diego Flores de Valdez em 1582, aquando da sua viagem ao Brasil. Essa ideia só começou a tomar forma após dois ataques demolidores que a cidade sofreu, em 1583. O primeiro ataque foi feito por Emanuel Serradas, um partidário da causa de D. António Prior do Crato, que desembarcou na Vila da Praia e marchou sobre Ribeira Grande pilhando e saqueando a cidade. Em 1585, o pirata inglês Francis Drake atacou a cidade causando tantos danos que, após o ataque, os moradores foram obrigados a procederem à reedificação das igrejas “*retábulos e altares que se queimaram*”, além das casas dos moradores que ficaram destruídas em “*três partes delas*”⁵⁸. Alegando a insegurança do burgo perante os

⁵⁸ Daniel A. Pereira - *Op. cit.* p. 56.

ataques sofridos, os opositores vieram reforçar a ideia da mudança que, afinal se mostrou pouco compensatória.

Depois foi Cacheu, que revelou importantes aspectos. Os habitantes da Ribeira Grande contestavam qualquer tipo de instalações na costa temendo sempre pela sua sobrevivência. O processo de fortificação e de criação de uma vila em Cacheu foi efectuado e, apesar de ter retirado em parte algo do comércio e das condições de privilégios que pertenciam à Ribeira Grande, esse facto na verdade não foi tão ameaçador quanto os moradores temiam, porque Cacheu não conseguiu efectivamente instalar-se como um “centro”. Assim, a Ribeira Grande mantinha-se como a capital de toda a área porque não havia, de facto, outro espaço com melhores condições para o substituir. Ou seja, era concretamente um “centro relativo”, considerando que todos os outros à sua volta lhe eram ainda hierarquicamente inferiores no quadro do funcionamento da rede.

Isto foi o que se passou ao longo de todo o século XVII e boa parte do século XVIII. Embora fosse evidente a decadência da Ribeira Grande, não havia outro núcleo em condições melhores. A crise era efectivamente geral. As próprias alegações principais dos opositores da Vila, vinculadas à fraca defesa do seu porto e à fragilidade demonstrada perante os ataques piratas, era um falso argumento na medida em que esta situação era comum a todos. Os ataques ocorriam tanto na Ribeira Grande quanto na Praia e nenhuma tinha defesas eficientes.

No século XVIII, com a instalação da Companhia de Comércio e com a recuperação económica da Vila da Praia, a “ameaça” desde sempre sustentada pelos opositores começou finalmente a revelar-se como realidade. Embora esta ameaça se tenha concretizado com a transferência paulatina das várias funções centrais que a capital detinha para a Praia, esta só perdeu o título no século XIX. Na verdade, o que se observa é que enquanto a cidade da Ribeira Grande foi

efectivamente capaz de subsistir foi-lhe mantido o estatuto de capital que, apesar disso, não foi suficiente para a sustentar de facto.

Quando a capital foi finalmente transferida para a Praia, a Ribeira Grande já estava “morta”. Tinha “morrido” ao longo do tempo, depois dos principais sustentáculos da sua centralidade se terem abalado.

A Praia afinal não disputou a sua “capitalidade” com a Ribeira Grande, pode dizer-se que a herdou. Mas foi obrigada a disputar o título com outra “vila nova” emergente, o Porto Grande de Mindelo na Ilha de S. Vicente. Mas tudo isso se passa já no século XIX, fora do âmbito deste trabalho, já noutras condições económicas e numa nova rede. A Ribeira Grande desde então estabelecida como “Cidade Velha”, foi obrigada a dar lugar às “cidades novas” do arquipélago.

PARTE II
Análise do Espaço Urbano

Cap. 1

METODOLOGIA DE ABORDAGEM**1.1. Tratamento da Cartografia e as Plantas Base da Análise Formal**

Após a elaboração da listagem do material cartográfico e iconográfico consultado nos diversos arquivos (ver anexo), tentaremos, a partir de agora, explicar a metodologia utilizada no tratamento desse material. As plantas finais apresentadas no trabalho têm origem no cruzamento de informações obtidas entre a cartografia do século XVIII, concretamente as plantas desenhadas pelo engenheiro António Carlos Andrea, e os levantamentos mais recentes obtidos junto à Câmara Municipal da Praia.

A partir da planta de 1769 (*Planta da Cidade da Ribeira Grande de Cabo Verde, com as suas Fortificações, e o estado delas e da sua Artilharia*), podemos visualizar praticamente toda a cidade e nela localizar o vale e a ribeira, assim como todo o sistema de fortificações, os principais edifícios civis e religiosos e o estado em que se encontravam na data em que o desenho foi elaborado. A planta foi realizada após várias pilhagens de que a cidade foi vítima e, por essa razão, nela estão indicados os edifícios que se encontravam em estado de ruína.

Tendo por base esta planta, desenhada à escala gráfica de 1000 palmos e, com a ajuda de algumas descrições encontradas nos documentos sobre os edifícios mais importantes da cidade, foi possível converter a escala gráfica para uma escala métrica. Sobrepondo-se esta planta ao levantamento actual da Cidade Velha, de 1996, onde constam as ruínas de alguns edifícios antigos, conseguiu-se

um acerto aproximado da escala e a elaboração de uma planta final que simula a cidade no século XVIII.

A outra planta, datada de 1778, tem a seguinte legenda: *Planta da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde em cuja planta se vê expressadas as vocações dos templos; nomes dos Bairros e Ruas como também o destino dos principais edificios, e a quem pertenciam; tudo porém no estado em que se achavam em 1778*. Esta planta foi relevante para o trabalho, visto ter-nos possibilitado identificar a toponímia da cidade e a localização dos edifícios mais significativos. Apresenta um pequeno quadro com o nome dos Bairros e das Ruas e também o número de casas existentes, algumas com o nome dos proprietários. Nota-se que, em termos de escala, esta planta apresenta uma certa deformação especialmente nas áreas relativas ao Bairro de S. Sebastião e à Fortaleza de S. Filipe. As medidas indicadas para estas áreas não coincidem nem com as da planta de 1769, nem com as descrições referidas nos documentos e menos ainda com os levantamentos actuais. Como se tratava de um desenho cujo objectivo básico era indicar a propriedade dos edifícios e o número de habitantes, (principalmente os da zona baixa da cidade), provavelmente não corresponde a um levantamento original e sim uma planta esquemática.

Uma vez elaborada a planta planimétrica da cidade, à escala métrica e com a localização dos bairros, ruas e edifícios mais relevantes correctamente representados, recorremos ao levantamento topográfico de 1968, no qual constavam as curvas de nível, para realizar uma segunda sobreposição de plantas. Tal processo permitiu-nos a concretização do modelo tridimensional e a construção de diferentes perfis da cidade.

Sintetizando todas as informações recolhidas elaborou-se uma planta vectorial possível de ser trabalhada em várias escalas, consoante a necessidade e o nível de pormenores requeridos. Esta planta, a seguir identificada por planta-

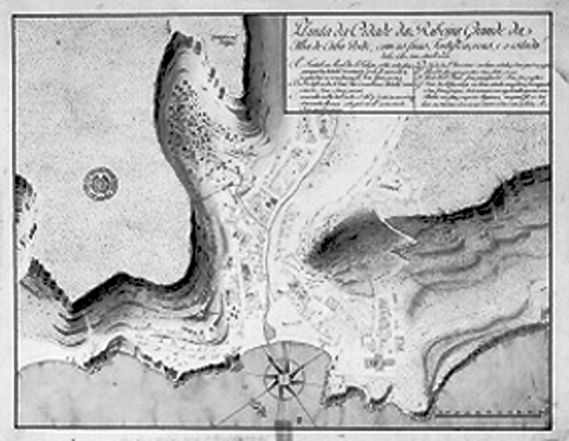


Fig. 11
de Cabo Verde, com as suas Fortificações
Desenho de Antonio Carlos Andrea, 1769
AHU, Cartografia Manuscrita, Cabo Verde

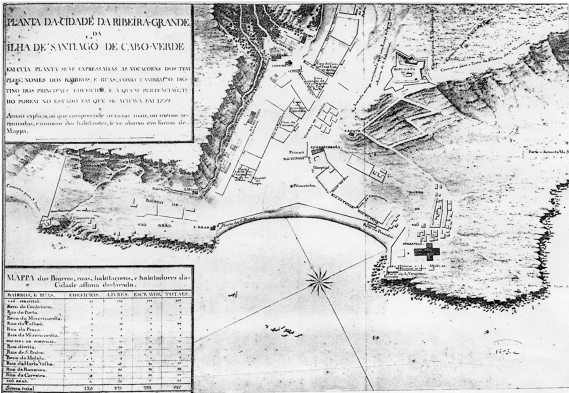


Fig. 12
Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde
Desenho de Antonio Carlos Andrea, 1778
GEAEM

base, será utilizada como principal suporte para a leitura do espaço urbano e também como base para as diversas análises efectuadas relativamente ao burgo. Para permitir a correcta leitura das informações constantes na planta, optou-se por manter uma escala gráfica em todas as reproduções que dela se fez.

Tentou-se tirar o maior partido possível das informações disponíveis na documentação cartográfica procurando sistematizá-las através dos meios informáticos e permitir novas e mais eficientes leituras. No entanto há que referir que o processo descrito não está isento de erros gráficos de transposição da planta manuscrita do século XVIII para a planta actual da Cidade Velha. Mesmo assim, apesar de todas as dificuldades encontradas, achamos que o resultado obtido tem um grau elevado de fiabilidade.

A seguir, apresentamos as plantas resultantes do processo descrito e os levantamentos mais recentes que serviram de base para todo o trabalho de leitura e análise do espaço urbano.

Definiu-se, como área de estudo, um círculo de cerca de 500 metros à volta do núcleo central da Ribeira Grande, incluindo as fortificações periféricas.

Antes de começar a análise do espaço urbano, apresenta-se uma planta síntese com a identificação dos principais edifícios.

1.2. Métodos de Análise, Conceitos e Instrumentos de Leitura

A nossa intenção na elaboração deste item é a apresentação do método de abordagem que nos permitiu efectuar a leitura de um espaço urbano como é o da Cidade Velha que tem características e especificidades próprias.

O objectivo principal era proceder a avaliação global do espaço urbano através da leitura dos seus elementos estruturadores. Nesse sentido, procurou-se

avaliar as características estruturais mais significativas daquele espaço, bem como as suas particularidades.

As linhas que nortearam o método de leitura utilizado ao longo da segunda parte deste trabalho tiveram como principal suporte teórico os conceitos e a metodologia desenvolvidos pela equipa *Direction de l'Architecture et l'Urbanisme et le Service Technique de l'Urbanisme* em Paris¹ assim como os estudos realizados pelo *Laboratório Nacional de Engenharia Civil* em Lisboa, na área do Planeamento Urbano e Regional. Tal escolha se deve, por um lado, à larga experiência adquirida por estas duas instituições relativamente às intervenções nos centros históricos, e por outro lado, também pelos sucessivos testes sofridos pelos métodos de análise desenvolvidos para esse tipo de abordagem nessas intervenções.

No caso da STU, (*Service Technique de l'Urbanisme*), a metodologia que a instituição desenvolveu está descrita em quatro volumes publicados entre 1987 e 1994. Os dois primeiros títulos foram os mais adequados ao tipo de análise pretendido para o nosso objecto de estudo. *Les Outils de Lecture* e *Méthodes d'Analyse*, são datados de 1987 e 1989 e ambos realizados por Adam Yedid. São volumes dedicados aos centros históricos, em que no primeiro são retratados, em termos gerais, os principais procedimentos a ter com o material levantado (a cartografia, documentação manuscrita, iconografia, etc.). No segundo volume vem

¹ Direction de l'Architecture et de l'Urbanisme, *Centres Historiques*

- *Les Outils de Lecture*, Paris, 1987.

- *Méthodes d'Analyse*, Paris, 1989.

- *Lire et Composer l'Espace Public*, Paris, 1991.

- *Composition Urbaine I – Repères*, Paris, 1992.

- *Composition Urbaine II – Projets*, Paris, 1994.



Fig. 14
Planta-Base
Desenho síntese baseado na Planta da Cidade da Ribeira Grande,
de 1769, de Antonio Carlos Andrea e nas plantas actuais

descrita a metodologia e os utensílios de leitura utilizados na análise dos espaços urbanos.

Em conjunto com os volumes da STU, também foram úteis os estudos desenvolvidos pelo LNEC, (*Laboratório Nacional de Engenharia Civil*) na área de planeamento urbano e regional. Nos volumes *Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento/Acção da sua Reabilitação*, de 1994 e o *Plano de Salvaguarda do Núcleo Antigo de Sacavém*, coordenadas pela arquitecta Maria da Luz Valente Pereira, são contemplados para além de uma elaborada metodologia de leitura da imagem com vista à reabilitação de áreas urbanas, exemplos concretos da sua aplicação. Assim, foi possível seguir de perto métodos de leitura e análise aplicados em situações concretas: Madragoa, Lapa e Benfica em 1991 e Sacavém em 1994.

Para o desenvolvimento da análise formal, o principal suporte gráfico utilizado foi a “planta base”. Esta surgiu da confluência de vários elementos cartográficos e de dados históricos obtidos na documentação. Dado as especificidades do núcleo urbano em causa, a Ribeira Grande, aliás a Cidade Velha, o estado de ruína encontrado não permitiu que a cidade actual pudesse fornecer muitas informações para a análise formal do núcleo no período em que nos propomos a estudá-lo. Os vestígios remanescentes daquele período são poucos e esparsos e o abandono sofrido pelo núcleo não ajudou a sua preservação em termos mais globais. Assim, os elementos base da análise formal aqui desenvolvida foram efectivamente as plantas do núcleo urbano por serem os únicos documentos encontrados que permitiram efectuar uma leitura mais abrangente da cidade.

Relativamente aos edifícios, para além de não terem resistido ao tempo é ainda mais evidente a falta de material escrito e desenhado. Nesse sentido, descartamos a hipótese de efectuar análises arquitectónicas de objectos em si e

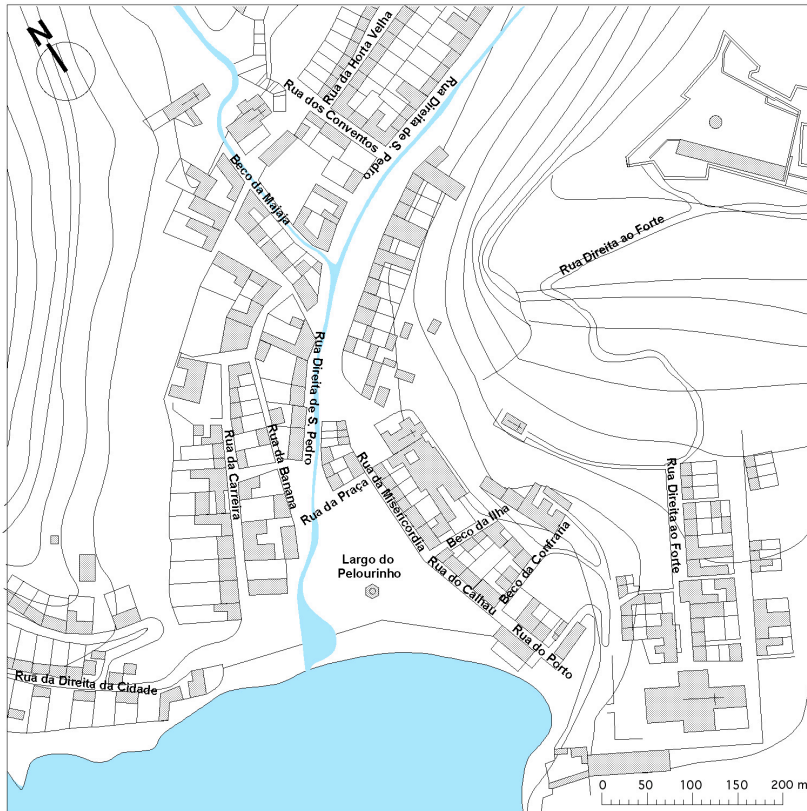


Fig. 15
As principais ruas e becos da cidade
Desenho baseado na *Planta da Cidade da Ribeira Grande*, de 1778, de Antonio Carlos Andrea

optamos por uma abordagem mais generalizada baseando-nos sobretudo nas plantas que retrataram a cidade no século XVIII. Em conjunto com as plantas da cidade, associamos alguma documentação escrita que nos permitiu traçar em linhas gerais o quadro evolutivo do espaço urbano da cidade.

O princípio adoptado nesta análise assenta-se essencialmente na leitura efectuada da planta de 1769, e por opção metodológica a abordagem do trabalho foi feita a partir do geral, isto é do conjunto urbano, para o particular, os seus elementos constituintes.

Para tal, procedeu-se à delimitação da área de estudo. Definimos área de estudo como o espaço delimitado, coerente e compacto no qual incidirá o estudo. Esta área tem características específicas e encontra-se inserida ainda num contexto maior com o qual ela estabelece relações. É vista como uma unidade mas é perfeitamente relacionável. A partir do desenho, elementos como a configuração topográfica do lugar, a morfologia dos tecidos urbanos nas diversas áreas que compõem o espaço urbano, a apropriação social do solo urbano, o traçado das principais redes de acessibilidades, e ainda a paisagem urbana foram determinantes na delimitação da área de estudo.

Após a delimitação da área de estudo tentou-se avaliar as razões que levaram à localização e à implantação do burgo naquele lugar. As cidades são fundadas com objectivos definidos que podem ser de várias ordens, políticas, económicas, militares, religiosas etc., mas o que se pretendeu neste estudo foi avaliar as relações entre o lugar escolhido para a implantação e a forma do burgo. Isto é, descobrir até que ponto os motivos da localização e implantação urbana viriam a influenciar a forma urbana. Entenda-se por forma urbana a organização espacial adoptada pelo burgo e pelos seus elementos constituintes no terreno. Essa organização espacial concede ao burgo características próprias e configurações específicas.

Neste quadro é de destacar o papel que desempenha a topografia. Assim, elaborou-se uma representação tridimensional do terreno e definiram-se vários perfis tentando por este meio vislumbrar os diversos níveis e as várias configurações do tecido urbano no terreno. A síntese dessas informações permitiram-nos caracterizar e avaliar alguns traços essenciais da morfologia geral do espaço urbano da Ribeira Grande.

Após a avaliação morfológica geral do espaço urbano, tentou-se identificar as principais fases de crescimento da cidade, assim como avaliar a que ritmo se deu e de que modo se processou o seu desenvolvimento urbano. Para tal, foi primordial determinar as direcções ou vias segundo as quais o tecido urbano foi crescendo e se desenvolvendo. Essas vias ou eixos direccionais ao longo das quais se processa a progressão do tecido urbano designamos de eixos geradores ou eixos estruturadores². É segundo os eixos de expansão que o tecido urbano se vai consolidando e adquirindo forma e expressão própria. Contudo, essa análise é feita no espaço e no tempo. Cada uma das etapas de crescimento do núcleo físico da cidade corresponde a um determinado período da sua história. Estabelecendo as etapas de crescimento é-nos permitido avaliar as transformações que o tecido urbano foi sofrendo, as tendências da sua evolução, os elementos de fixação do tecido urbano e certas características da imagem urbana. Em cada fase de crescimento urbano também é possível determinar as principais ideias e modelos de cidade vigentes nas diferentes etapas de crescimento.

As várias direcções possíveis da expansão do núcleo estão altamente dependentes da geografia local. É a geografia o principal modelador dos eixos de expansão. É ela que com os seus elementos constituintes (escarpas, rios, curvas

² Nem sempre os eixos geradores são estruturadores. Encontramos pelo menos um caso no nosso estudo em que um eixo que era gerador e estruturador do tecido urbano, numa primeira fase de crescimento urbano, e que numa segunda fase crescimento perdeu toda a vitalidade a favor a novos eixos emergentes.

de nível, etc.) constituem barreiras ou não ao desenvolvimento dos eixos de expansão e actuam como principais condicionantes da forma urbana. Assim, tendo por base a morfologia do sítio e a evolução histórica, encontram-se os elementos estruturadores do tecido urbano.

Uma vez apresentada a cidade no seu conjunto, passou-se à análise dos seus elementos constituintes, avaliando-se, num primeiro momento, a estrutura da malha urbana, incluindo aqui obviamente a estrutura viária também. E num segundo momento, procedeu-se ao estudo dos elementos internos da malha, com a identificação da estrutura do loteamento.

Antes de mais o nosso conceito de malha urbana está associada ao desenho, isto é, à geometria desenhada no solo pela sequência dos espaços públicos e privados, edificados ou não, que constituem o espaço urbano. É a malha urbana que nos transmite as características mais marcantes e permanentes do tecido urbano.

Para analisar, interpretar e avaliar a malha urbana tivemos em consideração elementos como o traçado e as suas orientações dominantes, que são reveladoras do posicionamento da malha no terreno, dos elementos de construção da sua geometria, das continuidades e descontinuidades do tecido.

A geometria desenhada pela malha define as diferentes configurações apresentadas pelo tecido urbano, que ora apresenta diversidade ou homogeneidade, ora situações de certa regularidade, ora situações de adaptação orgânica às condições do terreno. Procurou-se avaliar cada uma destas situações de modo a estabelecer os parâmetros de diferenciação de cada caso. Os principais elementos desta categorização foram os que designamos como situações de “paralelismo” e de “perpendicularidade” encontrados entre os diversos quarteirões constituintes da malha.



Fig. 16
Planta da Ribeira Grande indicando a área que o estudo abrange

Assim, quando há uma situação clara de eixos verticais e horizontais que se cruzam perpendicularmente, a expressão utilizada foi a da malha regular, que geralmente, coincide com as zonas planas da cidade. E nas zonas em que é possível detectar alguns indícios de regularidade da malha e, em que devido ao terreno acidentado não tenha sido possível a perpendicularidade absoluta, foi utilizada a terminologia de malha “tendencialmente” regular. Nas outras em que a adaptação ao terreno aparentemente não buscou nenhuma ordenação utilizou-se a expressão de malha orgânica. Essas noções são naturalmente aplicáveis, também no traçado viário.

Partindo da ideia do traçado viário como o conjunto das artérias que formam o tecido urbano da cidade, ele pode ser contínuo ou descontínuo e assumir a forma regular ou orgânica. Tal como a malha urbana, a regularidade do traçado está intimamente ligada ao relevo, é regular nas zonas em que o terreno é plano e a intercepção entre as artérias é perpendicular, e orgânica quando na sua adaptação ao terreno segue os contornos normais da irregularidade do mesmo.

Essas observações sobre os conceitos de “regularidade” utilizados neste trabalho são importantes na medida em que se procurou buscar a essência da ordenação do tecido urbano ao mesmo tempo que se tentou entender a lógica da sua formação. Para tal foi necessário proceder a uma avaliação que ao invés de assumir uma caracterização genérica para todo o conjunto, procurou encontrar, nas mínimas diferenças entre as partes do tecido algum eventual denominador comum que explicasse a génese da sua constituição.

No entanto, deixamos claro que o objectivo da utilização destes conceitos não visa de modo algum estabelecer um padrão de “classificação” do núcleo mas tão somente avaliar, da maneira mais sistemática possível, os seus elementos constitutivos.

Para o estudo da estrutura interna dos bairros seguiu-se, de certo modo, o mesmo procedimento utilizado na análise da malha, procurando identificar os elementos comuns entre as várias partes do tecido. Aqui já a análise encontrou, com efeito, a repetição sistemática de um elemento de modelação que se apresentava com características similares nas diferentes áreas do núcleo urbano. Tal elemento identificado como “lote base”, utilizado na distribuição interna dos bairros, foi então avaliado nas suas principais características. Depois de estabelecido o quadro tipológico geral do loteamento, as variações do “lote base” e as principais situações de confrontações, passou-se à análise detalhada de cada uma das áreas urbanas.

O processo seguido na análise das áreas urbanas será apresentado com mais detalhe no respectivo capítulo. Adiantamos que se tentou manter o mesmo procedimento sistemático procurando observar de uma maneira cada vez mais aprofundada os elementos constitutivos do desenho urbano, neste caso, “dissecando” a estrutura interna de cada um dos bairros.

Depois de estudada a estrutura do loteamento, passou-se à análise da ocupação interna dos lotes. Procurou-se identificar as principais características da ocupação do solo urbano, avaliando especialmente a relação entre o espaço edificado e não edificado e, a partir daí, a relação entre o espaço público e privado. Os dados obtidos foram sistematizados em índices percentuais. Os espaços públicos, por sua vez, foram analisados nas suas principais características formais e relacionais dentro da estrutura urbana.

Como já se disse, os aspectos da arquitectura em si não foram avaliados neste trabalho pela evidente falta de elementos. Assim, não se puderam fazer estudos de volumetria urbana ou sobre a composição das fachadas que poderiam ainda fornecer outros dados interessantes sobre a constituição do núcleo. A

análise tem, efectivamente, como base o desenho urbano e, neste sentido, voltamos a lembrar que o seu principal suporte foi a planta da cidade.

Depois de se ter feito a análise morfológica do tecido urbano da Ribeira Grande, na qual se tentou entender a génese da sua estrutura urbana, procedeu-se a uma abordagem de outro tipo, procurando desta maneira descobrir a sua “imagem”. Para tal, utilizaram-se os conceitos da *Imagem da Cidade* de Kevin Lynch, do *L'Espace de la Ville, Theorie et Pratique* de Robert Krier, da *A Leitura da Imagem de uma Área Urbana como Preparação para o Planeamento/Acção da sua Reabilitação* de Maria da Luz Valente Pereira e, em especial, os métodos de análise pitoresca constantes nos já citados *Lire et Composer L'Espace Public e Centres Historique – Méthodes D'Analyse* do Service Technique de L'Urbanisme.

Tal método consiste em inventariar as diferentes imagens da paisagem urbana, particularmente dos espaços públicos, com vista a realçar os efeitos produzidos mais do que analisar as suas qualidades. Como tal, a análise pitoresca não se baseia somente na descrição e explicação da paisagem mas sobretudo na sua apreciação³. No caso concreto da Ribeira Grande, a análise pitoresca foi feita através de fotografias, da memória da viagem e da vivência do espaço e também das descrições históricas encontradas da cidade.

³ Service Technique de l'Urbanisme - *Lire et Composer L'Espace Public*. Paris : Direction de l'Architecture et de l'Urbanisme, 1991, p. 37.

LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO URBANA

2.1. Factores Condicionantes da Localização do Núcleo

Ao analisarmos o processo de instalação dos primeiros núcleos urbanos nas ilhas atlânticas, no período compreendido entre o século XV e a primeira metade do século XVI, verificamos que a maioria desses núcleos são aglomerados litorâneos localizados em baías e enseadas.

Entre as várias razões que condicionaram esse tipo de localização na orla costeira, pelo menos na primeira fase de ocupação das ilhas atlânticas, estão as imposições da comunicação e da segurança dos próprios núcleos. Procuraram-se, prioritariamente, lugares que permitissem a aportagem das embarcações em condições de segurança, de acordo com as técnicas que eram usadas naquele período, buscando enseadas e baías que facilitassem a construção de um porto que permitisse assegurar boa comunicação com o exterior visto o porto representar a única porta de acesso que as ilhas dispunham¹. Essa fase corresponde ao período logo após o achamento e a instituição das capitanias hereditárias nas ilhas, mais precisamente o primeiro quartel do século XV. Povoados como Anjos, (em S.ta Maria), Povoação, (em S. Miguel), Porto Judeu, (na Terceira), Lajes ou Praínha de Baixo, (no Pico), Topo, (em S. Jorge),² etc., foram das primeiras

¹ Cf. José Manuel Fernandes - *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto : FAUP Publicações, 1996.

² José Manuel Fernandes – *Op. cit.*, p. 84.

povoações fundadas na época, cuja localização corresponde a esse tipo de características.

Para além da importância do factor “porto” como porta de entrada e saída dos núcleos populacionais estabelecidos, outros factores, não menos importantes, contribuíram decisivamente para a escolha desse tipo de localização. A defesa foi, certamente, um dos principais pontos que pesou na escolha da localização dos núcleos, condicionando também a eleição do lugar para a implantação do povoado. Para a localização das primeiras infra-estruturas prevaleceu a escolha de sítios altos que permitissem uma defesa mais eficaz tanto do porto quanto do próprio núcleo. Essa situação repetiu-se nos povoados litorâneos atlânticos, em que a localização das primeiras infra-estruturas do sistema defensivo, na maioria das vezes, coincidia com os pontos extremos da baía onde se localizava o porto. Esses lugares, geralmente situados a uma cota mais elevada em relação à implantação do núcleo central do povoado, eram escolhidos de forma a facilitar a defesa da cidade de acordo com as técnicas e o tipo de armamento utilizados na época. Era aí que se encontravam os primeiros fortes ou baluartes. Esses elementos mais tarde, com o aumento da pirataria no Atlântico, sofreriam as primeiras obras de remodelação e ampliação. As obras de remodelação consistiam, essencialmente, na correcção das localizações e na sua adaptação a meios mais modernos de defesa do porto e da cidade.

A proximidade de cursos de água foi outro factor condicionante para a escolha do local de implantação dos povoados. Para além de estarem associados à sobrevivência da espécie humana, os cursos de água possibilitavam a construção de mecanismos para a moagem do trigo, produto base na alimentação do homem mediterrânico³. Povoados como Machico, (na Madeira), Ribeira

³ José Manuel Fernandes – *Op. cit.*, p. 84.

Grande, (em Santiago), Vila do Porto, (em Santa Maria), Ponta Delgada e Vila Franca, (em S. Miguel), Praia e Angra (na Terceira), Funchal e Santa Cruz, (na Madeira) possuem cursos de água no interior da malha urbana ou nas proximidades dos aglomerados⁴.

A cidade da Ribeira Grande, em Santiago, está incluída no primeiro grupo de povoações fundadas nas ilhas atlânticas, embora o seu processo de povoamento se tenha iniciado algum tempo depois dos Açores e da Madeira. Como os outros núcleos, localiza-se numa pequena baía que também se estruturou e se desenvolveu a partir de um ancoradouro instalado na enseada e, tal como nos casos mencionados, o seu sistema defensivo também corresponde às mesmas características encontradas nas primeiras povoações fundadas tanto na Madeira quanto nos Açores.

Nesse sentido, é interessante observar certos exemplos de situações que se repetiram nos três arquipélagos atlânticos - Madeira, Açores e Cabo Verde - o que nos permitirá vislumbrar alguns dos elementos determinantes para a escolha do local e assentamento dos primeiros núcleos populacionais nas ilhas. Observando, na Madeira, as cidades do Funchal e Machico e, nos Açores, a cidade de Angra, na ilha Terceira, e comparando-as entre si, em todas elas encontramos pontos comuns. Não apenas pela sua localização numa baía ou enseada mas também pela existência de cursos de água. Todas essas cidades se estruturaram a partir do porto e o seu sistema defensivo acompanha a linha da costa e, preferencialmente, os baluartes e fortes encontram-se numa cota mais alta relativamente à cidade. Concluindo, pode-se adiantar que três factores pesaram na escolha do local para a instalação dos primeiros núcleos urbanos nas ilhas atlânticas: a escolha de uma baía abrigada que permitisse a construção de um

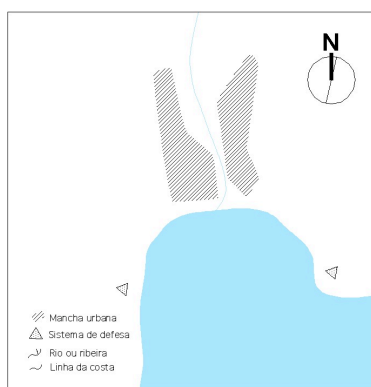
⁴ Idem.

ancoradouro e de pontos altos nessa baía que pudessem garantir uma defesa mais eficaz do porto e da cidade e, finalmente, o elemento água que está associado à sobrevivência da espécie. Todos esses aspectos se encontram presentes na implantação da Ribeira Grande, em Cabo Verde.

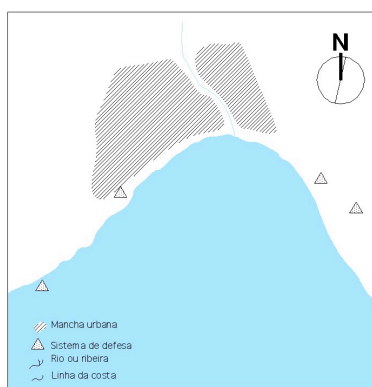
O primeiro elemento que condicionou a escolha do local foi a pequena enseada que oferecia condições razoáveis de abrigo e de acostagem. Foi ali que se optou por instalar o ancoradouro e, nas proximidades, ficaram localizadas as principais estruturas de apoio às actividades portuárias. Foi junto ao porto que surgiram os primeiros edifícios do núcleo urbano, com os armazéns alfandegários e onde, mais tarde, se estruturou um largo onde seria implantado o pelourinho.

O segundo elemento condicionante da instalação do povoado, a nosso ver, estava ligado às preocupações defensivas. Nesse aspecto é importante a colocação de baluartes ou postos de vigia em locais altos e com boas perspectivas para a defesa do porto e da cidade. Como já vinha acontecendo nas primeiras instalações de povoados em enseadas nas ilhas atlânticas, na Ribeira Grande também é visível a preocupação da defesa e, com relativa segurança, é possível vislumbrar o local da instalação das primeiras infra-estruturas defensivas. Nos dois extremos da baía, encontravam-se os baluartes de S. Veríssimo e de S. Brás ligados por uma muralha. Esses dois fortes estão localizados a uma cota entre dez e vinte metros respectivamente e têm uma completa visão do porto e da cidade.

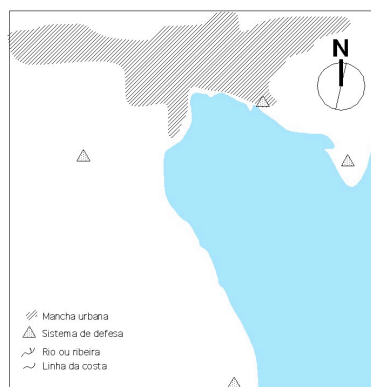
O terceiro elemento, não menos importante, está ligado com questões de sobrevivência. A ribeira e o vale para onde mais tarde a cidade se estendeu sustentavam uma vegetação densa que terá sido, certamente, um factor significativo para a escolha daquele local. Quando nos referimos à paisagem como determinante para a escolha do local, queremos lembrar que nos encontramos na zona tropical do Atlântico Norte, na extremidade ocidental da faixa do Sahel, que é caracterizada por condições climáticas de aridez e semi-aridez, o que proporciona



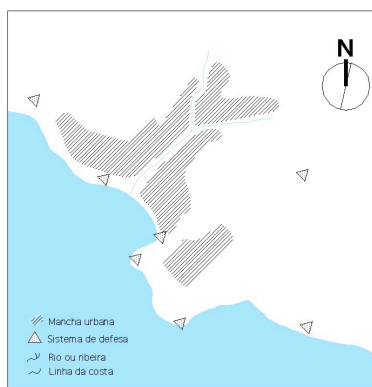
Porto de Machico, desenho baseado na carta do plano hidrográfico do Porto de Machico, 1937



Funchal, desenho baseado na Planta da Baía de Funchal de LAVAL, in Atlas Encyclopedique, par M. Bonne... et par M. Desmarest... Paris 1778.



Angra, desenho baseado em Plan de la Rade d'Angra, en l' Ile Tercère, d' après un Plan Espagnol levé en 1788 par D. Vicente Torfio.



Ribeira Grande em Santiago, Cabo Verde, desenho baseado na planta da Cidade da Ribeira Grande, 1769, de António Carlos Andreis

Fig. 17
Exemplos de alguns aglomerados litorâneos

uma paisagem agreste, desprovida de vegetação e batida pelos ventos provocando secas temporárias e dificultando a vida dos seus habitantes.

Através de descrições que nos chegaram dos primeiros homens europeus que visitaram as ilhas, pode-se fazer uma aproximação ao cenário por eles vislumbrado e às razões que mais pesaram na escolha do local de implantação da povoação. Podemos observar o exemplo da descrição feita por Cadamosto da Ilha de Santiago, e do local onde mais tarde foi instalado o povoado. Dizia o navegador que *"correndo a esteira de uma delas, que me parecia abundante de árvores, descobrimos a boca de um rio que saía desta ilha; e, julgando que a água fosse boa, surgimos para refrescar"*⁵. Continuando a narração, Cadamosto diz que acharam alguns bocados de sal e encontraram igualmente algumas tartarugas que aproveitaram para se alimentarem, assim como também fizeram pescaria na boca do rio. Facilmente se pode concluir que o lugar oferecia as condições básicas para o assentamento de uma povoação: havia água em abundância⁶ e alimentos.

É importante não esquecer que, embora outras ilhas como Santo Antão e S. Nicolau também oferecessem boas nascentes de água doce, e alguma paisagem verdejante, apresentavam um factor desfavorável à implantação imediata de um povoado – as suas costas eram acentuadamente escarpadas não oferecendo condições para a instalação de portos com segurança⁷. Outro factor que provavelmente também foi determinante para a instalação do povoado na ilha de

⁵ Descrição do Cadamosto apud. Luís de Albuquerque - *As Ilhas que estavam lá ...*, in "Oceanos", n.º 5, Nov., 1990, p. 52.

⁶ Embora a ribeira hoje se encontre praticamente seca é seguro que ao tempo do descobrimento das ilhas era razoavelmente abundante o seu fluxo de águas. Nos anos de muita chuva com o aumento do caudal da ribeira arrastava praticamente tudo se encontrava no seu leito. A lagoa formada pelas águas e detritos arrastados por vezes chegava a inundar o Largo Central, junto ao pelourinho, e era um local considerado impróprio tanto para a saúde quanto para a construção.

⁷ Ilídio Cabral Baleno – "Povoamento e Formação da Sociedade", in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, Lisboa / Praia : Instituto de Investigação Tropical/Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, 1991. p. 133.

Santiago, e que também já foi abordado nesse trabalho, é a proximidade daquela ilha à costa da Guiné, que permitia aos seus habitantes fazerem rápidas e seguras incursões ao continente para as suas actividades comerciais.

Nesse sentido, depois do descrito, pode-se concluir que a Ribeira Grande em Santiago era o lugar que melhores condições oferecia para a fundação do povoado, pelo menos nos primeiros anos da sua instalação.

2.2. Elementos Determinantes da Forma do Núcleo

Segundo A.E.J.Morris⁸, a forma dos aglomerados quer sejam rurais ou urbanos, depende essencialmente de duas ordens de factores determinantes. Por um lado, pesam os factores naturais e geográficos englobando os seus três principais aspectos: o clima, a topografia local e a acessibilidade aos materiais de construção. Por outro lado, consideram-se os factores “não naturais”, directamente ligados à intervenção humana sobre o território, aos quais designaremos de “Desenho”. Quanto a estes elementos referir-nos-emos, mais adiante, ao analisarmos a forma e a estrutura urbana do povoado.

No caso da Ribeira Grande todos os factores de ordem natural têm considerável peso na formação da cidade. Dentre todos, talvez o mais determinante para a forma do núcleo, tenha sido o relevo do local escolhido para a implantação do povoado.

A ilha de Santiago integra a grande cadeia submarina que tem o seu início no Atlântico Norte, englobando os arquipélagos dos Açores, Madeira e as

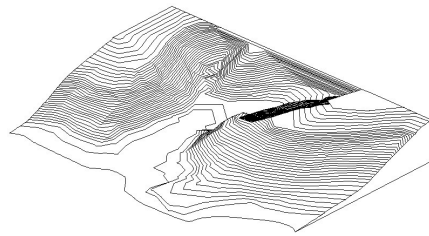
⁸ A.E.J. Morris – *History of the Urban Form Before the Industrial Revolution*, Essex : Longman Scientific and Technical, 1994, p. 10.

Canárias, e que se estende para o sul até às Ilhas de S. Tomé e Príncipe, Fernão Pó e Ano Bom. Esses arquipélagos apresentam praticamente as mesmas características geológicas, embora a diversidade de relevos entre as ilhas seja acentuada. Todo esse sistema morfológico é de formação recente e é resultante de actividades vulcânicas que ainda se encontram em fase de formação, como podemos observar pelas últimas erupções na Ilha de Fogo em Cabo Verde.

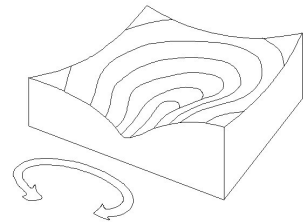
A pequena enseada onde foi instalado o núcleo primitivo da cidade da Ribeira Grande encontrava-se cercada, a pouca distância da praia, por altas montanhas escarpadas que se precipitavam sobre um vale profundo que era rasgado pela ribeira que deu nome ao povoado.

Os vales de rios e ribeiras têm sido, ao longo da história, locais privilegiados para o assentamento de núcleos urbanos. As variadas condições do relevo dos vales quase sempre influenciam a forma dos núcleos neles instalados. Na situação da Ribeira Grande, para além do acentuado declive das escarpas, nota-se uma enorme aridez do entorno que contrasta com a vegetação exuberante do interior do vale. Se, por um lado, de um modo geral, as montanhas escarpadas protegem dos ventos e criavam condições propícias para a instalação do povoado, por outro lado, condicionavam a sua forma e estrutura de crescimento.

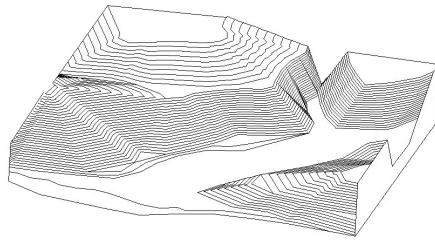
Dadas as características do relevo montanhoso dos arquipélagos citados, é relativamente recorrente nas várias ilhas a implantação de núcleos urbanos em vales. Assim, as povoações ali instaladas também apresentam uma certa variedade de formas resultantes de processos de adaptação ao relevo local.



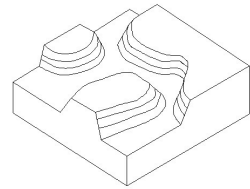
Ribeira Grande



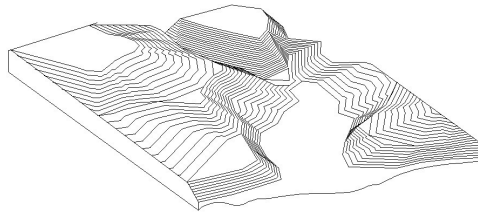
Tipo Ferradura



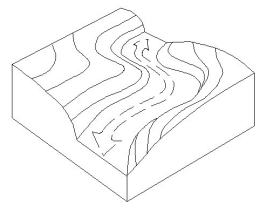
Velas



Recortado



Povoação



Em "S"

Fig. 18
Modelos de implantação em vales

2.3. A Topografia Local

Assente inicialmente sobre uma cota de cerca de cinco metros acima do nível do mar, a cidade estendeu-se para o interior, na direcção Norte do vale, até onde permitiram as escarpadas montanhas. As cotas de implantação do núcleo urbano variam entre os dez e os quinze metros em relação ao nível do mar enquanto as montanhas chegam a atingir mais de 120 metros de altura. A área de implantação possível estendia-se até uma distância de cerca de 450 metros no sentido Noroeste/Sudeste enquanto que no sentido Nordeste/Sudoeste não chegava a ultrapassar os 150 metros de largura. Completamente circundada pelas escarpas, a única abertura localizava-se a Sudoeste onde se situava a baía que, durante muitos anos, foi a principal porta por onde funcionou o tráfico de homens e mercadorias que tornariam a cidade famosa durante as dez décadas que se seguiram após o seu assentamento.

Na Planta topográfica podemos observar as várias plataformas na qual a cidade assentou as suas fundações. A primeira plataforma é a do Largo central que se encontra à cota de 5 metros e praticamente não apresenta declive significativo. A segunda plataforma dá continuidade à primeira e encontra-se situada entre as cotas de 5 e de 10 metros. Abrange os primeiros quarteirões contíguos ao Largo tanto para o Nordeste quanto para poente. A terceira plataforma encontra-se entre os 10 e os 20 metros, desenvolve-se para o norte em direcção à nascente da ribeira e para poente dando continuidade à plataforma que a antecede. Dada a coesão e homogeneidade apresentada pelo conjunto das três plataformas basálticas descritas chamou-se a esta área de “baixa”. São nessas

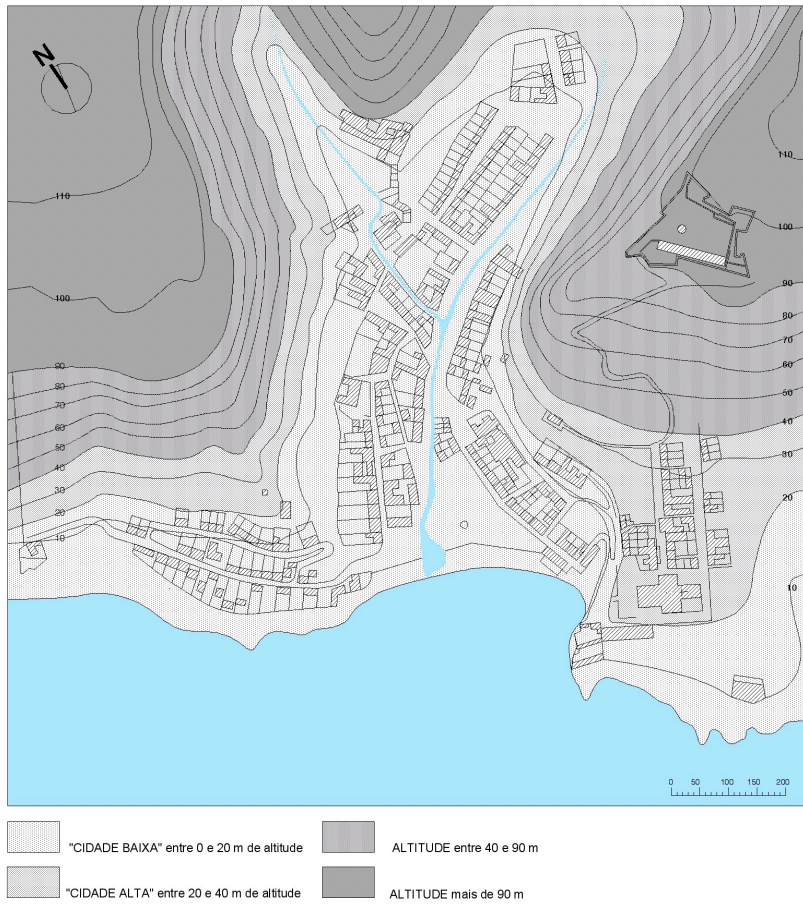


Fig. 19
Planta indicando as plataformas de implantação da cidade

plataformas que se encontram instalados o corpo principal da cidade e praticamente todas as principais funções urbanas do núcleo.

O segundo grupo de plataformas que constituem a cidade encontram-se situados entre as cotas de 20 e de 100 metros, ao qual se designou por “alta”⁹. As plataformas desta área encontram-se subdivididas em três partes: entre os 20 e os 40 metros, é onde se encontra o corpo principal da zona “alta”, entre os 40 e os 90 metros existe uma zona intermediária onde as escarpas são tão acentuadas que não foi possível erigir qualquer tipo de construção e, finalmente, na zona situada entre os 90 e os 100 metros, está o promontório onde foi construída a fortaleza de S. Filipe.

Através dos perfis apresentados e da perspectiva axonométrica do lugar são bem visíveis as situações das várias plataformas existentes no espaço onde a cidade foi implantada e o facto de haver uma clara divisão a nível de altimetria entre as zonas “alta e baixa”. Enquanto que na “baixa” a ligação entre as plataformas é pouco acentuada e quase imperceptível, dando uma certa coerência ao espaço, na “alta” não existe esta transição suave entre as plataformas mas sim soluções de continuidade, representadas pelas acentuadas escarpas. A ligação entre as zonas “alta e baixa” é feita através de uma rampa que vence o declive existente, de cerca de 10 metros. Na zona “alta”, para além da função habitação, a função predominante é a religiosa.

⁹ As designações de “alta” e “baixa” que aqui utilizamos não correspondem a nenhuma identificação tradicional destas áreas da cidade. São apenas expressões que parecem esclarecedoras da situação topográfica da implantação do núcleo e é somente neste sentido que se faz uso delas.

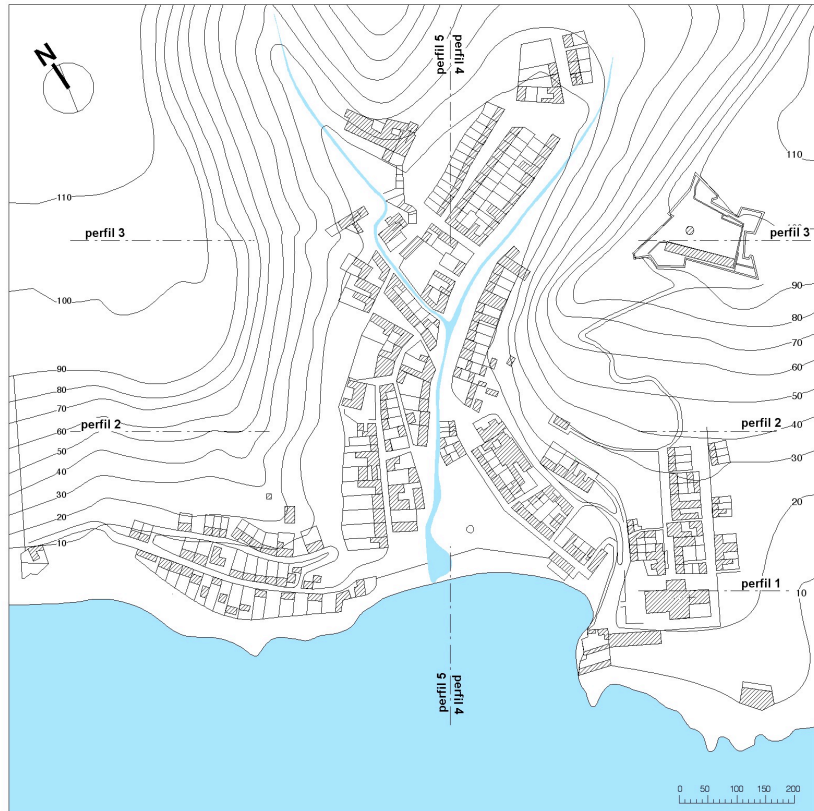


Fig. 20
Planta Topográfica indicando os perfis

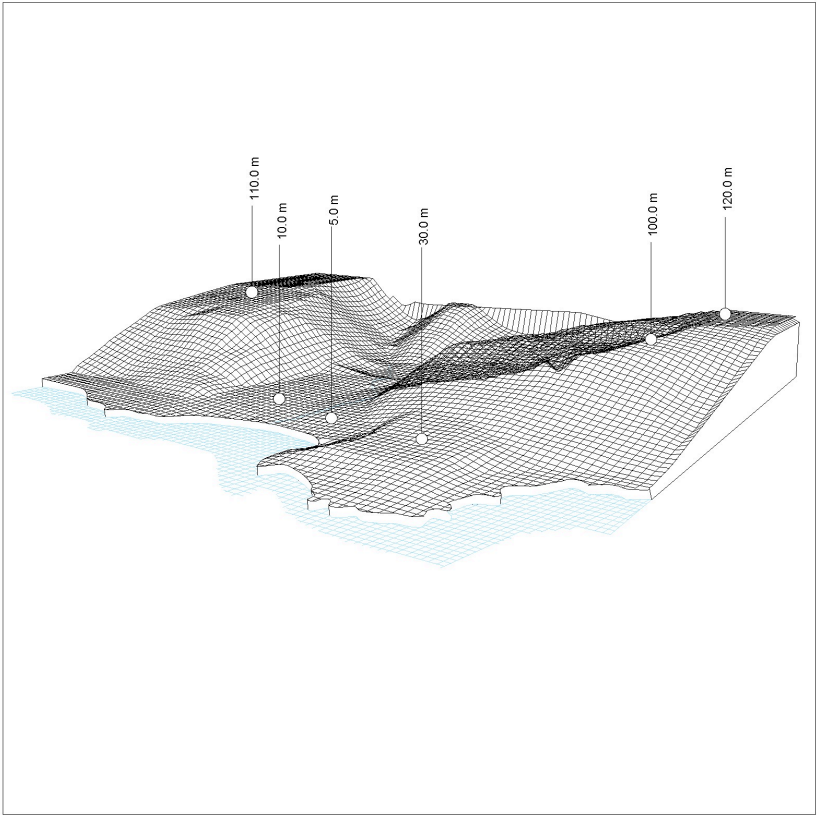


Fig. 21
Axonometria

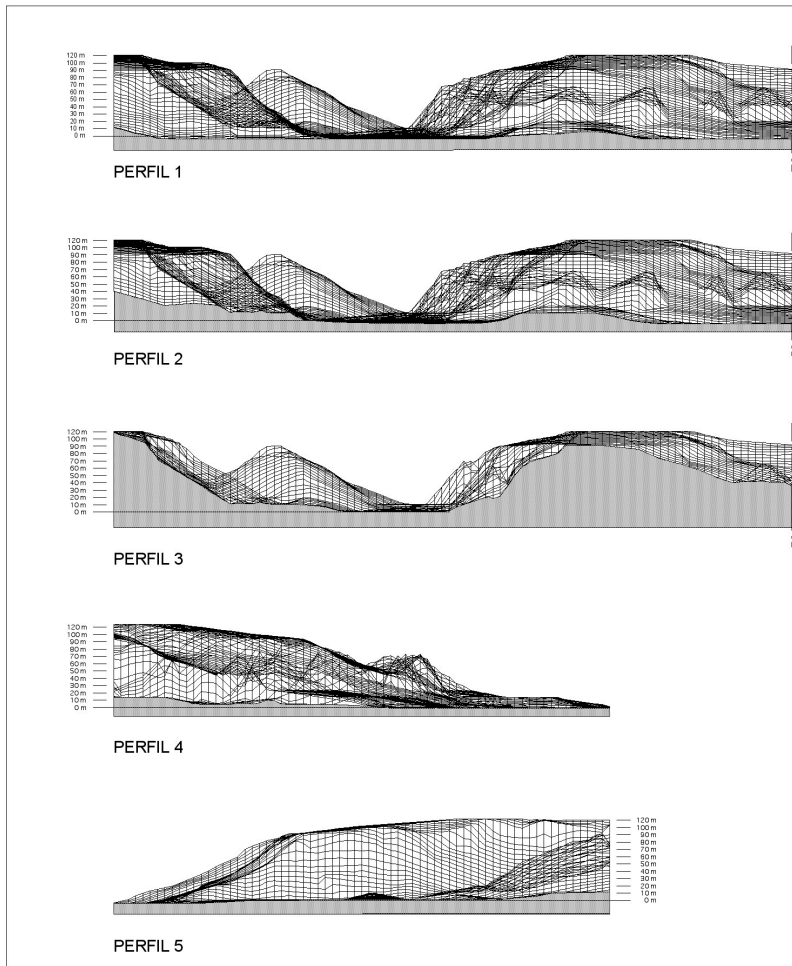


Fig. 22
Vários perfis da cidade

Cap. 3

FORMA E ESTRUTURA URBANA

3.1. Os Eixos Geradores do Tecido Urbano e os

Eixos de Expansão da Cidade

Como já foi dito no capítulo anterior, o tecido urbano da Ribeira Grande desenvolveu-se sobre várias plataformas basálticas cujas cotas variam entre os 0 e os 100 metros de altitude, e a cidade encontra-se implantada em dois planos distintos formando dois grupos dentro do aglomerado urbano: a “baixa” e a “alta”.

A “baixa” está instalada no interior do vale, é onde se encontra o corpo principal da burgo, que se estruturou segundo dois eixos: o eixo sudoeste/nordeste, que o atravessa verticalmente e o eixo noroeste/sudeste, que o atravessa no sentido horizontal.

O eixo vertical desenvolve-se a partir da baía e direcciona-se para o interior do vale unindo o porto à nascente da ribeira seguindo sempre a linha de base do vale. No seu trajecto, acompanha o eixo da rua Direita de S. Pedro dividindo a cidade em duas partes, a margem esquerda, que é tendencialmente habitacional, e a margem direita, onde se encontram instaladas as principais funções urbanas ligadas ao porto e à administração.

O eixo horizontal, nasce no Largo do Pelourinho, junto ao forte do Presídio, nas cercanias do ancoradouro e segue para noroeste, acompanhando a linha da costa em direcção ao Forte de S. Lourenço. Este eixo, no seu trajecto, sobrepõe-se

à rua Direita da Cidade, que atravessa a zona habitacional de S. Brás, onde se instalaram os padres Jesuítas no século XVI.

A “alta”, instalada no cimo de um promontório entre os trinta e quarenta metros do nível do mar, é de construção mais recente, de meados do século XVI. Corresponde a mais uma extensão do burgo e se encontra estruturada segundo um eixo direccionado no sentido Sudoeste/Nordeste que une virtualmente a Sé Catedral à Fortaleza de S. Filipe.

Ao analisarmos bem as duas zonas, a “alta” e a “baixa”, constatamos que enquanto na zona baixa os elementos estruturadores do tecido urbano são determinados por circunstâncias geográficas, - a COSTA, o VALE, a RIBEIRA, etc. - e a cidade parece ter-se moldado a essas determinantes, na zona alta, acontece que os dois elementos estruturadores pouco ou nada dependem de circunstâncias do terreno mas sim, parecem terem resultado da intervenção humana no sítio.

A zona baixa é mais orgânica, mais adaptada ao relevo local e mais dependente dos determinantes geográficos, o que não acontece na zona alta, que apresenta um tecido urbano mais regular, de fácil leitura e mais geométrico.

O processo de adaptação da cidade às condições geográficas locais resultaram de duas condicionantes essenciais, que se apresentam como “barreiras físicas de implantação”. Essas barreiras físicas são representadas, por um lado, pelo limite das escarpas que, devido ao declive apresentado não permitia que se construísse para além delas. E, por outro lado, as limitações impostas pela ribeira que, nos períodos de grande pluviosidade aumentava de caudal criando, assim, uma maior área de inundação e tornando inviável qualquer tipo de construção nas proximidades do seu leito.

A barreira das escarpas contorna praticamente toda a zona baixa. As únicas “saídas” possíveis encontram-se, a noroeste, nas proximidades do forte de S. Lourenço, onde se encontra uma porta de acesso a cidade e, na parte sudeste,



Fig. 23
Principais eixos geradores do tecido urbano

através do desnível de 10, e que une a área do forte do Presídio ao promontório onde a zona alta se instalou.

A barreira representada pelo leito de cheia da ribeira é possível de se visualizar pela área não construída ao longo do leito que, a jusante, é de cerca de 100 palmos aumentado consoante o alargamento da ribeira quando se aproxima do mar.

Embora saibamos que a ribeira se encontrava seca a maior parte do ano, facto que se pode provar pela ausência de pontes ou de passagens construídas de uma para a outra margem, sabe-se, no entanto, que quando chovia, o caudal era imenso e como o declive era pouco acentuado, a ribeira formava uma enorme lagoa antes de desaguar no mar. Cadamosto descreveu a situação da ribeira aquando do seu desembarque na ilha como um rio que *“era grande, onde à vontade poderia entrar um navio de 150 tonéis, carregado, pois tinha de largura um bom tiro de arco”*¹. Através do desenho pode-se observar que na zona designada de inundação da ribeira não se encontra nenhuma construção a não ser o espaço no qual, mais tarde, foi implantado o pelourinho e que se designou de Largo do Pelourinho.

Na zona alta as barreiras físicas são de outra ordem. Encontra-se situada numa achada elevada, limitada a sudoeste pela sua própria escarpa que se projecta no mar, enquanto que a nordeste é barrada pela escarpa da achada seguinte onde se encontra implantado o Forte de S. Filipe. A poente encontra-se o já mencionado declive que une a plataforma de S. Sebastião ao forte do Presídio. A sudeste, a mesma plataforma tem uma certa continuidade e faz a ligação ao

¹ Descrição de Cadamosto apud. Luís de Albuquerque, *As Ilhas que estavam lá ...* in “Oceanos” n.º 5, Novembro de 1990 p. 52. À falta de declividade associa-se ainda o fluxo natural das marés que, nos períodos de grandes águas, não apenas impediam a saída da água da ribeira, como a própria água do mar entrava pela área do largo.



Fig. 24
Barreiras físicas

principal eixo de acesso à Vila da Praia . As situações descritas podem ser observadas nos vários perfis da cidade já apresentados.

Assim, considerando os limites representados pelas barreiras físicas, podemos aventar as várias hipóteses de linhas de crescimento que a cidade teria tomado no seu processo de expansão.

Não foi possível determinar com rigor quais os primeiros quarteirões que foram sucessivamente adicionados ao núcleo primitivo, mas podemos no entanto distinguir as principais direcções de crescimento que a cidade seguiu, a partir do núcleo antigo onde se deu a génese do burgo.

Tudo leva a crer que os primeiros eixos de expansão do burgo foram orientados para norte/nordeste, ainda na margem direita da ribeira, isso, tendo em conta o processo de desenvolvimento do núcleo inicial que se deu a partir do porto em direcção a norte segundo as ruas contíguas do Porto, do Calhau, e da Misericórdia e depois a nordeste segundo o curso da ribeira, pelo menos numa primeira fase.

É difícil estabelecer os momentos precisos da expansão urbana, pela ausência de documentação mais esclarecedora sobre a formação do espaço. Mesmo assim, a partir da detecção de alguns elementos como a Igreja da Nossa Senhora do Rosário, de 1495, localizada mais para o norte, podemos adiantar que por volta dessa data, a cidade já se tinha alastrado para a margem esquerda da ribeira.

No entanto, numa segunda fase, já no princípio do século XVI, percebe-se uma nova configuração no tecido urbano da cidade. A primeira tendência de desenvolvimento segundo a direcção das ruas contíguas do Porto, do Calhau e da Misericórdia que até então era tido como principal elemento estruturador do núcleo urbano, foi contrariada e foi perdendo a sua força a favor de dois novos eixos de expansão emergentes que se impuseram com muito mais força. São eles, as

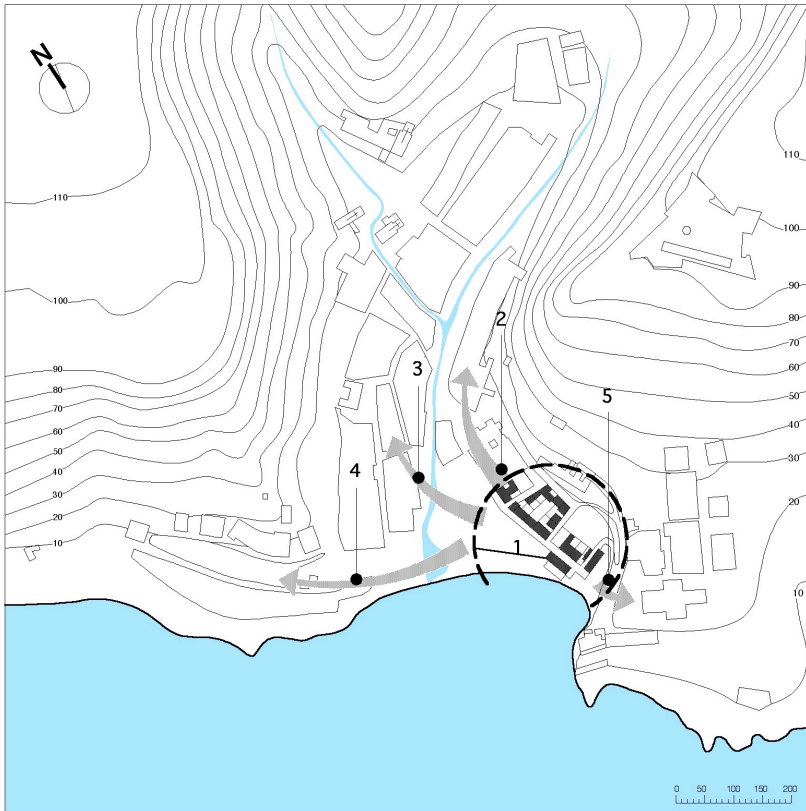


Fig. 25
Eixos de expansão da cidade

direcções tomadas pela rua Direita de S. Pedro, o mesmo percurso da ribeira, desenvolvendo-se para o montante da mesma, e a rua Direita da Cidade, eixo que se desenvolve a partir do núcleo central no sentido noroeste, os mesmos que anteriormente foram definidos como eixos estruturantes do tecido urbano.

Por fim, a partir da segunda metade do século XVI, mais um ciclo de crescimento da cidade se abre quando acontecem as obras da Sé da Ribeira Grande e do Palácio Episcopal. Desse novo ciclo surge, à volta da Sé, uma nova zona da cidade. Esta zona, fortemente residencial, designada por S. Sebastião, fecha definitivamente o processo de crescimento da Ribeira Grande. Foi, segundo as direcções estabelecidas por estes eixos, que a cidade se desenvolveu e se estruturou formando as suas principais áreas.

3.2. As Diversas Etapas do Crescimento Urbano

Observando bem o processo evolutivo visível na mancha urbana da cidade da Ribeira Grande, são de excluir tanto os processos de expansão, simplesmente linear, assim como os acréscimos radiocêntricos de ocupação espacial. O que se pode observar, para além dos já referidos eixos de expansão, é uma ocupação do espaço por adição de partes ocupando todas as zonas disponíveis. Tal facto deve-se, essencialmente, às características geográficas do espaço de implantação urbana. Desde o momento em que se pensou implantar a cidade naquele sítio ela passou a ser uma cidade “contida” e com o seu espaço urbano já de antemão definido. As escarpas funcionavam virtualmente como muros delimitando a “forma urbis” e o perímetro urbano desde os primórdios da sua implantação.

A ideia da cidade “contida” estava tão presente no espírito dos seus habitantes que, em 1558, quando se deu o início das obras da construção da Sé,

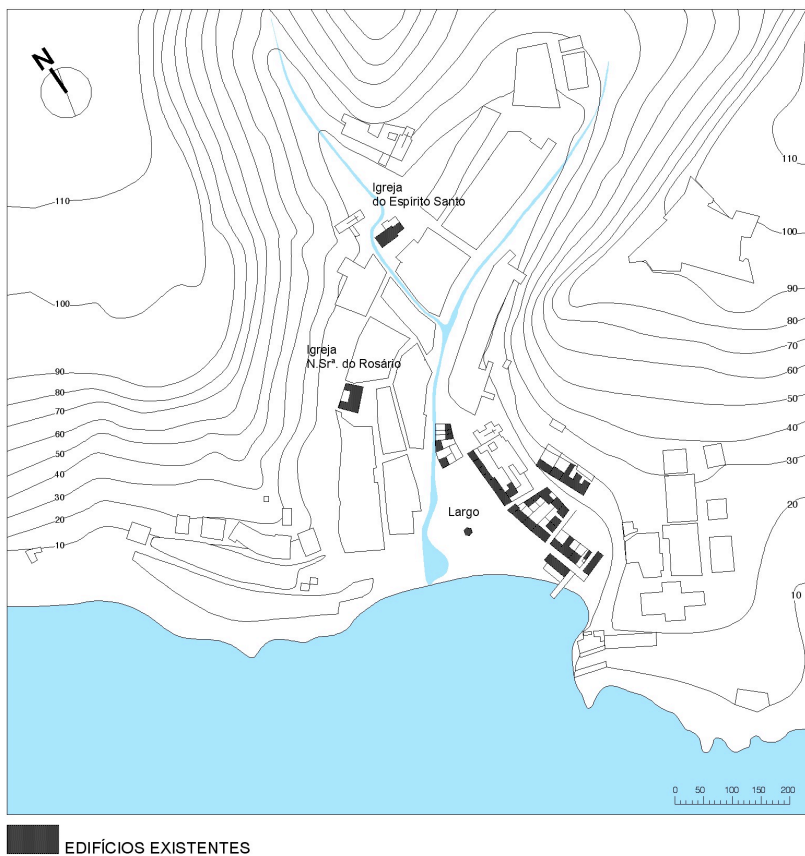


Fig. 26
Ribeira Grande no século XV – “momento 0”

elas foram embargadas durante um certo tempo por acharem que esta se encontrava “fora do corpo da cidade”. No entanto, o espaço estava limitado de tal forma que, em 1640, aquando da instalação do convento dos Franciscanos já quase não haviam terrenos no vale e o convento teve que se localizar numa das escarpas. Nesse sentido, o crescimento da cidade encontrava-se limitado tanto no espaço quanto no tempo.

De uma maneira geral identificam-se quatro fases na evolução da Ribeira Grande. Para a reconstituição do processo evolutivo da cidade deparamo-nos com muitas dificuldades, sobretudo na documentação relativa aos primeiros cinquenta anos após o início do povoamento, como já foi anteriormente sublinhado. Em consequência dessa situação, não foi possível determinar as datas e os períodos certos de formação dos principais anéis de expansão que se criaram depois da consolidação do núcleo embrionário da cidade. Por esse motivo, tentaremos fazer uma aproximação destas fases baseada em relatos e descrições que se conseguiram apurar.

A primeira fase do processo, o “momento 0” do crescimento urbano, corresponde à instalação do núcleo inicial, e abrange o período do início do povoamento, em 1462, até cerca de três décadas depois, com a consolidação do mesmo.

A fase seguinte, que designamos de “momento 1” compreende aproximadamente os primeiros cinquenta anos do século XVI, onde se nota uma grande ampliação do parque habitacional, em que Ribeira Grande alberga a sede de bispado e se torna a capital das ilhas. Seria a fase do arranque para um desenvolvimento promissor, mas sem, no entanto, se efectuarem obras de grande vulto na cidade. A cidade nesta época foi descrita por um piloto português que



Fig. 27
Ribeira Grande no século XVI – “momento 1”

dizia que ela tinha *“boas casas de pedra e cal, habitadas por infinitos cavalheiros Portugueses e Castelhanos”*, encontrando-se ali *“mais de quinhentos fogos”*².

O período decorrente entre a segunda metade do século XVI até meados do século XVII, o “momento 2” do desenvolvimento urbano, corresponde à época de maior crescimento e investimento no espaço urbano. Foi nessa altura que se realizaram a maior parte das grandes obras que a cidade suportou. Foi quando se deu início às obras da Igreja da Misericórdia, da Sé Catedral e do Palácio Episcopal. É também nesta época que a cidade começou a ser vítima dos primeiros actos de pirataria, o que implicou a implementação de um sistema defensivo mais elaborado afim de deter as investidas contra a cidade e os seus habitantes.

Finalmente, o “momento 3” da expansão, abrange a segunda metade do século XVII e o século XVIII e é caracterizado pela desaceleração da economia e a entrada da cidade num processo de decadência e o consequente abandono da capital em detrimento da vila da Praia.

No já mencionado “momento 0”, a mancha urbana confinava-se no núcleo inicial e dela faziam parte os primeiros edifícios construídos na cidade e que estavam mais ligados a actividades comerciais e de habitação. Nessa fase, a mancha só ocupava a margem direita da ribeira, consubstanciando o perímetro do largo, fora da zona de inundação da ribeira. Uma das raras construções que se tinha conhecimento, erigida na margem esquerda da ribeira, era a igreja da N. Sr.^a. do Rosário que na altura ainda era uma capela.

No “momento 1” do crescimento urbano começaram a aparecer os primeiros quarteirões a nordeste do núcleo inicial, ainda na margem direita da

² Daniel A. Pereira - *Op. cit.*, p. 51.



Fig. 28
Ribeira Grande no século XVII – “momento 2”

ribeira e, ao mesmo tempo que a mancha se foi alastrando na margem esquerda progredindo para o norte até ultrapassar os limites do braço que alimenta a ribeira.

No “momento 2”, a última fase de crescimento urbano da cidade, praticamente estava completa a sua mancha urbana. Nessa fase foram ocupados os últimos terrenos possíveis e disponíveis dentro do vale, alcançando a área a norte do braço da ribeira e expandindo-se até aos limites possíveis da acção urbanizadora. Ao mesmo tempo que se completava a mancha urbana no vale já se tinham dado os primeiros passos com vista à ocupação das áreas a poente que foi preferencialmente habitada pelos padres da Companhia de Jesus. A última área da cidade a sofrer a acção urbanizadora foi a zona situada a nascente, precisamente por volta de 1558, quando começaram as primeiras obras de construção da Sé Catedral.

“O momento 3”, corresponde ao declínio e à lenta agonia em que a cidade entrara. Nessa fase, após os vários ataques demolidores de que a cidade já vinha sendo vitimada, poucos edifícios se encontravam de pé e o abandono era eminente.

Nota-se, nesse período, que embora ainda se mantenha a estrutura do tecido urbano, este encontra-se já bastante rarefeito em termos da ocupação dos quarteirões, denunciando uma fase involutiva no crescimento. Entre os vários relatos já apresentados sobre o estado em que se encontrava a cidade, numa carta dos oficiais da Câmara da Ribeira Grande dizia-se que *“as poucas casas que se acham em pé estão arruinadíssimas e os donos delas impossibilitados de as reedificarem”*³.

Após o abandono, a cidade dentro do vale diminuiu, perdendo os quarteirões que se situavam a norte do braço da ribeira, como se pode ver pelo

³ Daniel A. Pereira - *Op. cit.*, p.78

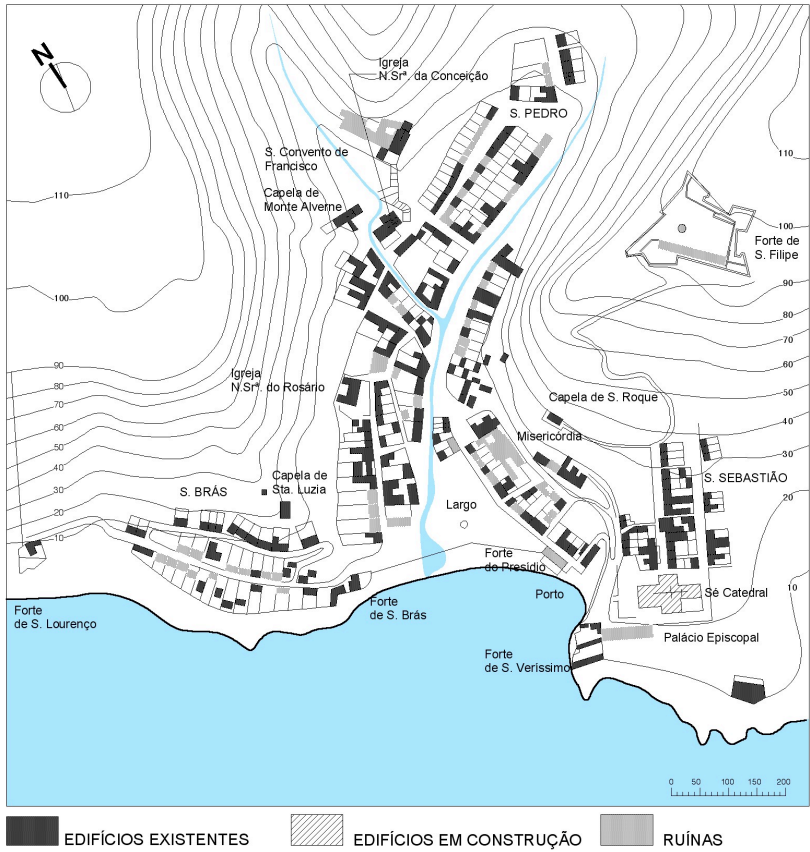


Fig. 29
Ribeira Grande no século XVIII – “momento 3”

levantamento actual. A única hipótese de expansão que restou ao núcleo foi para oriente, o que não chegou a acontecer no tempo útil de vida da cidade da Ribeira Grande mas que acontece hoje na Cidade Velha.

3.3. As Áreas Urbanas (Bairros)

Mais ou menos no seguimento dos eixos de expansão, estabeleceram-se os bairros ou zonas da cidade. A primeira zona é o Largo do Pelourinho (1462), considerado a génese do espaço urbano. Era uma zona essencialmente comercial, que nasceu e se sustentava das actividades portuárias. Dela faziam parte o enorme largo, as ruas contíguas do Porto, do Calhau e da Misericórdia, todas elas partindo do ancoradouro e rumando para nordeste. As ruas eram atravessadas perpendicularmente pelos becos das Confrarias e da Misericórdia. Foi ao longo destas ruas que nasceram as primeiras edificações urbanas, pertencendo aos comerciantes que aí se instalaram. Essas edificações eram casas assobradadas de dois pisos onde funcionava o comércio, os bordéis e albergues da cidade. Mais para nordeste, no extremo da Rua da Misericórdia estava implantado o complexo da Misericórdia, formado pelo Hospital e a Igreja. O espaço terminava na rua da Praça, perpendicular à rua da Misericórdia ao longo da qual se encontravam as primeiras instalações da casa da Câmara e Cadeia, que mais tarde seria trasladada para o bairro de S. Pedro.

O Bairro de S. Pedro ou Figueira de Portugal corresponde à primeira zona de expansão da cidade. As primeiras edificações são datadas dos finais do século XV (1495), no caso a capela da N. Sr.^a do Rosário, hoje transformada em Igreja. O bairro instalou-se na margem norte da ribeira e foi-se consolidando ao longo do século XVI e XVII. Numa primeira fase, o bairro encontrava-se confinado à zona

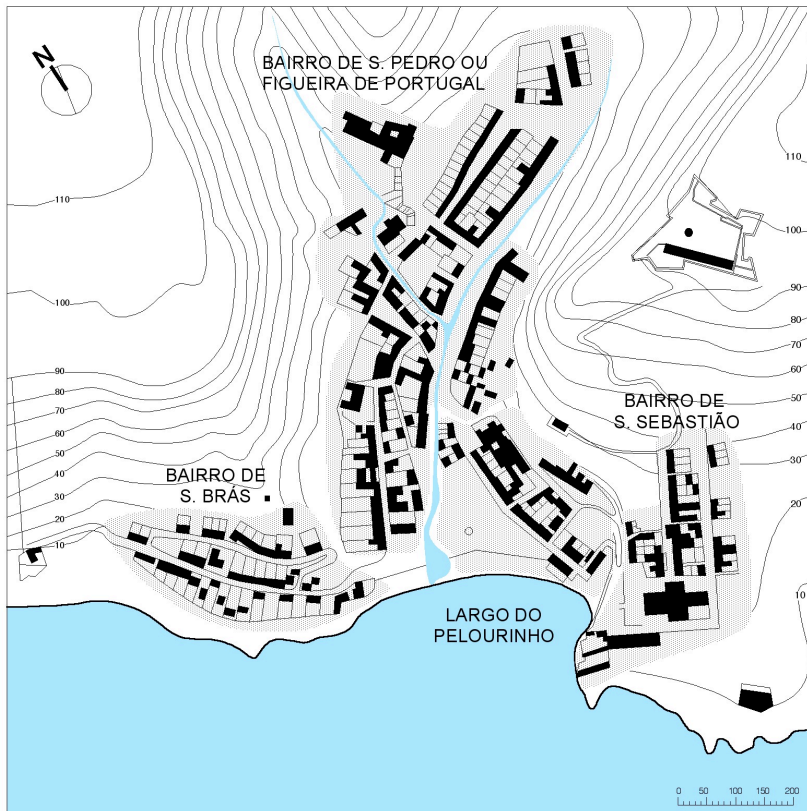


Fig. 30
Bairros e áreas urbanas

norte adjacente ao largo, estruturado pelas ruas da Carreira e da Banana orientados para noroeste e tendo como limite a sudeste a rua Direita de S. Pedro e a ribeira. Era uma zona residencial onde viviam os mais importantes funcionários régios. Mais tarde, na segunda metade do século XVII, o bairro expande-se mais para nordeste onde estavam instalados, o hospício dos Jesuítas e o convento de S. Francisco. Esta parte do bairro estruturou-se segundo as ruas Direita, a sudeste, e a rua da Horta Velha, a noroeste, tendo como limite a sudoeste a rua dos Conventos. Localizada na margem direita da ribeira, para nascente, encontra-se uma segunda extensão do bairro de S. Pedro que na planta de 1778, do engenheiro Andrea , aparece-nos com a designação de Bairro de Figueira de Portugal. Esta zona surge na continuidade do antigo edifício da Câmara e Cadeia e estrutura-se a partir do terreiro da Misericórdia em direcção a nordeste.

As últimas áreas do espaço urbano a se constituírem são o bairro de S. Brás e o Bairro de S. Sebastião. O bairro de S. Brás é atravessado pelo eixo estruturante representado pela rua Direita da Cidade, que o divide em duas partes, a parte norte e a sul. Pouco sabemos da data de formação deste bairro mas pensamos que seja sensivelmente dos finais do século XVI início do século XVII. Foi a zona escolhida para a residência dos Jesuítas que no início do século XVII que ao chegarem à ilha em 1604, compraram e urbanizaram praticamente toda a zona norte do bairro.

Por fim, temos o bairro de S. Sebastião que se formou a partir das obras da Sé e do palácio Episcopal, cujas obras tiveram início entre 1556 e 1558. S. Sebastião é um bairro que se estruturou a partir de uma nova rua direita, rua essa que se orientou da Sé para o forte de S. Filipe onde se encontrava uma das portas de acesso à cidade. Esta rua aparece-nos nas escrituras com a designação de rua Direita ao Forte. São estas as identificações tradicionais das áreas da cidade que utilizaremos na análise da malha urbana.

Cap. 4

MALHA URBANA**4.1. A Estrutura da Malha Urbana**

Como já foi observado ao longo deste estudo, a Ribeira Grande é um núcleo urbano de reduzidas dimensões. Numa primeira aproximação à leitura da sua malha urbana, são evidentes as diferenças existentes entre a malha da zona “baixa” e a da zona “alta”. Assim, é de se concordar que a malha da zona “baixa” é mais orgânica enquanto que a da zona “alta” é mais regular. Esta é, aparentemente, a única grande diferenciação do tecido urbano.

No entanto, é perceptível, mesmo no interior da malha genericamente irregular das zonas do Largo do Pelourinho de S. Pedro e S. Brás, alguns indícios de “regularidade” na sua estruturação. Na sequência de desenhos que se apresentam a seguir, definiram-se três tipos de malha encontrada no tecido urbano da cidade: a malha regular dos quarteirões situados na área de S. Sebastião, a malha orgânica encontradas nalguns quarteirões da área de S. Pedro, e finalmente, os quarteirões que se definiram como de malha “tendencialmente regular” que se encontram maioritariamente na base da estruturação do tecido urbano da cidade. Esse tipo de malha é predominante tanto no Largo do Pelourinho quanto na área de S. Brás, na zona leste da cidade.

Com exceção do Bairro de S. Sebastião, que é inequivocamente estruturado sobre uma malha regular em que está patente a intenção de se criar ortogonalidade nos quarteirões através do cruzamento rítmico de ruas paralelas e perpendiculares, e também a exceção de alguns quarteirões situadas na zona de

S. Pedro, em que a preocupação parece ser a adaptação ao terreno acidentado, mas que, no entanto, está inserido dentro de uma determinada métrica que no capítulo seguinte poderá ser observado aquando do estudo dos quarteirões, todo o resto do tecido urbano da cidade apresenta indícios de regularidade.

Através de uma observação mais cuidada, a “regularidade relativa” da malha é perceptível em duas situações que se repetem nos quarteirões identificados. Por um lado, há situações em que é visível a “intenção” de se estabelecerem ruas paralelas entre os quarteirões e, por outro lado, encontramos outra situação em que é visível a intenção de se estabelecerem também ruas perpendiculares.

Dentre as situações de “paralelismo” das ruas observadas na zona “baixa”, há que destacar casos distintos:

No bairro de S. Brás, no extremo poente da cidade, a estrutura dos quarteirões apresenta três blocos paralelos entre si, separados por duas ruas que se encontram desniveladas. A rua principal está implantada a uma cota de cerca de 10 metros, enquanto que a rua secundária foi implantada a uma cota de aproximadamente 15 metros. A ligação entre as ruas é feita por um declive situado a leste do quarteirão e, a poente, a ligação faz-se por uma travessa sensivelmente à mesma cota das duas ruas. Nesta situação é visível a perfeita adaptação à configuração do terreno. Sem perder de vista a latente relação de pragmatismo com o sítio, procurando obter o aproveitamento máximo das áreas de construção, observa-se, ao mesmo tempo, a preocupação em criar uma certa ordem no espaço demonstrada pelo paralelismo das ruas que estruturam os quarteirões.

No Bairro de S. Pedro, a Sul, deparamos com uma situação simultânea de paralelismo e perpendicularidade. A situação é patente na rua da Carreira e rua da Banana que se encontram sensivelmente à mesma cota e que são interceptadas por duas travessas. Neste caso é importante frisar o facto de que a Igreja da Nossa



Fig. 31
Principais tipos de malha

Sr.^a do Rosário se encontra implantada a uma cota mais elevada do que a rua da Carreira. Como a igreja já existia quando a rua foi feita é provável que, nessa altura, se tenha regularizado o largo da igreja, adaptando-o ao eixo da rua, que se queria, certamente, recta, como é. Note-se que, como já foi descrito antes, a rua da Carreira era considerada a rua “nobre” do burgo, era ali *“que se encontravam as casas mais opulentas, os sobrados mais ricos, já que era aí que vivia a maior parte dos vizinhos e oficiais régios”*¹.

Outro caso encontrado no Largo do Pelourinho demonstra também uma clara situação de perpendicularidade da malha. As ruas contíguas da Misericórdia, Calhau e do Porto, que se encontram do lado do Largo, são sucessivamente interceptadas por várias travessas dando assim certa regularidade à malha urbana nessa área. É também visível ali a situação já encontrada no Bairro de S. Brás, em que a rua secundária paralela à rua principal se encontra a uma cota mais elevada.

Finalmente, um outro caso de paralelismo de quarteirões é perceptível no bairro de S. Pedro, a norte do braço da ribeira. Ao observarmos os dois quarteirões assinalados no desenho encontramos uma clara intenção de se criar dois quarteirões paralelos separados por dois eixos verticais representados pelas ruas da Horta Velha, localizada mais para o interior do vale, e pela rua Direita, na situação limítrofe da ribeira.

Em relação às várias situações encontradas na malha urbana, sobretudo da zona baixa da cidade, em que a estrutura da malha patenteia uma determinada regularidade que é expressa através de situações já referidas de “perpendicularidade” e “paralelismo”, queremos, no entanto, esclarecer que estas situações não aparecem ao acaso. Essas situações já vêm da prática de

¹ Iva Cabral - “Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação” in *História Geral de Cabo Verde*, Vol. II, Lisboa / Praia : Instituto de Investigação Científica e Tropical / Instituto Nacional de Cultura, 1995, p. 227.



Fig. 32
Quarteirões que evidenciam paralelismo e ortogonalidade da malha

intervenções urbanas em zonas da cidade em que a preocupação do alinhamento na abertura e estruturação dos arruamentos estava sempre presente. Esse alinhamento das frentes, definido pelo termo “*cordeamento*”, era determinado a partir da aplicação de técnicas de abertura de ruas que se faziam com instrumentos de medição oriundos da náutica, em que se utilizavam cordas para estabelecerem as direcções².

A prática do “*cordeamento*” exigia alguns conhecimentos de geometria pela forma como era aplicada ao terreno e essa situação resultava forçosamente numa tendência natural para a ortogonalidade da malha. É claro que a “ortogonalidade” ou a “regularidade” da malha também estavam ligadas à regularidade do terreno, como já foi dito no capítulo anterior. Então, podemos adiantar que da configuração do terreno e da aplicação de uma técnica reguladora sobre o mesmo, resultaram as múltiplas situações encontradas no tecido urbano da Ribeira Grande relativamente à estrutura da malha.

Assim, considerando as situações encontradas nas diversas zonas que constituem o tecido urbano da cidade, é de concluir que na zona baixa da cidade pondera uma situação de adaptabilidade da malha às condições determinadas pelo relevo, enquanto que na zona alta da cidade é predominante a composição expressa sobretudo pelo ritmo das ruas e das suas intercepções com travessas. Embora as zonas baixa e alta da cidade sejam aparentemente diferentes entre si relativamente à sua forma, os desenhos de ambas mantêm vínculos entre si.

O que se pode observar como síntese de todos os casos descritos é que o meio evidente de se pretender alguma regularidade da malha é o elemento rua. É sobre este elemento que continuaremos a análise.

² Note-se que esta impressão de regularidade é, de certo modo, denunciada nas gravuras estrangeiras do século XVII que a seguir se mostram.

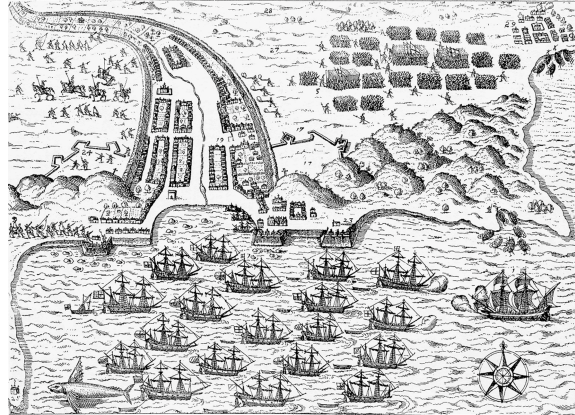


Fig. 33

De como conquisto el capitan Francisco Drake la ciudad e insula de San Tiago
In *América*, T. de Bry, Libro Octavo, 1600

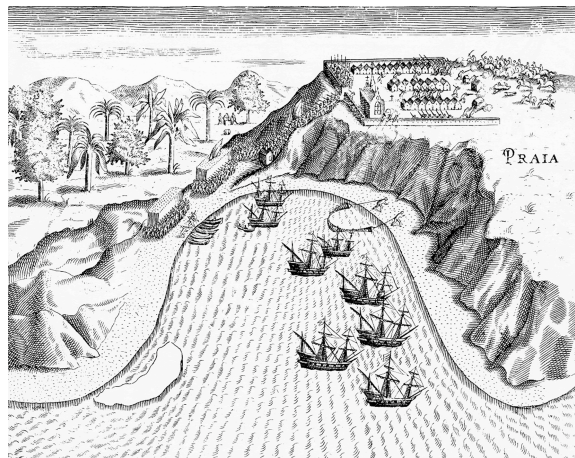


Fig. 34

Verdadero Bosquejo de la fortaleza de Praia
In *América*, T. de Bry, Libro Noveno, 1612

4.2. A Estrutura Viária

Ao primeiro olhar lançado sobre os desenhos da estrutura viária da cidade da Ribeira Grande, percebe-se que há zonas em que a malha apresenta uma certa continuidade enquanto que noutras partes é notória a sua descontinuidade. À medida que se vai avançando nas várias análises espaciais que constituem este trabalho, cada vez mais se torna evidente a existência de duas partes separadas que formam o todo do espaço urbano da cidade. Tal como na malha urbana, observam-se os dois tipos de estruturas diferentes que se repetem: na zona “baixa” encontramos um tipo de rede viária mais orgânica enquanto que no Bairro de S. Sebastião a estrutura viária encontrada corresponde a um tipo de malha mais homogénea e geométrica.

O tipo de rede viária implantada na zona “baixa” tem como principal eixo estruturador a rua Direita de S. Pedro, que tem início na baía, e progride para o norte em direcção à nascente da ribeira e tem como papel estabelecer a ligação entre a zona da baía e o interior da área urbana. O segundo grande eixo da cidade é a rua Direita da Cidade. Esta rua tem o seu início no largo do Pelourinho e, atravessando o bairro de S. Brás, termina no extremo poente da cidade, no Forte de S. Lourenço. Estes dois eixos definem o sistema viário primário da zona baixa da cidade.

Grande parte das ramificações que definem o sistema viário secundário partem da rua Direita e fazem a distribuição do fluxo para as diferentes áreas e quarteirões localizados no interior do tecido urbano, assegurando assim a continuidade da rede viária.

As redes viárias estruturadas segundo os princípios descritos designam-se por redes de estrutura arborizante³ pela semelhança do seu funcionamento com a configuração de uma árvore. Este tipo de estrutura funciona através de um único percurso transportador do fluxo de um ponto para outro. A esse percurso principal juntam-se uma série de pequenas vias de uma rede secundária que estão ligadas à rede principal e que se encarregam da distribuição do fluxo nos quarteirões. Esse tipo de sistema é fortemente hierarquizado e é geralmente comum nas cidades muçulmanas. As ruas consideradas matrizes, normalmente, aparecem na malha com perfis maiores e as secundárias com perfis menores.

A organização hierárquica da rede viária da “baixa” está estruturada segundo os eixos da rua Direita de S. Pedro e da rua Direita da Cidade como os principais distribuidores do fluxo para os quarteirões. Enquanto que a rua da Cidade apresenta um perfil bem definido sem muitas curvas e com a largura de cerca de 25 palmos, a rua Direita de S. Pedro tem um perfil mais sinuoso e ao longo do seu percurso vai variando de largura, não ultrapassando, no entanto, os 30 palmos⁴. A ligação dos eixos principais ao sistema formado pelos eixos secundários, faz-se através de ramificações directamente ligadas ao eixo principal.

Existem ainda outras situações, como as encontradas nas ruas da Carreira e da Banana, que se apresentam como estruturantes dentro da própria malha de alguns quarteirões. Essas ruas, pertencem à zona onde habitava a classe mais nobre da cidade e onde estavam localizadas as casas mais abastadas da cidade,

³ Service Technique de L'Urbanisme - *Lire et Composer L'espace Public*, Paris, 1991, p. 28.

⁴ É preciso esclarecer que nas plantas que dispusemos foi muito difícil estabelecer um padrão fixo das medidas das ruas, principalmente as da “zona baixa”. Dado a variação das larguras apresentadas nas plantas, optamos por um padrão médio situado entre os 25 e 30 palmos. Com excepção de casos como a rua Direita da Cidade, ou rua da Carreira ou mesmo rua da Banana em que vinha expresso na documentação consultada a sua dimensão exacta na época.

como já foi referido. Foram ruas com traçados planeados e como tal o seu percurso é plano e linear. A rua da Carreira, como o próprio nome indica, era a rua onde circulavam as carroças e os cavalos sendo, por isso, tão larga quanto as ruas principais de cerca de 25 a 30 palmos.

Da orientação da malha constatou-se a existência de um equilíbrio entre as vias que seguem o sentido norte/sul e as que seguem o sentido nascente/poente. Esta situação explica-se, sobretudo, pela exiguidade da área de expansão e de instalação da cidade.

Outros aspectos importantes foram observados na estrutura viária da cidade tais como o comportamento dos traçados viários em relação às condições geográficas locais. Nesse sentido, na zona baixa é evidente que traçados como o da rua Direita de S. Pedro, que acompanha o serpentejar da ribeira seguindo o seu leito até onde o limite das escarpas o permitia, se adaptam na perfeição às condições acidentadas do terreno. Tal facto é também visível em traçados como o da rua direita da Cidade que, no seu percurso pela zona de S. Brás, percebe-se o modo como contorna as curvas de nível e se adapta aos caprichos do terreno.

Essa situação repete-se em zonas como a rua paralela à da Misericórdia ou, em certos casos, nos quarteirões situados no bairro de S. Pedro.

No entanto, nem todas as situações apresentam o mesmo grau de adaptabilidade. Duas situações de impasse se estabeleceram na rede viária. Uma, no caso da articulação entre o Largo do Pelourinho e o bairro de S. Sebastião, que ficou resolvida por uma por uma rampa muito inclinada mas que, dada a natureza do relevo, foi a solução mais adequada. Outra, no caso da ligação entre o Bairro de S. Pedro e o Convento de S. Francisco em que não foi possível dar continuidade à rede e, nesse caso, o impasse foi resolvido através de escadarias. Assim, podemos considerar que a rede viária da cidade baixa é uma rede com

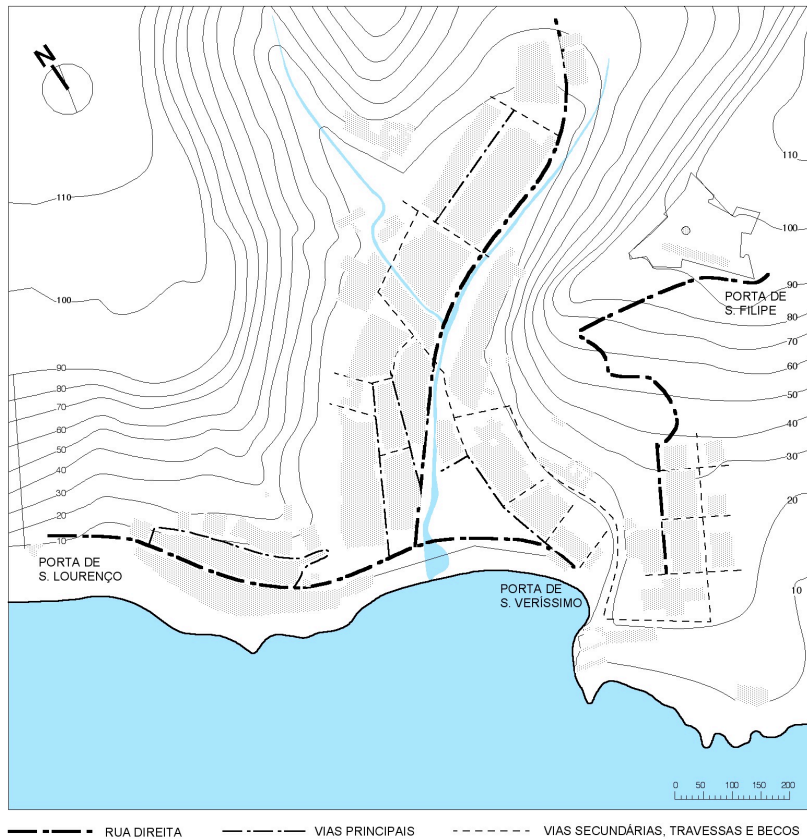


Fig. 35
Hierarquia das vias

características próprias e que, no seu cômputo geral é uma rede contínua e bem adaptada ao terreno.

Na parte “alta” da cidade está implantada um outro tipo de rede. Esta, embora adaptada também às condições específicas do terreno, apresenta no entanto outras características. O terreno de implantação é plano o que proporcionou uma rede viária mais regular e menos sinuosa do que a encontrada na zona baixa. Por isso, pelo que observamos, podemos considerar a rede viária de S. Sebastião uma rede estruturada segundo um sistema de malha reticulada a partir de um eixo principal que é a rua Direita ao Forte. Esse eixo é atravessado por várias travessas formando uma retícula ortogonal plana, sem situações de impasse, excepto na já referida ligação com a cidade baixa. Embora as redes viárias de tipo ortogonal não tenham como característica principal a hierarquização das vias, neste caso é visível que ela se mantém especialmente na diferenciação de tamanho das ruas e travessas. As ruas do bairro de S. Sebastião têm todas aproximadamente 25 palmos de largura enquanto as travessas têm apenas 15 palmos. Pela avaliação da rede viária feita nesta zona da cidade apercebemo-nos da existência de uma situação de evidente composição expressa tanto pela regularidade do ritmo das ruas e travessas quanto pelas dimensões que esses elementos adquiriram no terreno.

Face ao exposto, é visível que apesar das pequenas variantes existentes entre os tipos de estrutura viária e malha urbana, que se encontram nas diferentes zonas da cidade há pelo menos um elemento comum que se repete em todas. Esse elemento é a rua direita, assim identificada na toponímia.

No caso da Ribeira Grande, como já nos apercebemos, foram detectadas três ruas direitas no interior do seu tecido urbano. A Rua Direita de S. Pedro, a Rua Direita da Cidade e a Rua Direita ao Forte. Essas ruas, embora se encontrem localizadas em áreas de características específicas na cidade, são todas

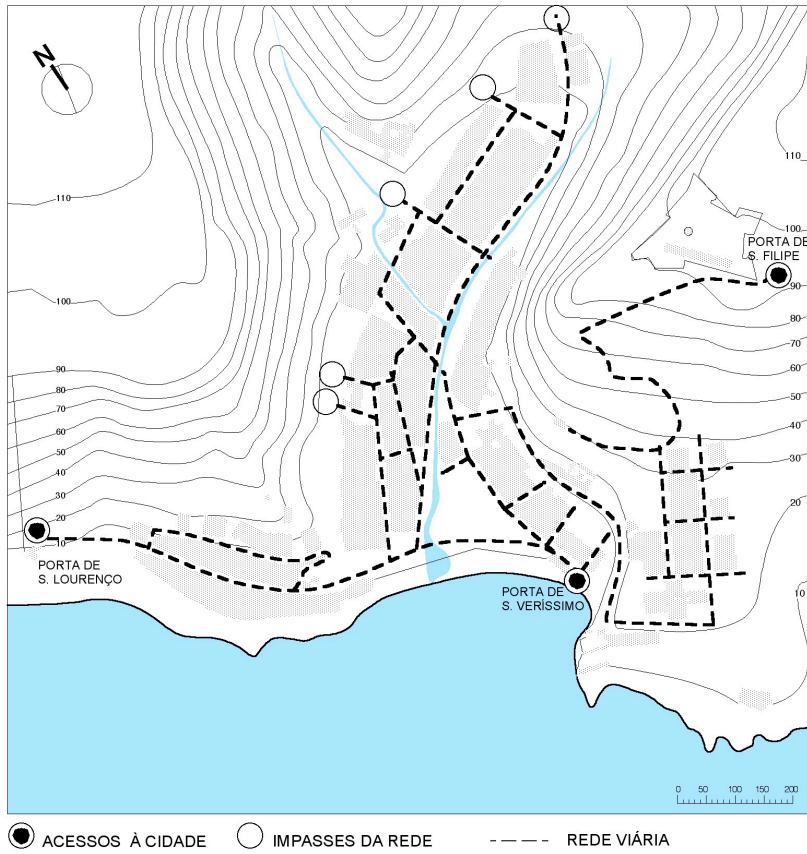


Fig. 36
Rede Viária

estruturantes nas diferentes zonas em que aparecem.

Na zona baixa, está presente em duas situações: uma como rua Direita de S. Pedro que se estabelece perpendicularmente ao Porto e à baía e outra como a rua Direita da Cidade que acompanha a linha da costa. A primeira situação, a rua Direita estabelece o percurso entre o espaço aparentemente mais importante da cidade, o Largo do Pelourinho, (onde se encontra o porto, a zona comercial e as principais funções cívicas do município) e o interior do vale em direcção à nascente da ribeira. Na segunda situação, a rua Direita da Cidade faz a ligação entre duas portas da cidade, a porta situada no forte do Presídio e a porta situada no forte de S. Lourenço.

Na zona alta, no Bairro de S. Sebastião cabe à rua Direita ao Forte o papel de principal eixo estruturador do tecido urbano da zona “alta”. Une virtualmente a Sé ao Forte de S. Filipe. No seu percurso, numa primeira fase é claramente rectilínea e numa segunda fase do trajecto, quando o terreno se torna irregular, adopta uma forma menos rectilínea e mais orgânica.

Se observarmos com atenção a forma e o trajecto que essas ruas adoptaram no terreno, detectamos que a mesma situação que acontecia em relação à malha da zona “alta” e “baixa”, repete-se. Isto é, as ruas direitas da zona “baixa” são mais sinuosas, facto que evidencia a já mencionada adaptabilidade ao terreno, enquanto que a rua direita da zona “alta” é mais direita e evidencia geometria e composição.

Estas situações descritas, indiciam um sentido de ordem na formação do tecido urbano que está relacionado com a ideia da rua. Note-se que, no caso da Ribeira Grande, a hierarquia é possível quer pela estrutura da congregação do fluxo através dos eixos estruturantes já referidos, quer pelas dimensões já referenciadas destes relativamente aos outros eixos (as maiores ruas têm cerca de 30 palmos, enquanto que as outras tem entre 20 e 25 palmos). No entanto, não

ocorrem denominações de travessas, apenas “becos”, designando quase sempre as situações de impasse imposto pelo relevo. As outras têm a designação de ruas, embora secundárias em relação às “ruas direitas”.

Cap. 5

DENSIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

5.1. Loteamento

Já se viu que as “ruas” eram um elemento tendencialmente “regulador” da estrutura urbana da Ribeira Grande mas estavam limitadas por uma série de constrangimentos impostos pelas condições geográficas locais. Esses elementos constrangedores, que designamos anteriormente de barreiras físicas, tiveram um papel fundamental no desenho da cidade. No entanto, para além das ruas, há ainda outro elemento que é claramente “regulador” do desenho urbano que é o “lote”, ou melhor, o loteamento, que também é fundamental na organização da forma urbana.

Após uma primeira análise da malha urbana da Ribeira Grande, observou-se que em praticamente todos os quarteirões existe um módulo de loteamento que, aparentemente, funcionou como matriz na construção da maior parte dos quarteirões. Se não vejamos: a nossa primeira constatação foi notar que surgem em vários pontos do desenho urbano um conjunto formado por três lotes contíguos que medem cada um 30x90 palmos. Este conjunto repete-se em vários locais de forma “isolada”, ou integrada nos quarteirões. A partir desta observação e da medição das frentes dos quarteirões que apresentam, quase sempre, dimensões múltiplas de 30, pode-se concluir que o lote que está na base de toda a formação dos quarteirões é o “lote base” que mede 30 palmos de frente e 90 palmos de profundidade.

Esse “lote base” sofre algumas alterações na sua aplicação no terreno. A variante mais comum encontrada no desenho é o lote e meio, que advém da adição aos 30 palmos de frente de mais 15 palmos. Essa variação encontramos frequentemente nas zonas da cidade onde morava a gente mais abastada, que é o caso do bairro de S. Pedro nos quarteirões da rua da Carreira e rua da Banana. A segunda variante encontrada é a situação da unidade de uso ser representada por dois módulos do “lote base”. O lote duplo corresponde assim a uma frente de 60 palmos. Também é bastante comum encontrar esse tipo de lote na rua da Carreira e na rua da Banana mas também é frequente a sua aparição em S. Brás precisamente nos lotes construídos pelos missionários da Companhia de Jesus. Por fim, a última variante constituída por lotes com 90 palmos de frente. Esses lotes encontram-se geralmente em quarteirões com mais de duas frentes ou em situações de gaveto e na maior parte das vezes esses lotes correspondem a edifícios públicos.

Para além das variações encontradas nas dimensões da frente do lote, também encontramos algumas situações em que as medidas que correspondem ao fundo dos lotes variam caso a caso. Tal como aconteceu em relação às medidas da frente do lote, a variação da profundidade funciona, normalmente, em módulos de 30 palmos. Ou seja, a partir do “lote-base” que tem 90 palmos de fundo, as variações encontradas correspondem a situações de diminuição do lote, que dos 90 palmos passa a ter 60 palmos de fundo, ou ainda variações por acréscimo de 30 palmos ao fundo do lote passando este a medir 120 palmos. Os lotes encontrados com 120 palmos foram lotes localizados na sua grande maioria junto as escarpas que limitam a cidade.

Foram estas as variantes mais comuns encontradas nos quarteirões que formam o tecido urbano da cidade, embora também se encontrem casos em que aparecem lotes fora dos padrões descritos. Estes lotes foram detectados,

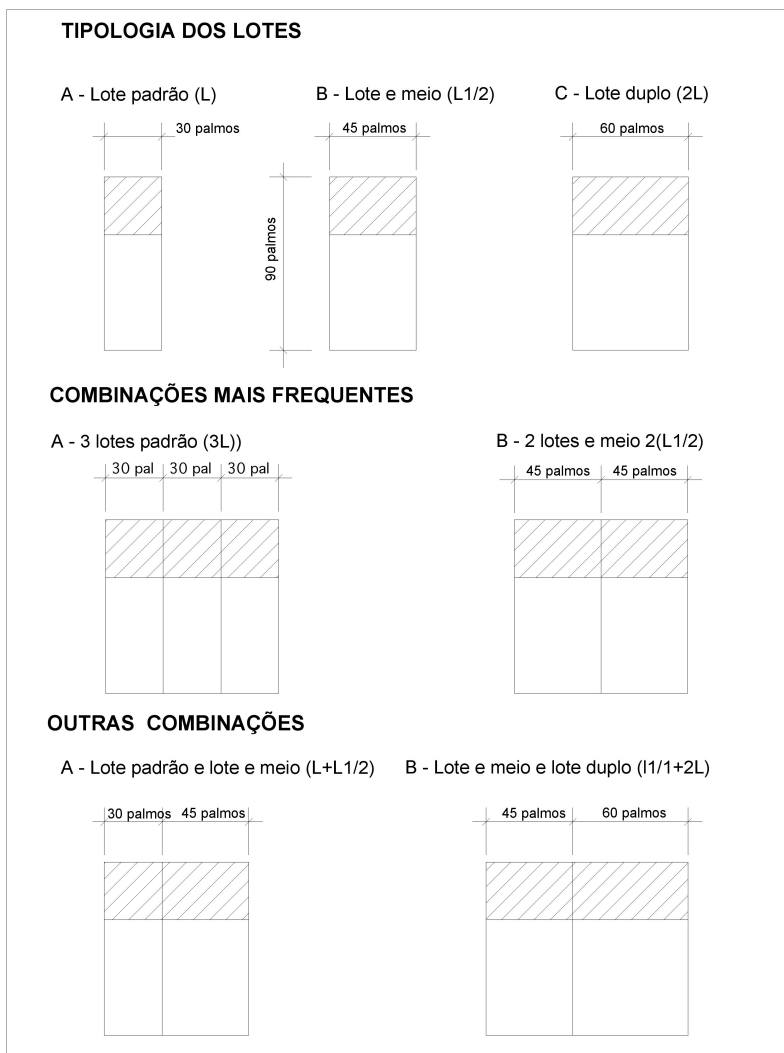


Fig. 37
Tipologias dos lotes

principalmente, na zona do núcleo central, no Largo do Pelourinho e correspondem aos primeiros edifícios construídos na cidade. Mas, na mesma área, também foram encontrados alguns lotes que se encaixam dentro dos padrões descritos.

Quanto à forma, como os lotes estão distribuídos no interior dos quarteirões, variam consoante o espaço físico e a configuração do terreno encontrado no local da implantação do quarteirão. Assim, encontramos quarteirões com lotes com a frente orientada para uma única rua e situações de lotes confrontados em que as duas frentes se encontram orientadas para duas ruas e, finalmente, situações em que os lotes estão dispostos em quadrados ou rectângulos, formando mais de duas frentes.

Procurando identificar a “matriz do loteamento” que poderia estar na base do desenho urbano, elaborou-se um esquema de análise por diferentes áreas do tecido urbano. Utilizou-se a divisão já existente da cidade em Bairros que, por sua vez, foram subdivididos em zonas e estas foram estudadas quarteirão a quarteirão.

Supomos que, por detrás do tecido urbano da Ribeira Grande, existe uma matriz e que os constrangimentos geográficos obrigaram a que se fizessem adaptações e são essas adaptações que tentamos estudar e compreender. Não se pretende com isso dizer que houvesse uma deliberada intenção de concretizar uma malha “reticulada” na Ribeira Grande e que o relevo não deixou. Ao contrário, pretende-se demonstrar que a “regularização” proporcionada pelo loteamento é suficientemente maleável para adaptar-se àquele terreno (ou a outro) mantendo as suas características básicas. Ou seja, o módulo-base do lote é que contem em si o “ideal” de regularidade urbana em que a cidade é “ordenadamente” distribuída. Tal noção não entra em contradição com as necessidades de adaptação ao terreno,

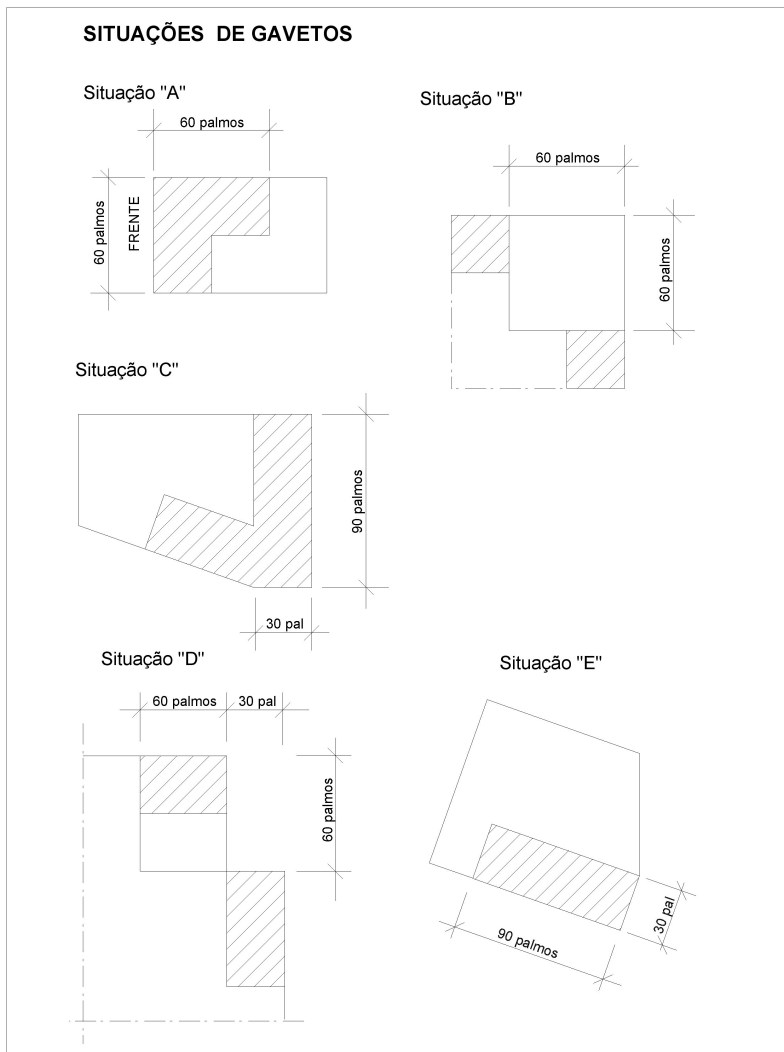


Fig. 38
Posição dos lotes nos quarteirões – situações de gaveto

mas inclusive inclui entre as suas “qualidades” de ordenação esta mesma maleabilidade.

Assim, o conceito de “ordem” parece estar implicitamente ligado à noção de proporcionalidade da divisão interna da cidade e à sua distribuição regular e padronizada (embora sempre maleável). Nesse sentido, observa-se que apesar do lote ser a matriz da distribuição interna dos quarteirões é a frente a medida que efectivamente conta para a ideia da distribuição regular da cidade, pois é o elemento visível nas ruas. É mais frequente aparecerem medidas de fundo que não correspondem aos padrões de variação do lote (devido a situações específicas, como a proximidade de ravinas, etc.) do que discrepâncias nas medidas de frente que, quase sempre, seguem os padrões proporcionais de variação, ou seja, lote, lote e meio, duplo lote, etc.

Na análise dos bairros que a seguir apresentamos é portanto a medida de frente do lote o factor de identificação da divisão dos quarteirões. Os quarteirões serão analisados um a um, de acordo com as zonas indicadas nos respectivos desenhos.

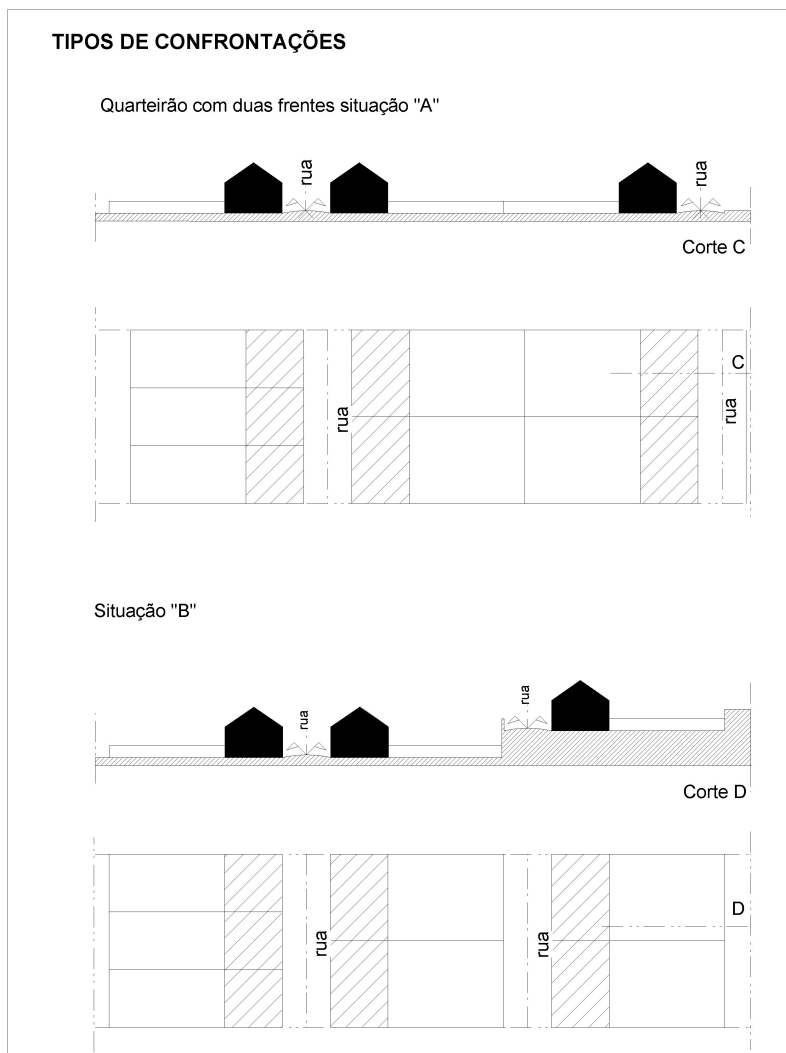


Fig. 39
Posição dos lotes nos quarteirões - tipos de confrontações

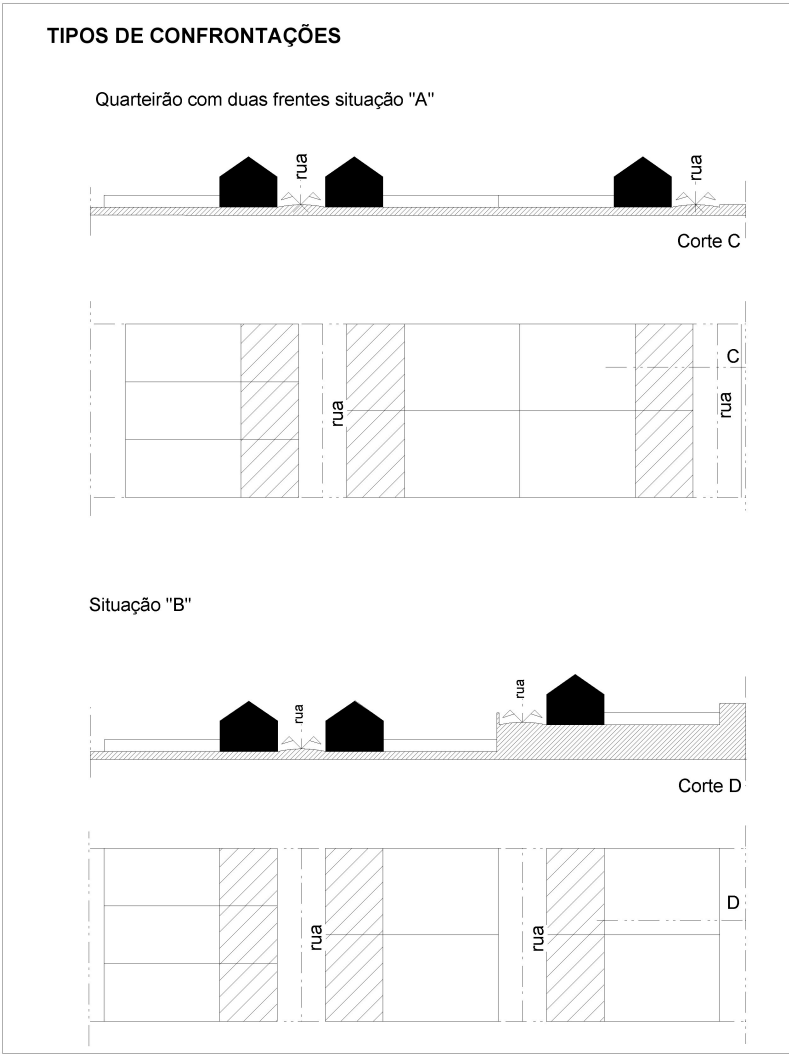


Fig. 40
Posição dos lotes nos quarteirões - tipos de confrontações

5.2. Análise da Estrutura de Loteamento

LARGO DO PELOURINHO

Esta área pertence ao núcleo inicial da cidade e é o lugar onde a matriz do loteamento é menos visível. No entanto, é possível identificar alguns indícios da matriz em determinados quarteirões que fazem parte desta zona.

Quarteirão A

A área A corresponde à zona onde foi instalado o porto e é formada por dois edifícios, provavelmente armazéns, que medem ambos cerca de 105 palmos de frente por 30 palmos de profundidade, e por um quarteirão que tem de frente 165 palmos e 80 palmos de fundo. É importante observar que o quarteirão encontra-se encostado a uma ravina o que provavelmente limitou a sua profundidade. A disposição dos lotes no quarteirão orienta-se para poente, com frente para a rua do Porto. Um lote e meio (L1/2) e dois lotes duplos (2(2L)) conformam o quarteirão, o que nos dá uma ocupação de lotes maiores, provavelmente em função do seu uso comercial.

Quarteirão B

O Quarteirão B tem a forma de um polígono irregular que tem mais de uma frente. As medidas dos lados do polígono são: A frente principal orientada para o largo tem 195 palmos, a frente posterior tem 140 palmos e as duas frentes laterais 160 e 180 palmos respectivamente. A distribuição dos lotes é maioritariamente

irregular relativamente à matriz, o que pode ser explicado pelo facto de ter sido este, provavelmente, o primeiro espaço de instalação do núcleo.

Quarteirão C

No quarteirão C é possível identificar com maior clareza a situação da matriz do loteamento. O quarteirão está adossado à igreja da Misericórdia e ao Hospital que ocupam metade da sua área. A frente da rua da Misericórdia mede cerca de 255 palmos e está dividida em lotes que têm de fundo cerca de 80 palmos. A divisão do quarteirão corresponde a uma ocupação de lote e meio (L1/2) uma de lote base (L), uma de lote duplo (2L) e espaços que no século XVIII estavam desocupados ou em ruínas e que correspondem a um lote duplo (2L) e dois lotes e meio (2(L1/2)).

Quarteirão D

O quarteirão corresponde a um lote com duas frentes e numa das frentes encontra-se instalado o edifício da Prisão. Na frente com os lotes orientados para a rua Direita, temos duas ocupações de lote base (2(L)) e uma ocupação de lote e meio (L1/2)

Na frente orientada para o largo da Misericórdia a cadeia ocupa um espaço de cerca de 2 lotes e meio.

Quarteirão E

A sua frente mede 225 palmos e apresenta uma ocupação de 4 lotes base (4L), um espaço desocupado de lote e meio (L1/2) e uma ocupação de lote duplo (2L).

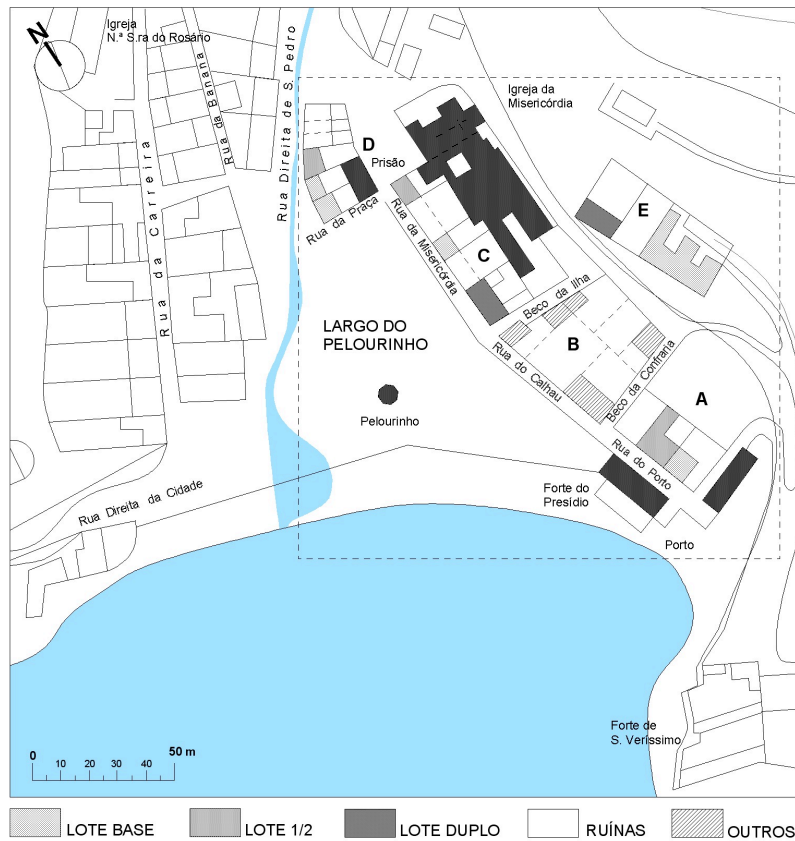


Fig. 41
Largo do Pelourinho

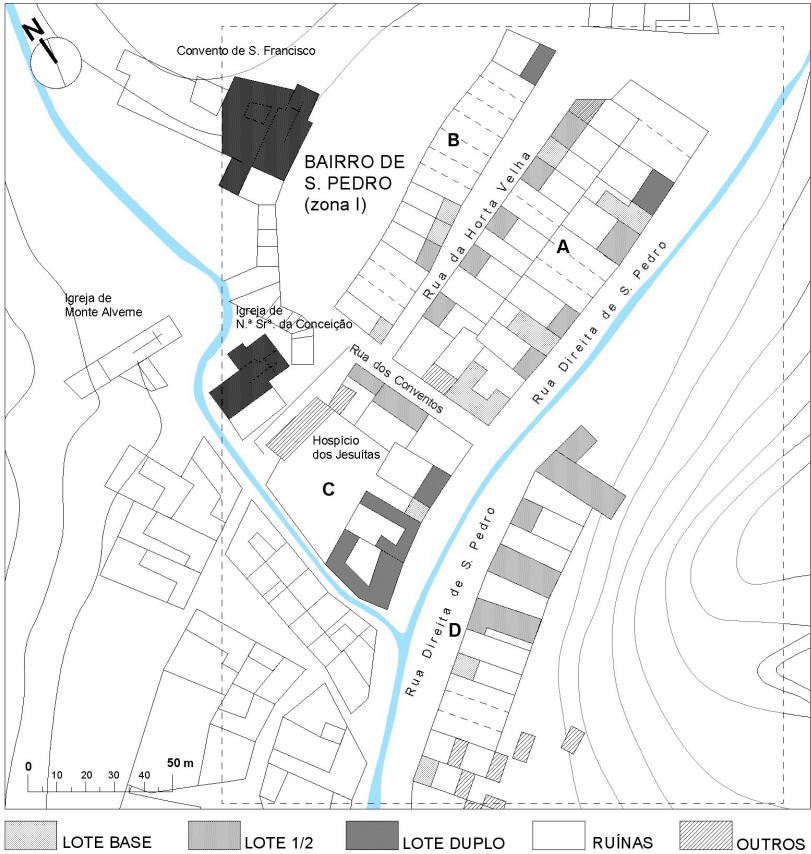


Fig. 42
São Pedro I

BAIRRO DE S. PEDRO

O Bairro de S. Pedro ocupa a maior parte da área do tecido urbano da cidade. Tem o seu início perto da baía, na margem direita da ribeira, e desenvolve-se para o Norte onde também passam a fazer parte do bairro os quarteirões que se encontram na margem esquerda da ribeira. Com vista a facilitar a identificação dos seus elementos, o bairro foi dividido em três zonas e nas zonas os quarteirões foram identificados por letras.

S. PEDRO I

Desta zona fazem parte quatro quarteirões, três na margem esquerda e um na margem direita, o quarteirão D. Na margem esquerda dois quarteirões são alongados, tendo um deles lotes de confrontação. Enquanto que o quarteirão simples tem só uma frente que é a rua da Horta Velha, o outro quarteirão tem duas frentes opostas que estão orientadas, uma para a rua da Horta Velha e a outra para a rua Direita, estando ainda este último em confrontação com a rua dos Conventos, situada a sul dos quarteirões. Um terceiro quarteirão faz parte deste conjunto. Este quarteirão, designado por “C”, situa-se a sul dos dois primeiros e é composto por três frentes. A rua Direita a leste, a rua dos Conventos a norte, e a terceira frente está orientada a poente para o adro da igreja da Nossa Senhora da Conceição.

S. Pedro I - A

O quarteirão A tem duas frentes com lotes orientados para a rua Direita e para a rua da Horta Velha. Na frente orientada para a rua Direita, o quarteirão tem cerca de 540 palmos e um fundo médio de 90 palmos, ocupando um espaço que corresponde a 18 lotes base. Esses lotes encontram-se distribuídos ao longo do quarteirão segundo a seguinte configuração, a partir da rua dos Conventos: uma ocupação de gaveto de 90 x 90 palmos (3L), uma ocupação de lote e meio (L1/2), uma ocupação de lote base (L), uma ocupação de lote e meio (L1/2), espaço sem construção correspondendo a 3 lotes base (3L), uma ocupação de lote e meio (L1/2), uma ocupação de lote base (L), uma ocupação de lote duplo (2L), espaço não construído correspondendo a 3 lotes e meio (2L + L1/2).

A frente para a rua da Horta Velha tem 480 palmos de comprimento onde caberiam 16 lotes base. Tem de fundo 90 palmos e os lotes encontram-se distribuídos da seguinte forma a partir do extremo leste: uma ocupação de lote base (L), uma ocupação de lote e meio (L1/2), uma ocupação de lote base (L), uma ocupação de lote e meio (L1/2), espaço não construído correspondente a 2 lotes base (2L), uma ocupação de lote e meio (L1/2), espaço não construído de lote base (L), uma ocupação de lote e meio (L1/2), espaço não construído de lote e meio (L1/2), uma ocupação de lote e meio (L1/2), espaço não construído correspondente a 2 lotes base (2L).

Nota-se que há aqui um quadro razoavelmente equilibrado entre o uso de lotes simples e lotes e meio, com alguns lotes duplos, o que remete para a característica habitacional da área.

S. Pedro I – B

O quarteirão B no século XVIII encontrava-se bastante arruinado. Tem a frente orientada a sul e mede cerca de 495 palmos, o que considerando a matriz do lote base equivale a 16 lotes e meio no total. Estavam efectivamente ocupados no século XVIII três lotes base (3(L)), um lote e meio (L1/2) e um lote duplo (2L), estado desocupados ou em ruínas espaços correspondentes a dez lotes no total (3(L) + 7(L)).

S. Pedro I – C

O quarteirão C, na frente para a rua Direita, tem 270 palmos (9 lotes base) distribuídos da seguinte forma: duas ocupações de lotes duplos 2(2L), uma ocupação de lote base (L), uma ocupação de lote duplo (2L), espaço não construído no gaveto correspondendo a lote duplo (2L)

Na frente para a rua dos Conventos, o quarteirão tem uma ocupação de lote e meio no gaveto (L1/2), mais uma ocupação de 2 lotes e meio 2(L1/2) e uma ocupação de lote duplo no outro gaveto (2L)

A frente orientada para a Igreja da N. Sra. da Conceição é mais irregular.

S. Pedro I – D

Este quarteirão localiza-se na margem direita da ribeira e nele também é possível visualizar a existência da matriz. A frente do quarteirão mede 570 palmos o que corresponde a uma divisão de 19 lotes base de 30 palmos e o fundo do quarteirão mede 90 palmos. Na divisão do quarteirão tal qual ela nos é apresentada no século XVIII, observa-se que várias ocupações foram feitas em lote e meio (L1/2). Assim, a divisão efectiva do quarteirão tem em sequência quatro ocupações de lote e meio 4(L1/2)), umas ocupadas e outras em ruínas, seguidas

de um lote base em ruínas (L), outras quatro ocupações de lote e meio 4(L1/2), algumas também em ruínas, uma ocupação de lote base (L), quatro lotes base em ruína 4(L) e uma ocupação de lote base (L)

S. PEDRO II

A esta área pertencem três quarteirões designados pelas letras A, B e C. Estão orientados no sentido nascente/poente e são formados por lotes simples e por lotes confrontados. Era a mais importante área de residência da cidade, e onde se encontra o maior número de ocupações em lotes duplos.

S. Pedro II – A

O quarteirão A tem 600 palmos de frente, que corresponde a 20 lotes base, e tem de fundo uma média de 120 palmos. A frente está orientada para a rua da Carreira e os lotes encontram-se distribuídos na seguinte sequência, de norte para sul, depois da igreja do Rosário: uma ocupação de lote e meio (L1/2), duas ocupações de lote base 2(L), uma ocupação de 2 lotes duplos 2(2L), uma ocupação de lote duplo (2L), espaço desocupado correspondendo a 3 lotes duplos (3(2L)), uma ocupação de lote e meio (L1/2) e um espaço desocupado correspondendo a 3 lotes base (3L).

S. Pedro II – B

O quarteirão B, também orientado para a rua da Carreira, tem situações de lotes confrontados e lotes de gaveto. Este quarteirão mede de frente cerca de 285 palmos e tem uma média de 90 palmos de fundo. Os lotes encontram-se distribuídos na seguinte sequência: gaveto ocupado por dois lotes base 2(L),

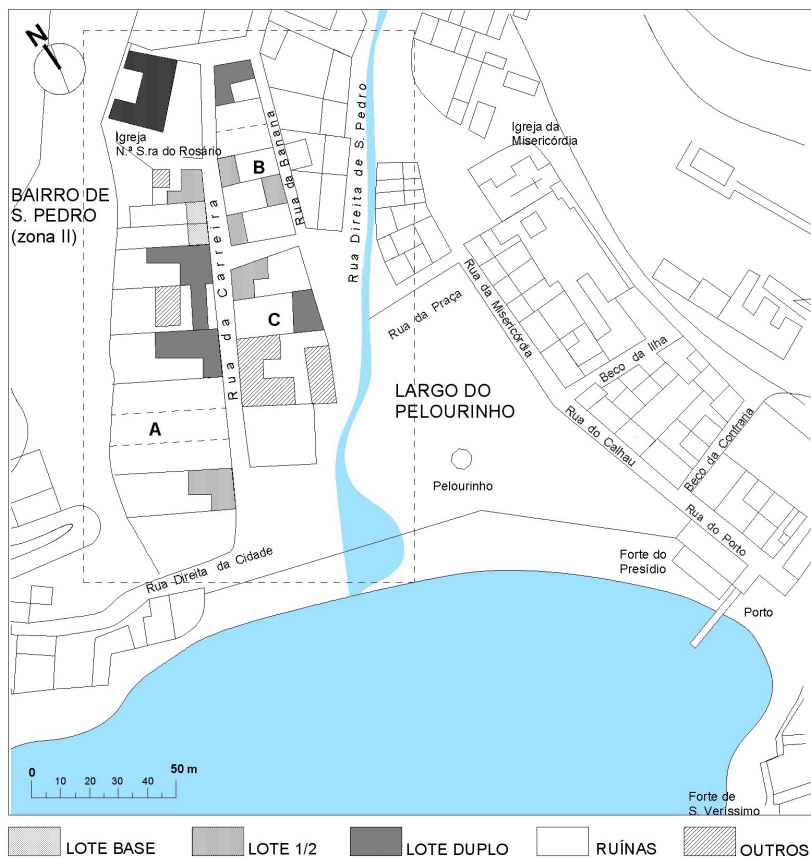


Fig. 43
São Pedro II

espaço não construído correspondendo a 2 lotes e meio $2(L1/2)$, uma ocupação de lote e meio $(L1/2)$ com frente para a rua da Carreira, uma ocupação de lote e meio $(L1/2)$ com frente para a rua da Banana e ocupação de lote e meio $(L1/2)$ com frente para a rua da Carreira

S. Pedro II – C

O quarteirão C tem partes que apresentam duas frentes tanto para a rua da Carreira quanto para a rua da Banana. Este quarteirão mede cerca de 300 palmos de frente e tem uma média de 120 palmos de fundo. A sequência das ocupações é a seguinte: uma ocupação de lote e meio $(L1/2)$ com frente para a rua da Carreira, uma ocupação de lote duplo $(2L)$ com frente para a rua da Banana, uma ocupação de lote duplo $(2L)$ mais lote e meio $(L1/2)$ com duas frentes uma para a rua da Carreira e outra para a rua da Banana e espaço desocupado correspondendo a três lotes base. $(3L)$

S. PEDRO III

Os quarteirões da zona S. Pedro III são quatro. Esta zona é aparentemente a mais orgânica e os seus quarteirões apresentam mais do que uma frente.

S Pedro III – A

O quarteirão apresenta cerca de 315 palmos de frente e 90 palmos de fundo e tem uma situação de gaveto numa das extremidades. A posição dos lotes no quarteirão tem o gaveto ocupado por dois lotes base $2(L)$, seguida de uma ocupação de 1 lote base (L) , espaço não construído que corresponde a três lotes base mais lote e meio $(3L + L1/2)$ e uma ocupação de 3 lotes base $(3L)$.

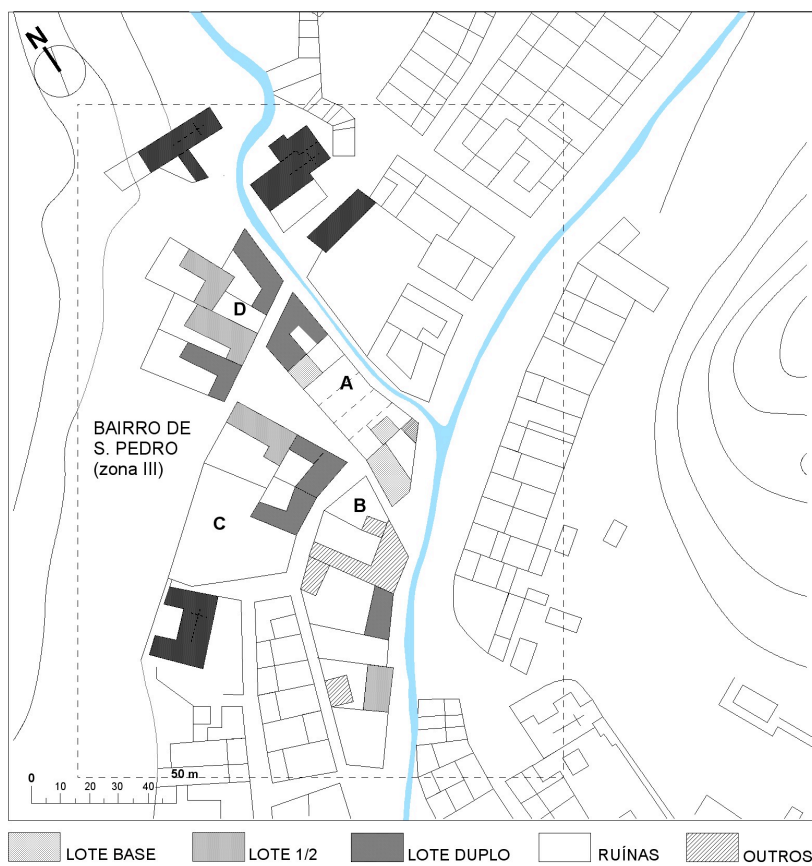


Fig. 44
São Pedro III

S. Pedro III – B

O quarteirão B está confrontado com a rua Direita e a rua da Banana. Embora este quarteirão esteja confrontado com duas ruas, a sua frente está orientada para a rua Direita. Tem de frente cerca de 240 palmos distribuídos com uma ocupação de gaveto com cerca lote base mais lote e meio ($L+L1/2$), uma ocupação de lote duplo (2L), espaço desocupado de 1 lote (L), uma ocupação de lote duplo (2L) e depois disso a planta do século XVIII indica um espaço de pertença do Senado da Câmara.

S. Pedro III - C

No quarteirão C encontramos duas confrontações que não se fazem com ruas paralelas. Este quarteirão tem uma frente orientada para leste e uma segunda frente orientada para a rua da Banana. A frente orientada para a rua da Banana, com cerca de 180 palmos, está dividida em três ocupações de lotes duplos, uma das quais em ruínas. Na segunda frente, orientada para leste, o gaveto corresponde a uma medida de fundo de lote (90 palmos). Depois, juntam-se ao gaveto, mais duas ocupações de lote e meio perfazendo outros 90 palmos e tendo a frente norte também a medida de 180 palmos.

S. Pedro III – D

O quarteirão D também apresenta uma situação similar à do quarteirão C com duas frentes orientadas para nascente e para sul. A frente nascente é ocupada por um lote de 90 palmos enquanto que a frente sul mede cerca de 205 palmos e tem a seguinte distribuição: uma ocupação de lote duplo(2L), uma

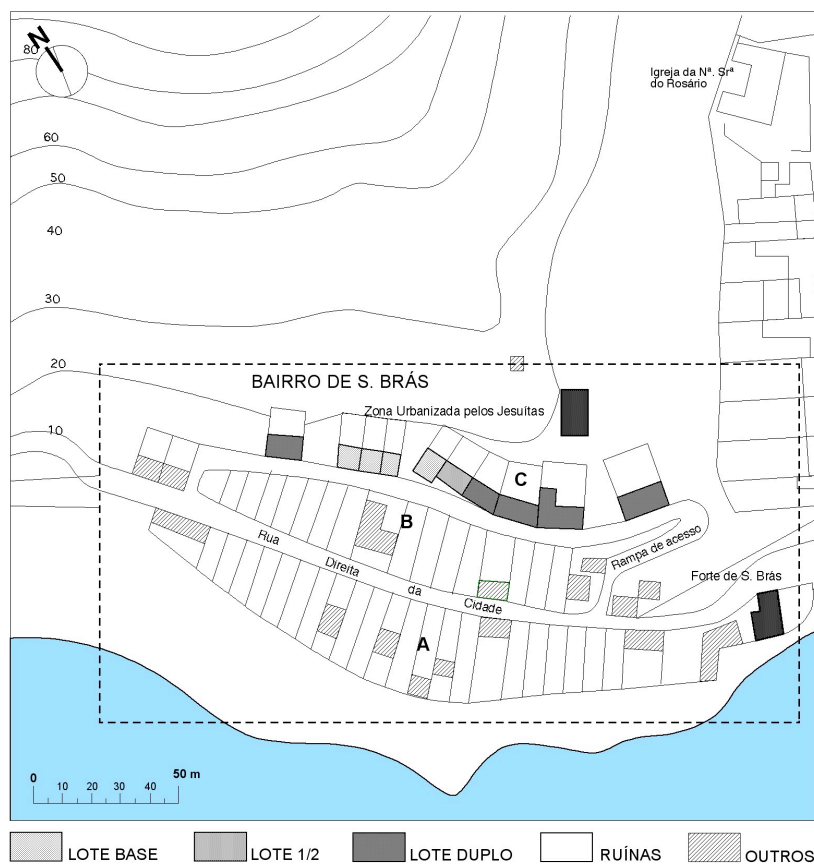


Fig. 45
São Brás

ocupação de lote e meio (L1/2), espaço desocupado correspondendo a lote base (L) e uma ocupação de lote duplo (2L). No fundo deste quarteirão há mais uma ocupação de lote e meio.

BAIRRO DE S. BRÁS

O bairro de S. Brás no século XVIII também apresentava uma ocupação já bastante rarefeita, em função das ruínas. No entanto, através das medidas efectuadas aos quarteirões e nas ruas, é possível identificar o mesmo processo modular.

O quarteirão A, que apresenta um aspecto muito alongado, mede cerca de 750 palmos de frente, o que corresponderia a 25 lotes base. Tem um fundo variável entre os 60 e 120 palmos devido aos constrangimentos do relevo nessa zona. O quarteirão B, na frente para a rua da Cidade mede cerca de 600 palmos, o que corresponde a 20 lotes base. Também este quarteirão apresentava muitas ruínas, o que dificultou a caracterização dos lotes.

No quarteirão C é perfeitamente visível a distribuição de lotes cuja frente está orientada para sul. A sequência dos lotes faz-se com uma ocupação de lote duplo (2L), espaço não construído correspondendo a lote duplo (2L), três ocupações de lote base (3L), uma ocupação de lote base (L), uma ocupação de lote e meio (L1/2), três ocupações de lote duplo 3(2L), espaço não construído e uma ocupação de lote duplo (2L)

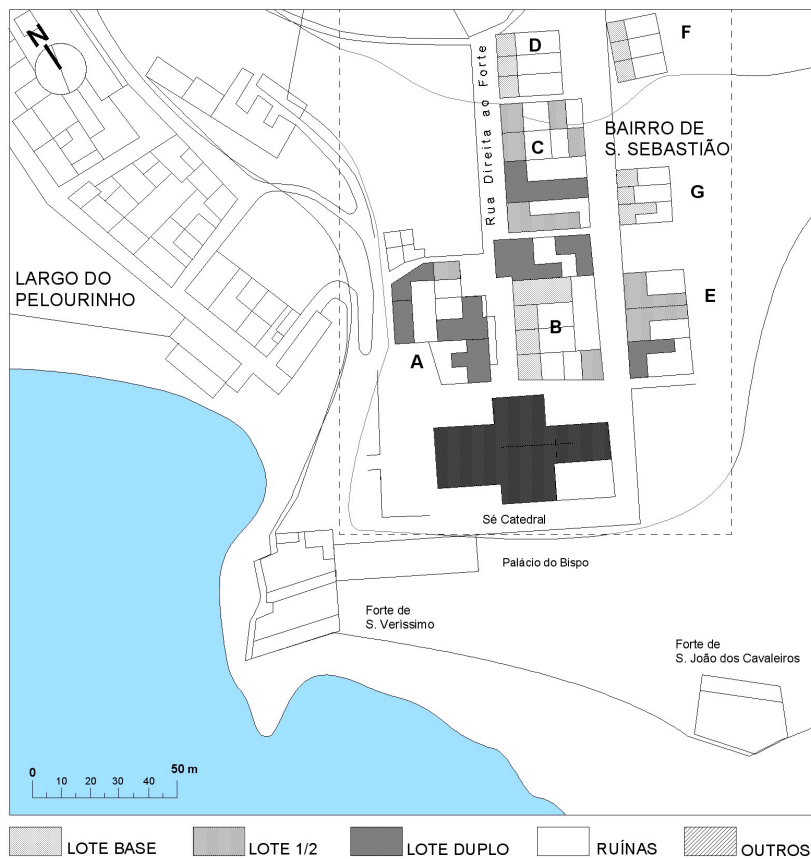


Fig. 46
São Sebastião

S. SEBASTIÃO

O bairro de S. Sebastião apresenta-se como o mais regular no aspecto formal de todos os bairros.

O quarteirão A tem três frentes sendo a principal orientada para a rua Direita ao forte que mede 120 palmos, ocupados com duas ocupações de lote duplo 2(2L). A frente orientada a norte mede cerca de 105 palmos com uma ocupação de lote e meio (L1/2) e uma ocupação de lote duplo (2L) no gaveto com frente para oeste. para oeste

O quarteirão B tem 240 palmos na frente para a rua Direita ao Forte. Tem quatro ocupações de lote base 4(L) e uma ocupação de lote duplo (2L).

A frente principal do quarteirão C tem a seguinte configuração: uma ocupação de lote e meio (L1/2), uma ocupação de lote duplo (2L) e duas ocupações de lote e meio 2 (L1/2).

Os quarteirões D, F e G não chega a ser quarteirões mas sim agrupamentos de três lotes base que perfazem 90 palmos de frente¹.

O quarteirão E tem uma só frente que está orientada a poente e mede cerca de 150 palmos de frente com uma ocupação de lote duplo (2L) e duas ocupações de lote e meio 2(L1/2)

¹ Na zona é visível a implantação de dois grupos de lotes em módulos de três lotes base. Módulos semelhantes foram detectados em quase todos os bairros só que a medida da frente era de 90 palmos o que não acontece nesta situação. Será que é erro do desenho? Neste caso optou-se por considerar os módulos regulares visto a variação das dimensões serem mínimas na ordem dos 10 palmos.

Em virtude dessa primeira análise feita aos quarteirões que constituem a malha urbana da Ribeira Grande, estamos em condições de afirmar que o tecido urbano da cidade está longe de ser um produto aleatório, embora assim pareça. Na verdade é possível vislumbrar em meio à aparente “desorganização” um claro efeito regulador que se fundamenta sobre as características do loteamento. Esse efeito regulador foi conseguido através de uma matriz flexível que, no neste caso é o lote padrão que se encontra distribuído em praticamente todos os quarteirões da cidade. Por vezes, a medida do lote sofre algumas variações assumindo as dimensões de 45 e 60 palmos, mas estes são proporcionais à base como já se viu. Outro aspecto importante constatado foi a preocupação demonstrada no alinhamento das frentes dos lotes que se conseguiu através da sequência em que a matriz se foi multiplicando no terreno.

Esse modelo, ou esta forma de fazer cidades encontrada na Ribeira Grande, pensamos ter sido inspirada pelo modelo emergente, na sequência das reformas efectuadas em Portugal durante o período Manuelino.

Conta-nos Helder Carita que, dessas reformas que abrangeram praticamente todos os sectores do Estado e da vida urbana, que começaram nos finais do século XV e que se prolongaram pelo século XVI, nasceram, talvez ainda de uma forma incipiente, os primeiros modelos de estrutura urbana da cidade portuguesa moderna.

Modelos baseados numa nova forma de pensar a cidade em que o alinhamento das frentes, a repetição, o ritmo das fachadas e dos vãos eram elementos valorizados. E a forma encontrada para atingir esses efeitos foi encontrada na geometria e aritmética. Para além do habitual traçado bidimensional representado pela planta do objecto, aos poucos, um novo tipo de pensamento, que começava a impor-se representado pelas preocupações das proporções entre

as plantas e a altura dos objectos reforçado pelo ritmo, alinhamento e dimensão dos vãos, o pensamento tridimensional.

É dentro desta lógica emergente, de rupturas entre o medieval e o moderno, que nos queremos situar e tentar compreender até que ponto essa nova maneira de estar e pensar a arquitectura e o urbanismo tenha ou não influenciado o nosso objecto de estudo.

O referido autor diz terem surgido do programa do reordenamento urbano de Lisboa de 1498/99 as primeiras luzes dum documento regulador da nova política urbana que irá abranger não só Lisboa mas todo o império português².

Foi deste regulamento que se originaram vários documentos que visavam uma uniformização de conceitos e de formas de intervenção no espaço urbano. Esta forma de actuar, que se começou por encontrar no regimento de obras para a Ribeira de Lisboa de 1488 e, mais tarde, os mesmos conceitos, foram reproduzidos para o regimento das obras localizadas em algumas cidades no continente, nas ilhas, nas praças do Norte de África e também para o regimento de S. Jorge da Mina. O que nos leva a crer que essa mesma forma de actuar exerceu, de certo modo, algumas influências sobre o espaço urbano da Ribeira Grande, facto que constatamos ao detectarmos um elemento padrão regular na malha urbana da cidade.

Dentro deste regimento, que abrange várias actividades, estamos particularmente interessados nas métricas utilizadas na construção dos edifícios e nos elementos reguladores da malha, no caso as dimensões dos lotes. Baseado nos estudos efectuados por Helder Carita, a sequência das frentes dos lotes encontradas no regimento de Lisboa, destacamos a série de 10-15-20-25-30

² Helder Carita – *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*. Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

palmos, mas evidenciaram-se mais os módulos de 15 e 25 palmos para as frentes. Essa métrica irá sofrer variações consoante os sítios da sua aplicação. Nalgumas áreas de Lisboa encontramos a métrica de 20 e 25 palmos, as mesmas que iremos encontrar no regimento de Ceuta e no norte de África. No caso do Bairro Alto, em Lisboa, a métrica base utilizada é de 30 palmos, a mesma que iremos encontrar na Ribeira Grande. Podemos observar a ausência de uma rigidez absoluta na aplicação de um módulo base e a flexibilidade apresentada na aplicação do mesmo módulo. A mesma flexibilidade é encontrada a respeito da profundidade dos lotes. A relação entre a frente e o fundo é, na maioria das vezes apresentada por um duplo quadrado, no caso dos lotes encontrados nalgumas zonas do Bairro Alto e que também é comum em certas zonas da Ribeira Grande embora, a situação mais comum encontrada seja de lote representando um triplo quadrado.

Todo este discurso arquitectónico e urbanístico baseado em novos conceitos estéticos visava, antes de mais, o “bonito” que a “ordem” a “regularidade” e “ritmo” proporcionavam, evitando sobretudo, aquilo que “*dezfeya muito*”. Estes conceitos que se estribaram essencialmente na geometria tentavam encontrar as melhores relações entre as frentes e os fundos dos lotes, ao mesmo tempo que se afinavam também as melhores relações de repetição no terreno destas mesmas proporções.

É este o conceito de “ordem” que está em causa, daí poder-se concluir que a cidade da Ribeira Grande, segundo os seus padrões era, “ordenada”.

5.3. Edificação e Ocupação do Solo

Observou-se, no item anterior, que a estrutura do loteamento possui uma matriz regular e que a forma como os lotes se dispõem no quarteirão é perpendicular ao eixo da rua, gerando uma sequência paralela dos lotes.

Dentro dos lotes, a edificação também obedece a estruturas de algum modo padronizados. Assim, pode-se observar que, em toda a malha da cidade, a relação entre o eixo da rua e a edificação é quase sempre perpendicular, o que também acontece entre o lote e o eixo da rua. Outro pormenor observado é a relação de contiguidade mantida entre os elementos edificados. Na maior parte dos casos, a edificação ocupa a frente de cada lote até ao seu limite, o que resulta numa construção em banda contínua, sem interrupções. A ausência de espaços vazios entre edificações permite o estabelecimento de uma frente urbana contínua que define o contorno das ruas. Normalmente, mesmo quando os espaços não estavam edificados construíam-se muros para manter a linha da rua definida. No entanto, esse ritmo de construções contínuas, às vezes, apresenta algumas quebras. Essas quebras devem-se aos edifícios religiosos e militares, que pela especificidade das suas funções, quase sempre ocupam posições isoladas e de destaque em relação ao espaço urbano.

Outro aspecto importante é a ocupação dos lotes ser feita basicamente por figuras geométricas regulares. A maioria dessas figuras são quase sempre quadriláteros que se dispõem na frente do lote, como já foi dito. A área edificada é de cerca de 1/3 da área do lote. Estabelecendo uma relação proporcional no lote padrão de 30x90 palmos, a edificação ocupa normalmente uma área definida por 30x30 palmos. Esta situação repete-se em quase toda a malha urbana da Ribeira



Fig. 47
Espaço Edificado

Grande. Algumas pequenas variações foram detectadas na malha em que a edificação ocupava mais de 1/3 do lote.

Mas, mesmo nessas situações, a edificação nunca chegava a uma ocupação total do lote, deixando sempre um espaço livre. O espaço não construído do lote era, na maior parte das vezes, o “quintal” onde se cultivavam legumes e árvores de fruto. Esse aspecto é bastante notado na imagem da cidade que era constantemente referida nos documentos da época pelos seus frutos e pela vegetação que quase escondia o pouco casario. A isso se acresce a própria volumetria do espaço urbano. Pelas descrições encontradas é possível adiantar que o padrão da construção eram casas de um só piso, com a excepção das situadas no Largo do Pelourinho, que possuíam, normalmente, uma loja no rés-do-chão e a habitação no piso superior, e alguns outros exemplos de casas assobradadas espalhadas pela cidade. Mas, segundo as descrições, estas eram “poucas e pequenas”. *“A casaria da cidade, tirando algumas casas de sobrado, que são poucas e pequenas, todo o mais é terreno de pedra e barro, com casas palhoças entresachadas, o que para lugar que há de ter bispo, cónegos e governadores, bem se deixa ver qual será, e de novo nada se faz, antes tudo vai caindo cada vez mais porque para edifício a maior parte das coisas há de vir de Portugal, até portais de pedra, tijolo, etc.”*³

No geral, a relação entre o espaço edificado e o não edificado demonstra uma grande quantidade de espaço livre. No entanto, observam-se algumas variações nos valores percentuais da ocupação dos lotes nas diferentes áreas analisadas.

³ Daniel A. Pereira – *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* : Praia, Instituto Caboverdeano do Livro, 1988, p. 120.

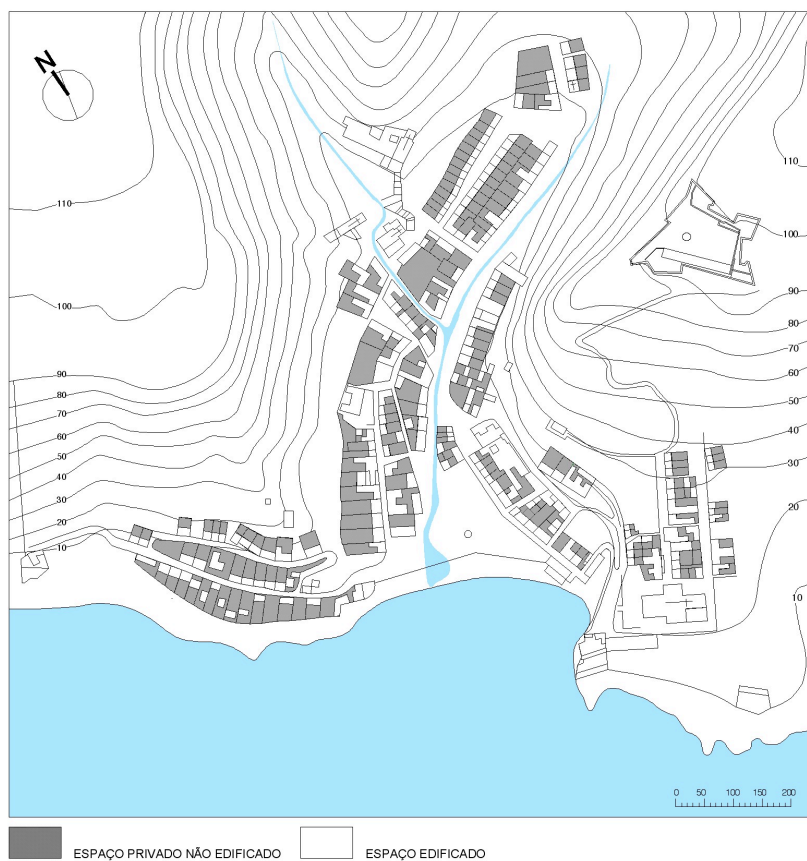


Fig. 48
Espaço privado não edificado

É na área do Largo do Pelourinho onde se encontra a situação de maior densidade de ocupação dos lotes. Nesse local há uma relação de 61% de área edificada para 49% de área não edificada. Tal facto está relacionado com o tipo de funções predominantes na zona. Só o complexo da Misericórdia formado pelo Hospital e pela igreja tem um índice de ocupação de 16% da área total construída.

Nas áreas de S. Brás e S. Pedro, cuja ocupação é claramente habitacional, verifica-se que a área privada não construída é superior à construída. O bairro de S. Pedro apresenta-nos uma ocupação de 44% de área edificada para 56% de área não construída privada. Na zona de S. Brás, a relação é ainda maior e está na razão de 70% de área privada não construída para 30% da área total edificada.

No bairro de S. Sebastião, a relação de 58% de área edificada para 42% de área não edificada não é muito diferente da situação do Largo do Pelourinho. Tal relação corresponde a um índice de ocupação de 18,5%, facto esse provocado pela enorme área ocupada pela Sé que detém cerca de 1408 m², espaço urbano da zona.

Na relação das áreas construídas e não construídas da cidade como um todo é também visível esta tendência. A relação entre a área total não construída (neste caso incluindo todos os espaços não edificados da cidade, ruas, praças, largos e outros), e a área edificada, está na proporção de 75% de não construído para 25% de área edificada. A conclusão que podemos tirar desta situação é que, embora o espaço urbano da Ribeira Grande acarrete todas as funções que a caracterizavam como cidade e capital, ela não deixa de ser, pelo menos no que os números dizem, um aglomerado com fortes características rurais. Aliás, a manutenção desses espaços no interior da malha estaria ligada à própria

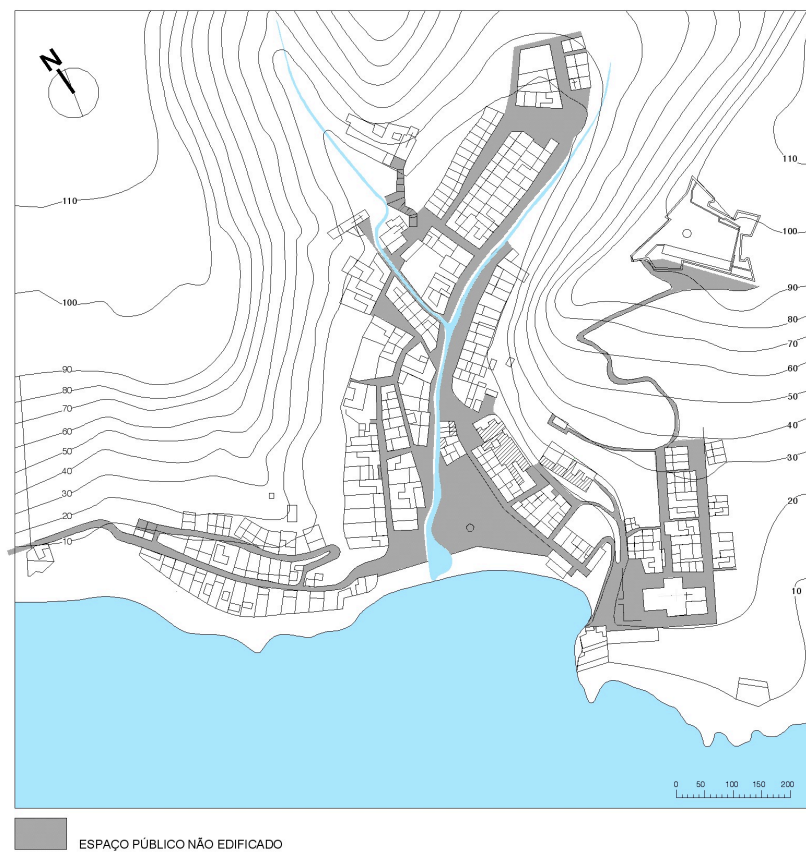


Fig. 49
Espaço público não edificado

sustentabilidade da vida no burgo. Note-se que esta situação estabelecia um grande contraste com a aridez do entorno, e que o vale foi especialmente escolhido por ser um lugar fértil.

5.4. Espaços Públicos

Em termos gerais os espaços públicos encontrados na Ribeira Grande são caracterizados pela sua continuidade, mesmo em casos em que as barreiras físicas impostas pelas condições geográficas tendem a impedir tal tendência. Tal facto ocorre porque, na maioria dos casos, os espaços públicos confundem-se com a estrutura viária e por isso mesmo são pouco definidos. Pelo que se pode observar, a cidade não conta com praças mas sim com algumas situações de largos. O principal largo da cidade é o Largo do Pelourinho que, pela sua localização e configuração, corresponde a ocupação de parte da leito de cheia da ribeira. De qualquer forma, é um largo cuja forma se aproxima de um trapézio cuja base menor é representada pelo quarteirão situado a norte do Largo e a base maior pela linha recta que é tangente à baía. Os dois lados que completam o polígono do Largo são: a poente, a ribeira e o início da rua Direita; e a nascente, a frente formada pelas ruas da Misericórdia, do Calhau e do Porto. O largo ocupa uma área de cerca de 8000 m² e no centro tem um pelourinho. Não se sabe o lugar preciso onde foi inicialmente colocado o pelourinho original, que pode inclusive não ter estado nesse largo. Contudo, o dito largo do pelourinho acaba por desempenhar o papel de praça, pois para além de representar a frente urbana da cidade, nela se encontrava localizada a Câmara e a Cadeia representando o poder local e Municipal e Judicial do burgo. Também, o mesmo espaço cumpria as funções de porto e de porta de entrada, mesmo para quem hoje chega por terra,

pois é o grande espaço de acolhimento da vila e era também nesse largo que se encontravam instalados os principais comerciantes da cidade.

Outro espaço congregador e centro cívico da cidade parece ter sido o terreiro da Misericórdia. Este espaço vem citado no relato do Padre Barreira, aquando da chegada da Missão dos jesuítas a Cabo Verde. *“Tornamos ao mesmo terreiro da Misericórdia, que é mui capaz e para ouvir a gente principal tem muitas janelas, em uma das quais esteve o Governador Fernão de Mesquita, e nas outras outra gente da mais grada, assim eclesiásticos como leigos; sobre este terreiro cai uma varanda com uma escada para for a, por onde se sobe à cadeia; esta veio mui a propósito, assim para fazer dela a doutrina, porque em baixo não dava a gente lugar para isso, ...”*⁴. O terreiro em causa ficava situada no espaço onde se encontrava a igreja da Misericórdia. Tinha a forma de um rectângulo aberto para o norte. As outras frentes eram limitadas por alguns edifícios importantes. A nascente era definida pelo quarteirão onde se situava a cadeia, que media cerca de 140 palmos (30m), a poente pela igreja que media cerca de 80 palmos (17,6m). A frente sul media cerca de 90 palmos (20m). Embora residual, este espaço era dotado de uma certa importância visto nele se encontrar a igreja da Misericórdia que, durante muitos anos, funcionou como Sé Catedral.

Os dois espaços, o Largo do Pelourinho e o terreiro da Misericórdia, funcionavam de forma diferente. Enquanto o largo era um espaço exterior, aberto para o Porto, o terreiro funcionava como um espaço interior, mais virado para a cidade.

⁴ Daniel A. Pereira – *Op.cit.*, p. 107.

Cap. 6

A IMAGEM DA CIDADE

6.1. Análise Pitoresca

O principal elemento de identificação da imagem da cidade é proporcionado pelo enquadramento das montanhas. A relação do relevo versus implantação da cidade envolve o observador em vários tipos de panorama. É significativa a diferença de leitura encontrada quando a paisagem é fruída a partir de diferentes pontos de observação. Desse modo, como forma inicial de abordagem, foram analisados três níveis de observação de fruição da paisagem urbana: a partir do mar, no interior do vale e sobre as montanhas, em diferentes plataformas, estando todas as vistas dirigidas à cidade.

Na aproximação pelo mar, apercebe-se que a cidade quase desaparece perante o relevo. A presença das montanhas e do verde da paisagem praticamente anula a visão do casario, destacando-se apenas os edifícios mais significativos que, aliás, foram desenhados e localizados criteriosamente com o fim de marcarem a paisagem urbana. Assim, para além do maciço montanhoso, acompanhado pelo verde escuro da flora característica da região, destacam-se a Sé Catedral e o Bairro de S. Sebastião. Esta área destaca-se de maneira especial não só pela sua localização a uma cota mais elevada, mas também, pela imponência provocada pelas dimensões e proporcionalidade da Sé Catedral. Outro pormenor que marca a visão do bairro de S. Sebastião é a sua aridez.

Ao contrário do que acontece no vale, em que a cidade é praticamente tragada pelo verde das acácias, palmeiras e mangueiras, ali não se vê nenhuma

mancha verde a não ser a sombra projectada da Sé, sobre as rochas castanhas desgastadas pela erosão. Para além da Sé alguns elementos se destacam deste ponto de observação. São eles: as várias capelas que estão distribuídas por lugares estratégicos e que mais parecem estar disputar entre si o lugar de maior destaque da paisagem urbana. Está-se a referir principalmente às igrejas de S. Roque, Monte Alverne e a Ermida de Sta. Luzia.

No lado poente da cidade, onde os efeitos da urbanização são mais rarefeitos, é de notar a mancha construída das casas dos Jesuítas e a fortaleza de S. Lourenço, com a sua muralha do mar, que parece descer a encosta em direcção ao forte.

Ao se desembarcar na praia, no lugar do antigo ancoradouro, e se colocar num dos extremos do Largo do Pelourinho, a perspectiva é completamente diferente. As montanhas, que vistas do mar reduziam a cidade a uma escala menor, agora quase passam despercebidas. O largo ganha outra escala e toma-se a medida das suas dimensões que não são facilmente perceptíveis nem ao nível do desenho, nem na aproximação feita pelo mar.

Ao se dirigir para o interior do vale, subindo em direcção ao norte pela rua da Carreira, é mais acentuada a mudança de escala urbana. As casas são de dimensões pequenas, quase sempre de um só piso; nota-se a relação proporcional entre as dimensões das ruas e a volumetria das casas e todos esse elementos dão à cidade uma imagem de “amplitude relativa” que, de certo modo, contradiz a ideia de cidade cerceada pelas montanhas.

As montanhas, que vistas do mar pareciam tragar toda a cidade, agora, quase que não são notadas e parece haver um perfeito enquadramento entre elas, o verde da paisagem e a cidade construída.

Colocando-se no cimo das montanhas, de novo se constata a desproporção existente entre o relevo e a cidade. A escala da cidade volta a ser pequena e as

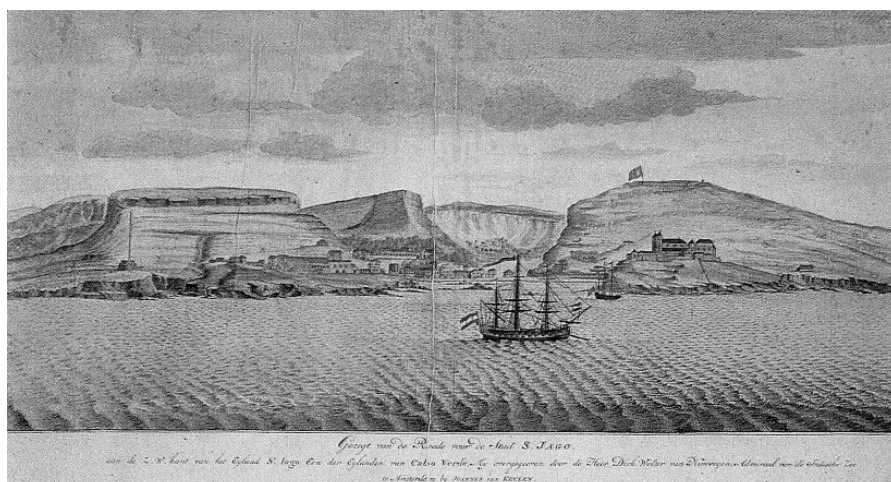


Fig. 50
Gezigt van de reed voor de Stadt S. iago (Vista de S. iago)
Joannes van Reulen, Gravura, Escola Holandesa, c. 1635
AHU, Iconografia, Estampas

escarpas predominam no enquadramento paisagístico. O enquadramento da cidade vista do alto das montanhas tem uma série de graduações, dependente da colocação do ponto do observador relativamente ao conjunto da cidade.

Assim, estando o observador colocado no interior da fortaleza de S. Filipe, que deve ser a cota mais alta de onde se pode observar a cidade, o mar as montanhas e o verde são dominantes e a paisagem urbana é tímida e quase despercebida. Há uma grande visão do mar e do território. Desta posição pode-se entender a já referida questão de que a fortaleza tinha, anteriormente, a missão da defesa do território mais do que a protecção de um lugar.

Descendo um pouco mais e colocando-se o observador a uma cota intermédia entre a fortaleza e o bairro de S. Sebastião, a amplitude diminui. Embora a presença do mar e do relevo sejam marcantes, o que domina a paisagem é de novo o bairro de S. Sebastião e a Sé Catedral. E, finalmente, ao se colocar o observador sobre o promontório de S. Sebastião, sente-se que o mar é remetido para um segundo plano. As montanhas parecem estar pouco presentes e já se nota a presença da cidade destacando-se o Largo do Pelourinho que, finalmente, pode ser visto em toda a sua dimensão. Para além do relevo das montanhas áridas e castanhas, outro elemento que marca presença na paisagem urbana é a vegetação. Em contraste com a aridez absoluta do entorno da cidade, o interior do vale é dominado pela cor verde, essencialmente das mangueiras e palmeiras que proliferam pela cidade, dando-lhe um aspecto mais rural do que urbano.

A vegetação rasteira é dominada pela cana-de-açúcar que preenche praticamente todo o espaço não construído da cidade. À medida que se vai afastando do perímetro urbano, o verde das mangueiras é substituído pelas acácias que, batidas pelo vento leste, parecem como que despenteadas. Já foi focado na 1ª parte do trabalho a importância que teve a vegetação na escolha do

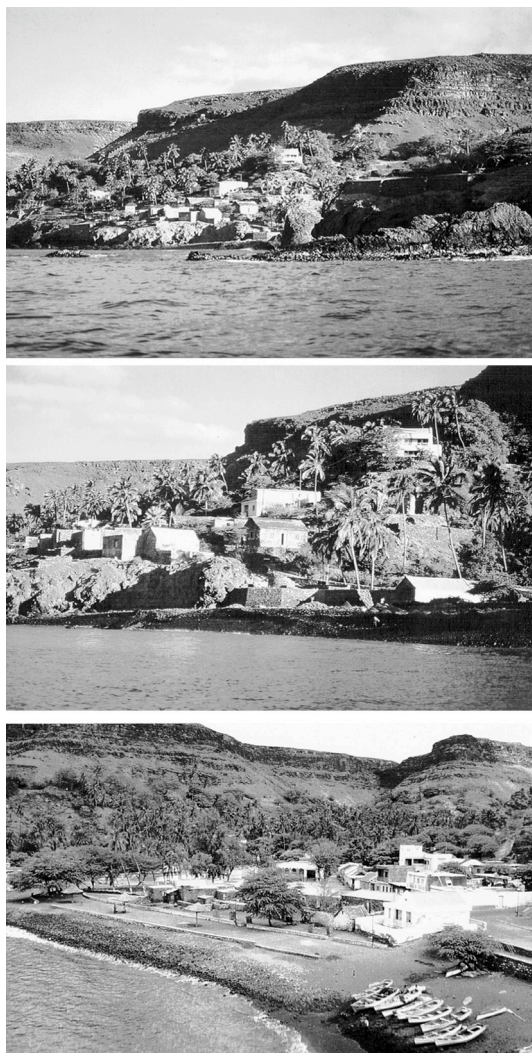


Fig. 51
Aproximação da Ribeira Grande vista do mar

lugar. Ao nível da imagem da cidade essa importância é ainda mais potencializada porque se observa que o local da implantação da cidade corresponde ao da vegetação. Assim, encontramos na Ribeira Grande uma situação deveras rara, em que a mancha verde coincide com a mancha urbana¹, contraste que é ainda potencializado pela extrema aridez do entorno.

Esta relação tem sido notada desde o início da implantação da cidade. A descrição do padre Baltazar Barreira é bastante elucidativa: *“As árvores e plantas que fazem amenos estes vales, além das canas de açúcar, são coqueiros, palmeiras de tâmaras, parreiras, marmeleiros, figueiras, limoeiros, e todas as mais árvores de espinho, com outras dessas partes e das Índias de Castela. Porque tudo o que querem plantar e semear, se dá muito bem, até trigo, e os mais legumes e ortaliga. As frutas que tenho visto, como melões, uvas, figos, marmelos, laranjas, etc., são como as muito boas de Europa; os moradores tem as suas herdades pela terra dentro, com quintas fresquíssimas, e muito mais sadias que esta Cidade”*². Embora o missionário se estivesse a referir à ilha de Santiago, a verdade é que grande parte dessas árvores de frutas também existiam no interior do vale da Ribeira Grande. Todas essas observações realçam ainda mais a situação já referida de que, da aparência “rural” que a cidade apresentava, é mais acentuada no interior do vale.

Tudo isso nos leva a determinar as cores dominantes da cidade: o castanho das montanhas despidas e o verde da vegetação no interior do vale. As construções eram geralmente em pedra, algumas caiadas de branco e outras

¹ Ilídio do Amaral - *Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964, p. 249.

² Citado in Daniel A. Pereira - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, Lisboa: Instituto Cabo-verdiano do Livro / Editorial Caminho, 1988, pp. 107-108.



Fig. 52
O Largo do Pelourinho

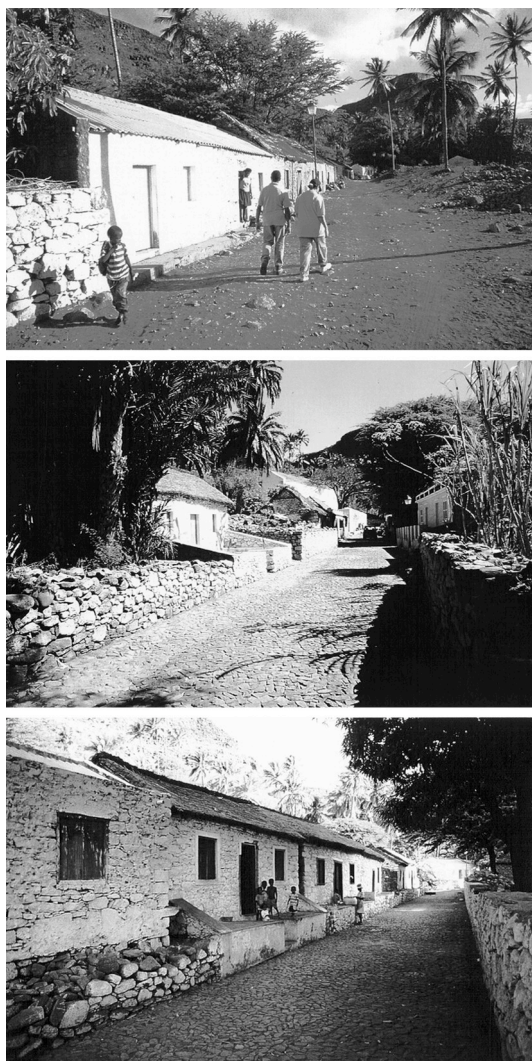


Fig. 53
Ruas da Carreira e da Banana



Fig. 54
A Fortaleza de São Filipe e a Sé

permaneciam com as fachadas em pedra. Para além do branco, algumas vezes eram utilizadas cores nas fachadas. Pelo que se pôde constatar, algumas fachadas de S. Sebastião eram pintadas a ocre, assim como alguns edifícios mais representativos da cidade.

A ribeira, que foi o eixo estruturador do tecido urbano, a nível da imagem da cidade, é um elemento que só é visível esporadicamente. Só nos anos de muita chuva, o que raramente acontece, é que a ribeira se enche de água e provoca inundações em toda a cidade. São raras as imagens da Ribeira Grande em que se veja o leito cheio. Paradoxalmente, a existência de água naquele lugar foi um dos elementos determinantes para a instalação da vila.

6.2. Elementos Marcantes da Paisagem Urbana: Fortificações e Igrejas

Quanto ao conjunto edificado, os elementos mais marcantes da paisagem urbana da Ribeira Grande são formados por fortalezas ou edifícios religiosos que pertencem a dois grandes sistemas urbanos que, cada um no seu tempo, marcaram profundamente a imagem da cidade. Dentre esses elementos praticamente não constam construções civis. Para além da Câmara, que teve mais de uma localização no tecido urbano, e das casas de alguns indivíduos influentes, pouco ou nada se sabe sobre esse tipo de construções e, aparentemente, elas não tem grande destaque na paisagem urbana. O pelourinho é o único elemento do conjunto de arquitectura “civil” que tem alguma presença na imagem da cidade.

Do sistema defensivo destacam-se duas épocas distintas de instalação que correspondem a duas escalas de defesa que caracterizaram a cidade. A primeira época está ligada aos primeiros elementos erigidos, tendo em vista somente a

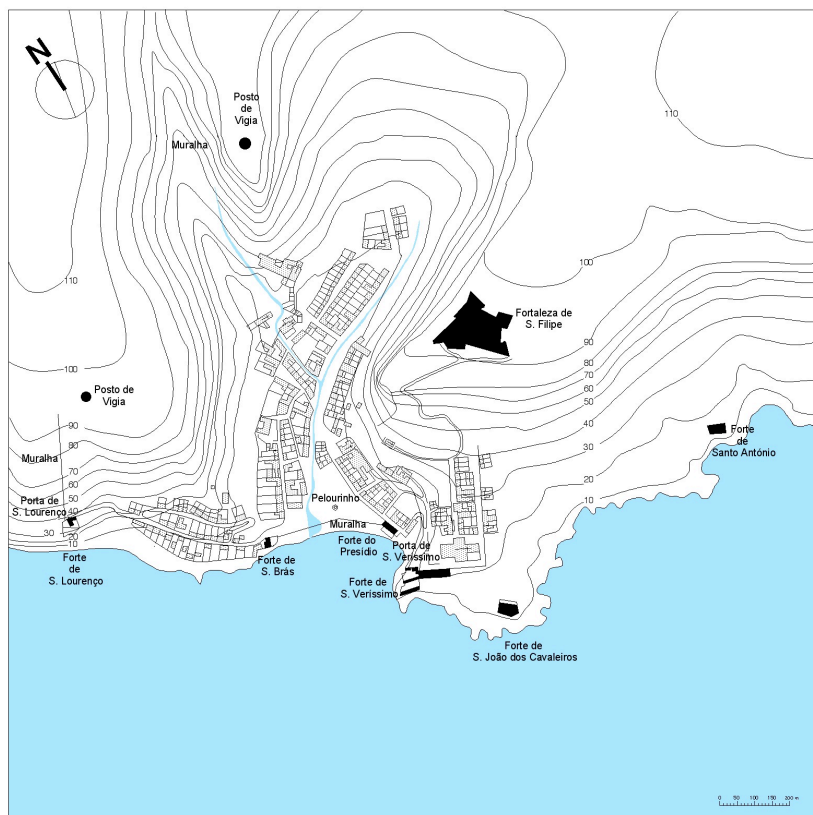


Fig. 55
Sistema Defensivo

defesa do porto e da cidade, enquanto que a segunda fase está ligada a um sistema mais complexo com vista à defesa do mar e do território.

Em 1582 já estava montado o primeiro sistema da defesa da cidade do qual constava o baluarte da Vigia, também designado por Presídio, o baluarte de S. Brás e o baluarte da Ribeira que não se conseguiu a sua localização precisa. Estes baluartes estavam ligados entre si por vários troços de muralhas e, anexas aos fortes estavam as principais “portas” de acesso à cidade. Nesse momento, para além dos elementos construídos para a defesa, os habitantes contavam com a sua posição estratégica, colocados no interior do vale, tendo as montanhas circundantes que funcionavam como uma verdadeira muralha.

Num segundo momento, tal como já se referiu na primeira parte deste trabalho, fez-se deslocar a Santiago um especialista em fortificações afim de se fazer um levantamento do sistema existente e projectar a ampliação para um sistema mais evoluído e eficaz não só tendo em vista a defesa da cidade mas a defesa mais ampla do território.

Desta remodelação consta, para além da reparação e ampliação do sistema existente, a construção de novos fortes, muralhas e postos de vigia. O maior e mais regular de todos os fortes é a Fortaleza de São Filipe cuja construção começou cerca de 1587 e só ficou pronta por volta de 1593. Segundo a descrição de Daniel Pereira *“Tinha esta fortaleza dois baluartes completos a Leste e Oeste; e, a Norte e Sul, meios baluartes. Duas portas a ela davam acesso, devendo-se considerar como principal a de Oeste, que dava saída para a Cidade por uma ladeira de acentuado declive. Próximo ao meio baluarte do Sul ficava a residência do capitão-geral e, fronteira a esta a ermida de S. Gonçalo. No meio da praça abria-se uma boa cisterna e a sudoeste desta construíram-se os armazéns da pólvora e munições de guerra. A oeste da residência do capitão-geral, e no mesmo alinhamento ficava os quartéis da guarnição, calabouços e corpo da guarda. Pelo*

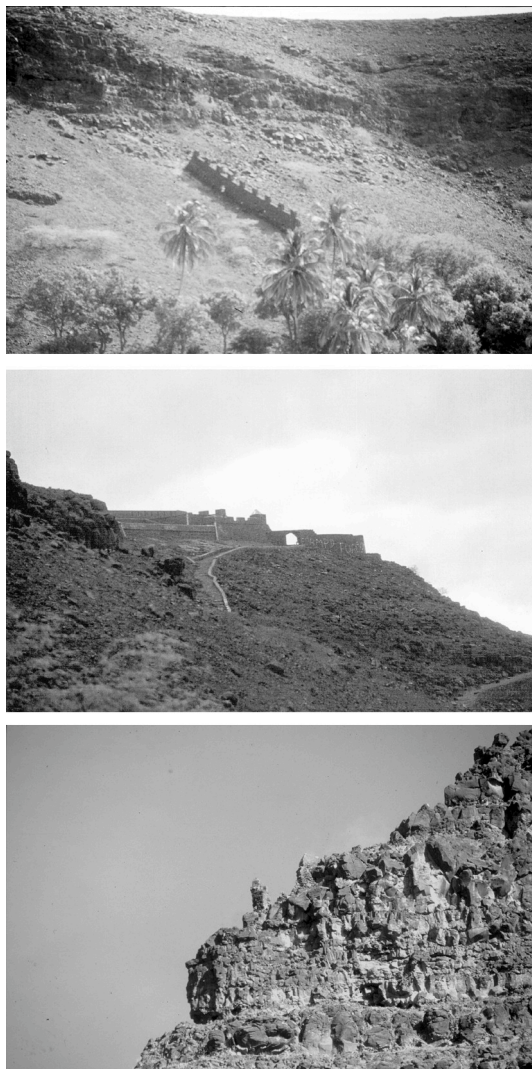


Fig. 56
Elementos da Defesa do burgo, vigias, muralhas e Fortaleza

*norte e oeste fechava a fortaleza um muro de 480 palmos de alto, muro este assente sobre uma rocha que domina a cidade. Estava guarnecida com nove peças de calibre 18”*³.

As outras fortalezas, todas elas de pequeno porte, quase não tiveram expressão na defesa da ilha. Tanto assim, que a cidade quase nunca conseguiu resistir aos ataques dos piratas. Fazem parte deste grupo o forte de S. Lourenço, situado a nascente da cidade onde se encontrava uma das portas de entrada da vila, o forte de S. João dos Cavaleiros situado no extremo oposto e o forte de Santo António, o mais afastado de todos, situado mais a oriente. Para além de representarem uma primeira linha de defesa da cidade, estes fortes estavam localizados em pequenas baías onde era possível desembarcar e atacar o núcleo urbano. No título de um dos desenhos das fortificações encontramos uma descrição, que explica as suas funções: *“Planta dos Fortes de São João dos Cavaleiros, de Santo António, de São Braz e de/São Lourenço, os quais são os mais distantes do ancoradouro, e se acham guarnecendo a Costa da Cidade da Ribeira/grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde místicos a vários desembarcadouros de fácil acesso, principalmente es/tando os ditos Fortes, huns totalmente incapazes, e outros com pouca capacidade de lho poder defender, ...”*⁴

Outros elementos do sistema defensivo se destacavam ainda a nível da imagem da cidade. São eles os vários troços de muralhas e os postos de vigia colocados nos pontos mais altos das montanhas.

³ Daniel A. Pereira - *Op. cit.* p. 86.

⁴ Daniel A. Pereira - *Op. cit.* p. 94.



Fig. 57
Edifícios Religiosos

Já se observou que a estrutura da malha da Ribeira Grande enquadra praticamente todo o tecido urbano. A única excepção deste facto são os edifícios religiosos. Observa-se que, com excepção apenas do complexo da Misericórdia (igreja e hospital), todos os outros edifícios religiosos se localizam em plataformas elevadas relativamente à instalação do tecido urbano.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário, uma das primeiras a ser construída na cidade, está situada a uma cota mais elevada em relação ao nível do tecido urbano da época em que foi construída, (cerca de 1495) mas com a expansão da cidade para o interior do vale, a igreja acabou por ficar praticamente integrada na malha urbana. Assim, salvo estas excepções, toda a rede das outras igrejas construídas na cidade, como S. Roque, a Capela de Santa Luzia, a Igreja da Nossa Senhora da Conceição, a Capela de Monte Alverne, a igreja de S. Pedro, e a Sé Catedral encontravam-se localizadas em cotas bastante mais altas do que a cidade. Não eram só as igrejas que procuravam os sítios altos, outros elementos que fazem parte deste sistema religioso são os conventos. Os mais importantes localizados na Ribeira Grande foram o convento de S. Francisco (1657), localizado na zona norte do bairro de S. Pedro, sendo praticamente um dos últimos edifícios construídos na cidade. Não muito longe, no mesmo bairro, a uma cota mais baixa, encontrava-se o convento dos Jesuítas, do qual pouco ou nada se sabe. Para além destes edifícios outros de cariz religioso também faziam parte da paisagem urbana. No bairro de S. Sebastião estava o palácio que serviu de residência aos Bispos de Cabo Verde. Datado de cerca de 1574 foi mandado construir pelo bispo D. Frei Francisco da Cruz juntamente com a Igreja da Misericórdia e a Sé Catedral (1556/58).

Observa-se que os elementos arquitectónicos que mais se afirmam na paisagem urbana da Ribeira Grande são edifícios vinculados às duas grandes estruturas de poder: a milícia e a igreja. Ambas as estruturas se ligavam ao

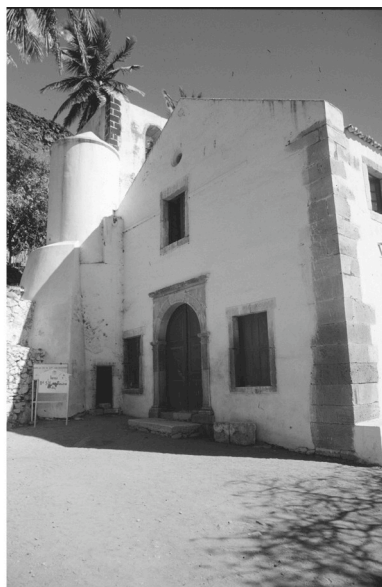


Fig. 58
Igreja do Rosário e ruínas da Sé

conjunto do poder régio que, em última análise, condicionava a própria existência da cidade.

É significativo notar também que perante todos estes edifícios, os dois maiores e mais imponentes - a fortaleza de São Filipe e a Sé - de uma maneira ou de outra, demonstraram uma certa falta de adequação relativamente à cidade. São ambos grandes e monumentais mas, ao longo da “vida” da cidade, deram poucas provas de funcionalidade nos seus casos específicos. A fortaleza demonstrou ser menos eficiente do que parecia, e mais frágil do que supunham as suas muralhas. A Sé quase nunca esteve em funções efectivas, pois a maior parte do tempo esteve em obras e depois em ruínas. Talvez ambos sejam símbolos daquela “centralidade relativa” que se referiu no início deste trabalho. Denunciam, com a sua existência, a fragilidade das estruturas urbanas, quaisquer que sejam elas que, a longo prazo, são sempre vulneráveis.



Fig. 59
Edifícios religiosos em ruínas, a Torre da Misericórdia e Capela de Sta. Luzia

CONCLUSÃO

A cidade da Ribeira Grande em Santiago foi uma das primeiras experiências coloniais portuguesas na África sub-sahariana. A sua posição de australidade em relação aos arquipélagos atlânticos situados mais a norte, conferem-lhe determinadas características específicas que fazem com que, a nosso ver, a possamos considerar um laboratório onde foram ensaiados os primeiros modelos de ocupação territorial português nos trópicos.

Longe de representar uma política isolada e desarticulada, o processo de povoamento desencadeado para o arquipélago estava enquadrado numa política centralizadora e integrada ditada pela coroa portuguesa, na qual também se encontravam inseridos os arquipélagos mais a norte dos Açores e da Madeira e também S. Tomé e Príncipe mais ao sul.

Essa política visava a confirmação da soberania portuguesa sobre determinados pontos estratégicos, tendo como objectivo a elaboração de uma rede essencialmente comercial que garantisse as ligações entre as partes. Era uma rede fortemente hierarquizada cujos pontos nodais tinham características próprias dependendo dos locais onde eram estabelecidos.

É nesse âmbito que surge a Ribeira Grande, como um dos pontos da rede, com características próprias devido à sua posição no Atlântico que lhe permitia desempenhar o papel de elo de ligação entre espaços. Essa posição justificou o empenho e o investimento da coroa no seu espaço urbano, pelo menos durante cerca de dois séculos, o período que decorreu entre o descobrimento da ilha de Santiago e o abandono da Ribeira Grande e a perda da capitalidade a favor da Vila da Praia.

Foi sobre esse espaço e esse período de tempo que o nosso trabalho se debruçou. Pretendíamos fazer uma reflexão sobre este espaço urbano, com a particularidade desta ser feita de uma perspectiva diferente, a partir do seu desenho, e segundo a base de trabalho de um arquitecto. Embora também tenhamos procurado entender o seu processo histórico e observar os constrangimentos que a cidade enfrentou, foi a lógica do próprio desenho urbano a principal norteadora desse estudo. Gostaríamos, simplesmente, de observar através de uma lupa a sua forma, entender os vários “desenhos” internos que a formavam e trazer à luz do dia o que se encontrava escondido no interior do seu tecido urbano.

Se por um lado defendemos a ideia de que a Ribeira Grande era uma cidade aberta, que viveu sobretudo das suas relações com o mundo, já em relação ao seu espaço físico não podemos fazer a mesma afirmação. A cidade em si era um espaço “fechado”, completamente circundado pelas escarpas das montanhas, e cuja única porta de ligação com o mundo residia no seu porto, que foi não apenas o principal despoletador do processo urbano mas também o modelador, por excelência, da sua vivência.

Com efeito, a Ribeira Grande visível, a que está implantada entre as montanhas, não era senão parte da “grande” Ribeira Grande, a que se estendia por todo o mar que lhe estava diante.

Uma “cidade-porto”, é sempre uma cidade dividida. Parte está lá, parte está no mundo. A cidade desenvolve-se e multiplica-se nos vastos espaços em que marca a sua presença, pelas trocas de mercadoria que propicia, pelas gentes que espalha e acolhe. A Ribeira Grande era essa cidade grande que é sempre maior do que o seu exíguo espaço. Logo, o também aparente “constrangimento” da forma não pode ser lido de uma maneira redutora.

Como vimos, a cidade nasceu no porto. Assente inicialmente sobre uma cota de cerca de cinco metros acima do nível do mar, o burgo estendeu-se para o interior, na direcção norte do vale da ribeira, até onde permitiram as escarpadas montanhas. O espaço urbano estruturou-se essencialmente segundo duas plataformas. A plataforma mais baixa, situada entre os 5 e 20 metros de altitude, abrangia cerca de dois terços do espaço urbano. Desse corpo faziam parte as zonas do Largo do Pelourinho, o Bairro de S. Pedro e o Bairro de S. Brás. A título meramente identificativo designamos esta área como a zona “baixa” da cidade.

Na plataforma acima, para lá dos 30 metros de altitude, encontrava-se o Bairro de S. Sebastião, e ainda mais acima surgia o Forte de S. Filipe. A esta área, passamos a chamar de zona “alta”.

Ao analisarmos bem as duas zonas, a “alta” e a “baixa”, constatamos que enquanto na zona “baixa” os elementos estruturadores do tecido urbano eram, na sua maioria, dependentes de circunstâncias geográficas, - a COSTA, o VALE, a RIBEIRA, etc. - e a cidade parece ter-se moldado a essas determinantes, na zona “alta”, ao contrário, estes elementos pouco ou nada dependiam de circunstâncias geográficas mas sim, parecem ter resultado da forma como se fez a apropriação do terreno, reflectindo o resultado directo da intervenção humana no espaço. Ou seja, o desenho da zona “baixa” é considerado mais orgânico, mais adaptado ao relevo e mais dependente dos determinantes geográficos, o que não acontece na zona “alta”, que apresenta um tecido urbano mais regular, de fácil leitura, mais composto, em que é perceptível uma certa preocupação geométrica.

O processo de adaptação da cidade às condições geográficas locais resultaram de duas condicionantes essenciais, que se apresentavam como “barreiras físicas de implantação”. Essas barreiras físicas eram representadas, por um lado, pelo limite das escarpas, que devido ao seu acentuado declive não permitiam que se construísse para além delas. Por outro lado, pesavam também

as limitações impostas pela própria ribeira que, nos períodos de grande pluviosidade aumentava de caudal criando assim uma maior área de inundação, tornando inviável qualquer tipo de construção nas proximidades do seu leito.

Numa descrição anónima do século XVIII dizia-se que *“Está situada a Cidade de Santiago ao Sudueste da dita Ilha. Os antigos a fundaram com pouca consideração, em uma parte baixa, junto ao mar, entre serras a pique, só pela razão de ter duas ribeiras de água corrente: uma, que vem de um mato chamado Maria Parda; e, outra, que vem da cerca do Convento dos Religiosos Capuchos da Província da Soledade, vindo a encontrar-se e a unir-se em uma, as duas ribeiras, passando, depois pelo meio da cidade, fora da qual, junto ao mar, vai fazer uma lagoa que não pode deixar de ser nociva e prejudicial à saúde, por estar a água doce encharcada e cheia de lodo”*¹

A citação é clara quando diz que *“Só pela razão de ter duas ribeiras de água corrente”* foi escolhida aquela localização. Este facto nos esclarece, em parte, que o local da implantação do burgo não era arbitrário e reforça a ideia da existência de uma hierarquia de factores aquando da escolha dos sítios e, no caso da Ribeira Grande, a *“água corrente”* constituiu o factor determinante.

Para nós, era tão importante determinar os motivos da escolha do sítio como analisar os impactos que esta escolha iria causar tanto na estruturação do tecido urbano, quanto na configuração e no desenho da cidade. Pelo que transparece da citação, foi remetido para um segundo plano na hierarquia da escolha, o elemento que, a nosso ver, era mais marcante na paisagem - o relevo. Este é, sem dúvida, o elemento que mais condicionou a forma da cidade. Se por um lado a água foi determinante da escolha do sítio, o relevo foi por outro, o

¹ Anónimo, *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde...*, Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1985, p. 23.

principal responsável da forma urbana. Apesar da acidentalidade geográfica funcionar como principal constrangedor da forma, esse factor não constituiu um entrave para que a vila se instalasse ali e se adaptasse ao sítio.

Aparentemente, esta é uma observação inocente. Mas não é. Assim como a água era uma “exigência” básica para a instalação do povoado também poderiam ter sido outras circunstâncias, como as condições de acessibilidade, ou a existência de materiais necessários à construção e a instalação do burgo, ou ainda o próprio relevo, que por ser evidentemente difícil, poderia ter excluído aquela hipótese de localização.

Aparentemente, nada disso se levou em consideração. *“Só pela razão de ter duas ribeiras de água corrente...”* “se fundou ali a Ribeira Grande.

Só por esta razão? Certamente, não só. Houve, evidentemente, outros factores que influenciaram na escolha, nomeadamente a baía abrigada que servia de porto a vila (que viria também a ser contestado, mais tarde). Mas, o que importa ressaltar não são as exactas razões que levaram à eleição daquele sítio, mas o facto de que, apesar de ser um local com evidentes constrangimentos a nível geográfico, tal factor não tenha pesado de maneira negativa na eleição do local da instalação da vila. E este facto é mais significativo do que parece.

Com efeito, considerando as duas situações em que a vila se desenvolve é possível observar que as condições oferecidas para a instalação da cidade são diferentes das duas zonas descritas. Na “baixa” os constrangimentos são mais evidentes. As barreiras físicas limitavam o espaço de expansão, que ficava circunscrito ao circuito das escarpas, como também a ribeira impunha uma incontornável divisão do tecido urbano, para além de “roubar” áreas de construção.

Na verdade, a ribeira não apenas dividiu a zona da “baixa”, como também obrigou a uma estruturação do tecido urbano que foi feita segundo as condições que o seu percurso determinava. Vemos assim que alguns quarteirões

“acomodaram-se” às suas curvas (especialmente na margem direita) enquanto outros “aproveitaram os espaços mais amplos para se desenvolver segundo outros eixos. Veja-se neste caso a área das ruas da Carreira e da Banana que se estruturaram de maneira autónoma.

No caso da zona alta, embora as escarpas tenham implicado nalgum constrangimento ao crescimento urbano, a área de implantação da cidade apresentava-se como uma plataforma livre de obstáculos à construção. Aí o desenho da malha seguiu um padrão claramente geométrico.

Assim, considerando as situações dos tipos de malha encontrados no tecido urbano podemos concluir que, na zona “baixa” prepondera a situação de adaptabilidade da malha às condições do relevo, enquanto que em toda a zona “alta” é predominante a composição que é expressa pelo ritmo das ruas e das suas intercepções com travessas.

Embora sejam aparentemente diferentes na sua forma, os desenhos de ambas as partes da cidade mantêm vínculos estreitos entre si.

Nos três principais bairros que constituíam a cidade (S. Pedro, S. Brás e S. Sebastião) aparece um elemento comum que teve especial significado. Trata-se da “rua Direita”.

No espaço urbano da Ribeira Grande detectámos três ruas “direitas”. No bairro de S. Pedro surge a *rua Direita de S. Pedro*, o eixo central do burgo que liga o Largo do Pelourinho à nascente da ribeira e que segue na sua forma o curso da ribeira. No bairro de S. Brás é a *rua Direita da Cidade* que é a via estruturadora daquela área, unindo a porta de S. Veríssimo à porta de S. Lourenço e que segue aproximadamente o percurso descrito pela linha da costa. E finalmente, no bairro de S. Sebastião, aparece a *rua Direita ao Forte* a qual cabe o papel de principal eixo do tecido urbano da zona “alta”. Esta rua ligava virtualmente a Sé à outra porta da cidade que se encontrava no forte de S. Filipe, seguindo claramente um

desenho rectilíneo. Se observarmos com atenção, detectamos que a mesma situação que acontecia em relação à malha da zona “alta” e “baixa”, repete-se. Isto é, as ruas direitas da zona “baixa” são mais sinuosas, facto que evidencia a já mencionada adaptabilidade ao terreno, enquanto que a rua direita da zona “alta” é mais direita e evidencia geometria e composição.

Estas situações indiciam um sentido de ordem na formação do tecido urbano que está relacionado com a ideia de rua e que tem na rua direita o elemento regulador.

O que queremos dizer é que a noção de “direito” é, com efeito, uma noção de ordenação do tecido urbano. Esta ordenação ideológica está presente mesmo quando a implantação no terreno exige adaptações da forma. Isto é, a rua direita não é menos direita por ser curva, nem é mais direita por ser recta, mas é direita por ser necessário que seja para que a cidade se estruture através dela.

É esse “direito” que está sempre em causa e que define, a priori, a ordem da cidade.

Ao olharmos mais para o interior do espaço urbano da cidade, para além das ruas direitas, detectamos um outro elemento que é claramente “regulador” do desenho urbano. Este elemento é o lote.

Observou-se que, em praticamente todos os quarteirões existe um módulo de loteamento que funcionou como matriz na construção da maior parte dos quarteirões. A nossa primeira constatação foi notar que surgiam em vários pontos do desenho urbano um conjunto formado por três lotes contíguos que mediam cada um 30x90 palmos. Este conjunto repetia-se em vários locais de forma “isolada”, ou integrada nos quarteirões. A partir desta observação e da medição das frentes dos quarteirões que apresentavam, quase sempre, dimensões múltiplas de 30, pode-se concluir que o lote que estava na base de toda a

formação dos quarteirões era um “lote base” que media 30 palmos de frente e 90 palmos de profundidade.

Tal como tínhamos concluído em relação à rua direita, que funcionava como elemento estruturador, modelador e ordenador da malha, encontramos no lote, essas mesmas características e mais algumas particularidades específicas. Para além da maleabilidade da aplicação no terreno de uma unidade tão flexível, há ainda que considerar o efeito estético que transmitia a sua configuração.

A figura geométrica que está na base da composição funciona como um elemento regulador e como um padrão estético. A “beleza “ da cidade era lida levando em consideração a simplicidade e coerência do seu desenho, que mantinha sempre essa regularidade formal. A utilização do quadrado como base de toda a composição reforça também o ideal de ordenação implícito nesta figura regular. Os rectângulos que se geram a partir do quadrado mantêm estreita correspondência com este, sempre evidenciando a sua base proporcional em todas as situações e medidas.

Para além destas características estéticas, o lote também demonstra uma grande maleabilidade. Na Ribeira Grande, à frente padrão de 30 palmos do lote, podem-se associar módulos de 15 palmos, adquirido com isso novas configurações de 45, 60 ou 75 palmos. Com efeito, podemos afirmar que as características tanto estéticas quanto de maleabilidade do lote demonstram que eram elementos preparados para impor ordem no tecido urbano e que em casos de terrenos acidentados como o caso da zona “baixa” da cidade o lote adoptava as suas propriedades maleáveis e nos casos como na zona “alta” da cidade demonstrava em pleno tanto as suas capacidade de ordenador como as da estética.

Concluímos assim, que na lógica da formação do tecido urbano encontram-se dois elementos essenciais na sua configuração a “rua direita” e o “lote”.

Constatamos que esses elementos funcionaram como reguladores mantendo a coerência e a ordenação do conjunto. Nas zonas em que o relevo constituía o principal obstáculo, a rua direita e o lote demonstraram as suas capacidades de adaptação e, em situações em que o relevo o permitia, demonstravam para além da ordem, a beleza das suas proporções.

Evidentemente que não se exclui a hipótese de uma formação aditiva do tecido urbano da Ribeira Grande, especialmente na zona “baixa” da cidade, que não parece ter sido feita segundo um plano preestabelecido. No entanto é visível, através do desenho, que embora esta formação não tenha sido previamente planeada, não deixou de ser “regulada” e “ordenada”.

A sua ordenação fez-se tendo por base elementos muito simples cuja principal característica era a sua potencial maleabilidade e adaptabilidade a diversos casos. Com efeito, a eficiência do método ali utilizado para a formação urbana, demonstra-se logo no início pela redução dos requisitos prévios exigidos para a instalação da urbe. Lembremo-nos que *“só por ter a ribeira”* a vila foi instalada ali. Não foi só por isso, mas bastava isso, pois o resto não era obstáculo.

Para a instalação do bairro de S. Sebastião na zona “alta” da cidade, os constrangimentos iniciais do relevo não existiam. Ali a ordem é perfeitamente legível na estrutura do desenho urbano. Talvez esta área tenha sido previamente planeada. Talvez tenham havido influências modernas saídas das reformas estruturais implementadas durante o período manuelino na metrópole. Ou talvez se tenha simplesmente utilizado o mesmo método regulador e ordenador que usufruindo das condições sem constrangimentos se tenha podido regular ali de maneira mais clara.

Mas não é o facto de ser ou não ser previamente planeada que torna significativo o processo de formação urbana da Ribeira Grande, ou esta aproximação que nós aqui fizemos ao seu desenho. No fundo, uma das mais

CONCLUSÃO

A cidade da Ribeira Grande em Santiago foi uma das primeiras experiências coloniais portuguesas na África sub-sahariana. A sua posição de australidade em relação aos arquipélagos atlânticos situados mais a norte, conferem-lhe determinadas características específicas que fazem com que, a nosso ver, a possamos considerar um laboratório onde foram ensaiados os primeiros modelos de ocupação territorial português nos trópicos.

Longe de representar uma política isolada e desarticulada, o processo de povoamento desencadeado para o arquipélago estava enquadrado numa política centralizadora e integrada ditada pela coroa portuguesa, na qual também se encontravam inseridos os arquipélagos mais a norte dos Açores e da Madeira e também S. Tomé e Príncipe mais ao sul.

Essa política visava a confirmação da soberania portuguesa sobre determinados pontos estratégicos, tendo como objectivo a elaboração de uma rede essencialmente comercial que garantisse as ligações entre as partes. Era uma rede fortemente hierarquizada cujos pontos nodais tinham características próprias dependendo dos locais onde eram estabelecidos.

É nesse âmbito que surge a Ribeira Grande, como um dos pontos da rede, com características próprias devido à sua posição no Atlântico que lhe permitia desempenhar o papel de elo de ligação entre espaços. Essa posição justificou o empenho e o investimento da coroa no seu espaço urbano, pelo menos durante cerca de dois séculos, o período que decorreu entre o descobrimento da ilha de Santiago e o abandono da Ribeira Grande e a perda da capitalidade a favor da Vila da Praia.

Foi sobre esse espaço e esse período de tempo que o nosso trabalho se debruçou. Pretendíamos fazer uma reflexão sobre este espaço urbano, com a particularidade desta ser feita de uma perspectiva diferente, a partir do seu desenho, e segundo a base de trabalho de um arquitecto. Embora também tenhamos procurado entender o seu processo histórico e observar os constrangimentos que a cidade enfrentou, foi a lógica do próprio desenho urbano a principal norteadora desse estudo. Gostaríamos, simplesmente, de observar através de uma lupa a sua forma, entender os vários “desenhos” internos que a formavam e trazer à luz do dia o que se encontrava escondido no interior do seu tecido urbano.

Se por um lado defendemos a ideia de que a Ribeira Grande era uma cidade aberta, que viveu sobretudo das suas relações com o mundo, já em relação ao seu espaço físico não podemos fazer a mesma afirmação. A cidade em si era um espaço “fechado”, completamente circundado pelas escarpas das montanhas, e cuja única porta de ligação com o mundo residia no seu porto, que foi não apenas o principal despoletador do processo urbano mas também o modelador, por excelência, da sua vivência.

Com efeito, a Ribeira Grande visível, a que está implantada entre as montanhas, não era senão parte da “grande” Ribeira Grande, a que se estendia por todo o mar que lhe estava diante.

Uma “cidade-porto”, é sempre uma cidade dividida. Parte está lá, parte está no mundo. A cidade desenvolve-se e multiplica-se nos vastos espaços em que marca a sua presença, pelas trocas de mercadoria que propicia, pelas gentes que espalha e acolhe. A Ribeira Grande era essa cidade grande que é sempre maior do que o seu exíguo espaço. Logo, o também aparente “constrangimento” da forma não pode ser lido de uma maneira redutora.

Como vimos, a cidade nasceu no porto. Assente inicialmente sobre uma cota de cerca de cinco metros acima do nível do mar, o burgo estendeu-se para o interior, na direcção norte do vale da ribeira, até onde permitiram as escarpadas montanhas. O espaço urbano estruturou-se essencialmente segundo duas plataformas. A plataforma mais baixa, situada entre os 5 e 20 metros de altitude, abrangia cerca de dois terços do espaço urbano. Desse corpo faziam parte as zonas do Largo do Pelourinho, o Bairro de S. Pedro e o Bairro de S. Brás. A título meramente identificativo designamos esta área como a zona “baixa” da cidade.

Na plataforma acima, para lá dos 30 metros de altitude, encontrava-se o Bairro de S. Sebastião, e ainda mais acima surgia o Forte de S. Filipe. A esta área, passamos a chamar de zona “alta”.

Ao analisarmos bem as duas zonas, a “alta” e a “baixa”, constatamos que enquanto na zona “baixa” os elementos estruturadores do tecido urbano eram, na sua maioria, dependentes de circunstâncias geográficas, - a COSTA, o VALE, a RIBEIRA, etc. - e a cidade parece ter-se moldado a essas determinantes, na zona “alta”, ao contrário, estes elementos pouco ou nada dependiam de circunstâncias geográficas mas sim, parecem ter resultado da forma como se fez a apropriação do terreno, reflectindo o resultado directo da intervenção humana no espaço. Ou seja, o desenho da zona “baixa” é considerado mais orgânico, mais adaptado ao relevo e mais dependente dos determinantes geográficos, o que não acontece na zona “alta”, que apresenta um tecido urbano mais regular, de fácil leitura, mais composto, em que é perceptível uma certa preocupação geométrica.

O processo de adaptação da cidade às condições geográficas locais resultaram de duas condicionantes essenciais, que se apresentavam como “barreiras físicas de implantação”. Essas barreiras físicas eram representadas, por um lado, pelo limite das escarpas, que devido ao seu acentuado declive não permitiam que se construísse para além delas. Por outro lado, pesavam também

as limitações impostas pela própria ribeira que, nos períodos de grande pluviosidade aumentava de caudal criando assim uma maior área de inundação, tornando inviável qualquer tipo de construção nas proximidades do seu leito.

Numa descrição anónima do século XVIII dizia-se que *“Está situada a Cidade de Santiago ao Sudueste da dita Ilha. Os antigos a fundaram com pouca consideração, em uma parte baixa, junto ao mar, entre serras a pique, só pela razão de ter duas ribeiras de água corrente: uma, que vem de um mato chamado Maria Parda; e, outra, que vem da cerca do Convento dos Religiosos Capuchos da Província da Soledade, vindo a encontrar-se e a unir-se em uma, as duas ribeiras, passando, depois pelo meio da cidade, fora da qual, junto ao mar, vai fazer uma lagoa que não pode deixar de ser nociva e prejudicial à saúde, por estar a água doce encharcada e cheia de lodo”*¹

A citação é clara quando diz que *“Só pela razão de ter duas ribeiras de água corrente”* foi escolhida aquela localização. Este facto nos esclarece, em parte, que o local da implantação do burgo não era arbitrário e reforça a ideia da existência de uma hierarquia de factores aquando da escolha dos sítios e, no caso da Ribeira Grande, a *“água corrente”* constituiu o factor determinante.

Para nós, era tão importante determinar os motivos da escolha do sítio como analisar os impactos que esta escolha iria causar tanto na estruturação do tecido urbano, quanto na configuração e no desenho da cidade. Pelo que transparece da citação, foi remetido para um segundo plano na hierarquia da escolha, o elemento que, a nosso ver, era mais marcante na paisagem - o relevo. Este é, sem dúvida, o elemento que mais condicionou a forma da cidade. Se por um lado a água foi determinante da escolha do sítio, o relevo foi por outro, o

¹ Anónimo, *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde...*, Lisboa, Instituto Caboverdeano do Livro, 1985, p. 23.

principal responsável da forma urbana. Apesar da acidentalidade geográfica funcionar como principal constrangedor da forma, esse factor não constituiu um entrave para que a vila se instalasse ali e se adaptasse ao sítio.

Aparentemente, esta é uma observação inocente. Mas não é. Assim como a água era uma “exigência” básica para a instalação do povoado também poderiam ter sido outras circunstâncias, como as condições de acessibilidade, ou a existência de materiais necessários à construção e a instalação do burgo, ou ainda o próprio relevo, que por ser evidentemente difícil, poderia ter excluído aquela hipótese de localização.

Aparentemente, nada disso se levou em consideração. *“Só pela razão de ter duas ribeiras de água corrente...”* “se fundou ali a Ribeira Grande.

Só por esta razão? Certamente, não só. Houve, evidentemente, outros factores que influenciaram na escolha, nomeadamente a baía abrigada que servia de porto a vila (que viria também a ser contestado, mais tarde). Mas, o que importa ressaltar não são as exactas razões que levaram à eleição daquele sítio, mas o facto de que, apesar de ser um local com evidentes constrangimentos a nível geográfico, tal factor não tenha pesado de maneira negativa na eleição do local da instalação da vila. E este facto é mais significativo do que parece.

Com efeito, considerando as duas situações em que a vila se desenvolve é possível observar que as condições oferecidas para a instalação da cidade são diferentes das duas zonas descritas. Na “baixa” os constrangimentos são mais evidentes. As barreiras físicas limitavam o espaço de expansão, que ficava circunscrito ao circuito das escarpas, como também a ribeira impunha uma incontornável divisão do tecido urbano, para além de “roubar” áreas de construção.

Na verdade, a ribeira não apenas dividiu a zona da “baixa”, como também obrigou a uma estruturação do tecido urbano que foi feita segundo as condições que o seu percurso determinava. Vemos assim que alguns quarteirões

“acomodaram-se” às suas curvas (especialmente na margem direita) enquanto outros “aproveitaram os espaços mais amplos para se desenvolver segundo outros eixos. Veja-se neste caso a área das ruas da Carreira e da Banana que se estruturaram de maneira autónoma.

No caso da zona alta, embora as escarpas tenham implicado nalgum constrangimento ao crescimento urbano, a área de implantação da cidade apresentava-se como uma plataforma livre de obstáculos à construção. Aí o desenho da malha seguiu um padrão claramente geométrico.

Assim, considerando as situações dos tipos de malha encontrados no tecido urbano podemos concluir que, na zona “baixa” prepondera a situação de adaptabilidade da malha às condições do relevo, enquanto que em toda a zona “alta” é predominante a composição que é expressa pelo ritmo das ruas e das suas intercepções com travessas.

Embora sejam aparentemente diferentes na sua forma, os desenhos de ambas as partes da cidade mantêm vínculos estreitos entre si.

Nos três principais bairros que constituíam a cidade (S. Pedro, S. Brás e S. Sebastião) aparece um elemento comum que teve especial significado. Trata-se da “rua Direita”.

No espaço urbano da Ribeira Grande detectámos três ruas “direitas”. No bairro de S. Pedro surge a *rua Direita de S. Pedro*, o eixo central do burgo que liga o Largo do Pelourinho à nascente da ribeira e que segue na sua forma o curso da ribeira. No bairro de S. Brás é a *rua Direita da Cidade* que é a via estruturadora daquela área, unindo a porta de S. Veríssimo à porta de S. Lourenço e que segue aproximadamente o percurso descrito pela linha da costa. E finalmente, no bairro de S. Sebastião, aparece a *rua Direita ao Forte* a qual cabe o papel de principal eixo do tecido urbano da zona “alta”. Esta rua ligava virtualmente a Sé à outra porta da cidade que se encontrava no forte de S. Filipe, seguindo claramente um

desenho rectilíneo. Se observarmos com atenção, detectamos que a mesma situação que acontecia em relação à malha da zona “alta” e “baixa”, repete-se. Isto é, as ruas direitas da zona “baixa” são mais sinuosas, facto que evidencia a já mencionada adaptabilidade ao terreno, enquanto que a rua direita da zona “alta” é mais direita e evidencia geometria e composição.

Estas situações indiciam um sentido de ordem na formação do tecido urbano que está relacionado com a ideia de rua e que tem na rua direita o elemento regulador.

O que queremos dizer é que a noção de “direito” é, com efeito, uma noção de ordenação do tecido urbano. Esta ordenação ideológica está presente mesmo quando a implantação no terreno exige adaptações da forma. Isto é, a rua direita não é menos direita por ser curva, nem é mais direita por ser recta, mas é direita por ser necessário que seja para que a cidade se estruture através dela.

É esse “direito” que está sempre em causa e que define, a priori, a ordem da cidade.

Ao olharmos mais para o interior do espaço urbano da cidade, para além das ruas direitas, detectamos um outro elemento que é claramente “regulador” do desenho urbano. Este elemento é o lote.

Observou-se que, em praticamente todos os quarteirões existe um módulo de loteamento que funcionou como matriz na construção da maior parte dos quarteirões. A nossa primeira constatação foi notar que surgiam em vários pontos do desenho urbano um conjunto formado por três lotes contíguos que mediam cada um 30x90 palmos. Este conjunto repetia-se em vários locais de forma “isolada”, ou integrada nos quarteirões. A partir desta observação e da medição das frentes dos quarteirões que apresentavam, quase sempre, dimensões múltiplas de 30, pode-se concluir que o lote que estava na base de toda a

formação dos quarteirões era um “lote base” que media 30 palmos de frente e 90 palmos de profundidade.

Tal como tínhamos concluído em relação à rua direita, que funcionava como elemento estruturador, modelador e ordenador da malha, encontramos no lote, essas mesmas características e mais algumas particularidades específicas. Para além da maleabilidade da aplicação no terreno de uma unidade tão flexível, há ainda que considerar o efeito estético que transmitia a sua configuração.

A figura geométrica que está na base da composição funciona como um elemento regulador e como um padrão estético. A “beleza “ da cidade era lida levando em consideração a simplicidade e coerência do seu desenho, que mantinha sempre essa regularidade formal. A utilização do quadrado como base de toda a composição reforça também o ideal de ordenação implícito nesta figura regular. Os rectângulos que se geram a partir do quadrado mantêm estreita correspondência com este, sempre evidenciando a sua base proporcional em todas as situações e medidas.

Para além destas características estéticas, o lote também demonstra uma grande maleabilidade. Na Ribeira Grande, à frente padrão de 30 palmos do lote, podem-se associar módulos de 15 palmos, adquirido com isso novas configurações de 45, 60 ou 75 palmos. Com efeito, podemos afirmar que as características tanto estéticas quanto de maleabilidade do lote demonstram que eram elementos preparados para impor ordem no tecido urbano e que em casos de terrenos acidentados como o caso da zona “baixa” da cidade o lote adoptava as suas propriedades maleáveis e nos casos como na zona “alta” da cidade demonstrava em pleno tanto as suas capacidade de ordenador como as da estética.

Concluimos assim, que na lógica da formação do tecido urbano encontram-se dois elementos essenciais na sua configuração a “rua direita” e o “lote”.

Constatamos que esses elementos funcionaram como reguladores mantendo a coerência e a ordenação do conjunto. Nas zonas em que o relevo constituía o principal obstáculo, a rua direita e o lote demonstraram as suas capacidades de adaptação e, em situações em que o relevo o permitia, demonstravam para além da ordem, a beleza das suas proporções.

Evidentemente que não se exclui a hipótese de uma formação aditiva do tecido urbano da Ribeira Grande, especialmente na zona “baixa” da cidade, que não parece ter sido feita segundo um plano preestabelecido. No entanto é visível, através do desenho, que embora esta formação não tenha sido previamente planeada, não deixou de ser “regulada” e “ordenada”.

A sua ordenação fez-se tendo por base elementos muito simples cuja principal característica era a sua potencial maleabilidade e adaptabilidade a diversos casos. Com efeito, a eficiência do método ali utilizado para a formação urbana, demonstra-se logo no início pela redução dos requisitos prévios exigidos para a instalação da urbe. Lembremo-nos que *“só por ter a ribeira”* a vila foi instalada ali. Não foi só por isso, mas bastava isso, pois o resto não era obstáculo.

Para a instalação do bairro de S. Sebastião na zona “alta” da cidade, os constrangimentos iniciais do relevo não existiam. Ali a ordem é perfeitamente legível na estrutura do desenho urbano. Talvez esta área tenha sido previamente planeada. Talvez tenham havido influências modernas saídas das reformas estruturais implementadas durante o período manuelino na metrópole. Ou talvez se tenha simplesmente utilizado o mesmo método regulador e ordenador que usufruindo das condições sem constrangimentos se tenha podido regular ali de maneira mais clara.

Mas não é o facto de ser ou não ser previamente planeada que torna significativo o processo de formação urbana da Ribeira Grande, ou esta aproximação que nós aqui fizemos ao seu desenho. No fundo, uma das mais

pertinentes conclusões deste estudo, é o facto de se poder observar que o desenho urbano mantém a sua coerência interna a partir de elementos compositivos extremamente simples e eficientes que eram certamente valorizados e compreendidos na sua potencialidade por quem os executou e que neles se identificava o sentido de ordenação que se queria para a cidade.

BIBLIOGRAFIA E ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

AAVV - *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Praia : Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde, 1995. 2 Volumes.

AAVV - *La Ciudad y las Murallas*. Roma : Ediciones Cátedra, 1991.

AAVV - *La città e l'immaginario*. Roma : Officina Edizioni, 1985.

AAVV - *Las Ciudades Ideales del Siglo XVI*. Barcelona : Sendai Ediciones, 1991.

AAVV - *Penser La Ville, Choix de Textes Philosophiques*. Bruxelles : AAM Editions, 1984.

AAVV - *Urbanismo, Antologia critica di scritti sulla città*. Napoli : Liguori Editore, 1993.

AAVV - *L'Idée de La Ville, Actes du Colloque International de Lyon*. Seyssel : Imprimerie Buguet-Comptour, 1984.

AAVV - *Universo Urbanístico Português 1415 – 1822*. Colectanêa de Estudos, Lisboa : CNCDP, 1998.

ALBUQUERQUE, Luís de - *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa : Caminho, 1994.

ALMEIDA, Carlos - *Uma contribuição para o estudo da presença da Companhia de Jesus em Cabo Verde (1604-1642)*, in "Cultura", nº2, Praia, Julho, 1998, pp. 216-239.

AMARAL, Ilídio do - *Santiago de Cabo Verde - A Terra e os Homens, Memórias*, Lisboa : Junta de Investigação do Ultramar, 1964.

ANDRADE, Elisa Silva - "La Formation des Villes au Cab-Vert", in Cahen, Michel (dir.) - *Villas et Cidades, Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, Editions L'Harmattan, 1989. pp. 23-42.

AVRAMIDES, Jean-Louis; PINON, Pierre - *Site et développement urbain*, Paris : La Documentation Française, 1974.

AYMONINO, Carlo - *O Significado das Cidades*. Lisboa : Editorial Presença, 1975.

BALENO, Ilídio - "Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria", in *História Geral de Cabo Verde*,. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Tropical e Científica/Instituto Nacional de Cultura, 1995, vol. II pp. 157 - 224.

BARCELLOS, Christiano José de Sena - *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné: Parte I*, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899, *Parte II*, Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1900.

- *Roteiro do Archipélago de Cabo Verde*. Lisboa : Typ. do Jornal "As Colónias Portuguesas", 1892.

BARDET, Gaston - *Principes inédits d'enquête et d'analyse urbaine*. Paris : Colma, 1942.

BARRETO, João - *História da Guiné*. Lisboa : edição do autor, 1938.

BENEVOLO, Leonardo - *História da Cidade*. S.Paulo : Editora Perspectiva S.A., 1983.

- *Diseño de la Ciudad*. 5 Vols. Barcelona : Gustavo Gili, 1981.

BOXER, Charles R. - *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa : Edições 70, 1977.

BRÁSIO, Pe. António - *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série:

vol. I (1342-1499), Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1958.

vol. II (1500-1569), Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1963.

vol III (1570-1600), Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1964.

vol IV (1600-1622), Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1968.

Descobrimento/Povoamento/Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde, in "Stvdia", Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos 10, 1962, pp. 49-97.

CABRAL, Iva - "Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação", in *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Tropical e Científica/Instituto Nacional de Cultura, 1995, pp. 225 - 274.

CAHEN, Michel - *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*. Paris : Editions L'Harmattan, 1989.

Cabo Verde, Pequena Monografia. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1961.

Cape Verde Islands Boulogne : Éditions Delroisse, s.d.

CARITA, Hélder - *Bairro Alto Tipologias e Modos Arquitectonicos*, Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna da Época Manuelina (1495-1521). Lisboa : Livros Horizonte, 1999.

CARITA, Rui - *O Atlântico: Ilhas e costa africana*, in "História das Fortificações Portuguesas no Mundo". Lisboa : Alfa, 1989.

CARREIRA, António - *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1469-1878)*, 2ª ed. Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1983.

- *A Capitania das Ilhas de Cabo Verde: organização civil, eclesiástica e militar (séculos XVI-XIX). Subsídios*. in "Revista de História Económica e Social", 19, Lisboa : Sá da Costa, 1987, pp. 33-76.

- *Documentos para a história das ilhas de Cabo Verde e rios da Guiné. Séculos XVII e XVIII*. Lisboa : Europa - América, 1983.

- *O primeiro "censo" de população da capitania das ilhas de Cabo Verde (1731)*, in "Revista Económica e Social", 13, Lisboa : Sá da Costa, 1984, pp. 51-56.

CERRONE, Frederico - *História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios)*, Mindelo, 1983.

CHELMICKI, José Conrado Carlos – *Corografia Cabo-Verdeana*, Tomo I, p. VI, Lisboa, 1841.

COHEN, Zelinda - *Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. Os Contratos de arrendamento para a cobrança das rendas e direitos reais das ilhas de Cabo Verde (1501-1560)*. in "Studia", 53, Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga - Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, pp. 317-364.

CORTESÃO, Jaime - *História da Expansão Portuguesa*. vol 4 .Obras Completas. Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português: Antigo e Moderno. Lisboa, 1960.

HORTA CORREIA, José Eduardo – "Urbanismo da Época Barroca em Portugal", in *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa : Editorial Presença, 1989.

DONNE, Marcella Delle - *Teorias Sobre a Cidade*. Lisboa : Edições 70, 1979.

DIAS, Pedro – "As Ilhas Africanas. Cidades Edifícios e Ornamentos. O Espaço Atlântico", in *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1999.

Direction de l'Architecture et de l'Urbanisme - *Centres Historiques: Les Outils de Lecture*, Paris : Les éditions du STU, 1987

Lire et composer l'espace public, Paris : Les éditions du STU, 1991.

Centres Historiques: Méthodes d'Analyse, Paris : Les éditions du STU, 1992.

Compositions Urbaine - I Repères, Paris : Les éditions du STU, 1992.

Compositions Urbaine - II Projets, Paris : Les éditions du STU, 1994.

FAGUNDES, João - *Ribeira Grande a cidade velha*, In "Oceanos", 5, Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 78-84.

FEIJÓ, João da Silva - *Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde - 1797*, Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa V, Lisboa : Academia das Ciências, 1815, pp. 172-193.

Ensaio Económico Sobre as Ilhas de Cabo Verde, (apresentação e comentários de António Carreira), Praia : Instituto Caboverdeano do Livro, 1986.

FERNANDES, José Manuel - *Cidades e Casas da Macaronésia*. Porto : FAUP publicações, 1996.

FERREIRA, Clarisse Cardona - *A História do Arquipélago de Cabo Verde durante o Período Filipino*, Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1964.

GALANTAI, Ervin Y. - *Nuevas ciudades. De la Antigüedad a nuestros días*. Barcelona : Gustavo Gili.S.A., 1975.

GASPAR, Jorge – *A Morfologia de Padrão Geométrico na Idade Média*, in “Finisterra”, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, vol. IV, nº8, 1969.

GONÇALVES, Nuno da Silva - *A Companhia de Jesus e a Diocese de Cabo Verde no Tempo do Padre Baltasar Barreira (1604-1612)*, dissertação de licenciatura em História da Igreja, Roma,1991.

GOT, Emmanuelle - *Migrations et Urbanisation: Les Consequences des Migrations Internes et Externes Sur la Croissance Urbaine de Praia Capitale de la Republique du Cap-Vert*. (Dissertação de mestrado). Rouen : Université de Rouen / Laboratoire D'Etude du Developpement des Regions Arides, 1990.

JACQUES, Soullilou - *Rives Coloniales, Architectures de Saint-Loouis à Douala*. Paris : Editions Parenthèses / Editions de l'Orstom, 1993.

KOSTOF, Spiro - *The City Shaped: Urban Paterns and Meanings Through History*. Boston, Toronto, London : Bulfinch Press, 1991.

KRIER, Robert - *L'Espace de La Ville, Theorie et Pratique*. Bruxelles : AAM Editions, 1975.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY , Jeanne - *Histoire de l'urbanisme-Antiquité*. Paris : H. Laurens, 1966.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne - *L'urbanisme au Moyen-Âge*. Paris - Arts et Métiers Graphiques, 1974.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne; HENRAT, Philippe - *L'urbanisme à l'époque Moderne XVI - XVIII siècles*. Paris : Arts et Métiers Graphiques, 1982.

LEGUAY, Jean Pierre.- *La rue au Moyen-Âge*. Rennes : Ouest-France, 1984.

LERENO, Álvaro - *Dicionário Corográfico do Arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1952.

LIMA, José Joaquim Lopes de – *Ensaio sobre Estatísticas das Possessões Portuguesas*. Livro I, Parte II, Lisboa, 1984.

LYNCH, Kevin - *A Imagem da Cidade*, Lisboa : Edições 70, 1988.

MATOS, Artur Teodoro de - *Valor Estratégico das Ilhas de Cabo Verde: a África o Brasil e a Rota da Índia*, in “Oceanos”, nº 10, Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.

MIMOSO, Alexandre Brás - *Relatório da Missão Técnica de Cooperação com a República de Cabo Verde*. Lisboa : IPPAR, 1981.

Monografia-Catálogo de exposição de Cabo Verde, Semana das Colónias de 1938, Lisboa /Sociedade de Geografia de Lisboa, 1938.

MORRIS, A.E.J. - *History of Urban Form before the Industrial Revolutions*, New York: Longman Scientific & Technical, 1994.

MOTA, A Teixeira da - *Cinco Séculos de Cartografia das Ilhas de Cabo Verde*, Série Separatas Verdes, nº XCVIII, Lisboa, A.E.C.A., 1976.

MUMFORD, Lewis - *A Cidade na História suas origens, transformações e perspectivas*. S.Paulo : Livraria Martins Fontes Editora LTDA, 1982.

PEREIRA, Daniel A. - *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*. Praia : Instituto Caboverdiano do Livro, 1986.

A da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII, Mindelo : Instituto Caboverdiano do Livro, 1984.

PEREIRA, Maria da Luz Valente - *A leitura da Imagem de uma Área Urbana como preparação para o planeamento / Acção da sua reabilitação*. Lisboa : LNEC, 1994.

- *Metodologia de Planeamento da Reabilitação de Áreas Urbanas*. Lisboa : LNEC, 1991.

- *Plano de Salvaguarda do Núcleo Antigo de Sacavém*. Câmara Municipal de Loures.

PORTAS, Nuno – *Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas*, in “Os Portugueses e o Mundo”, Conferência Internacional, Artes Arqueologia e Etnografia. Vol. VI Fundação António de Almeida, Porto, 1986

RASMUSSEN, Steen Eiler - *Villes et architectures*. Paris : L' Equerre, 1984.

RIBEIRO, A - *Estruturas Eclesiásticas de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé*, Separata de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e Príncipe. Curso de Extensão Universitária IV, Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas do Ultramar.

RIBEIRO, Orlando - *Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde*, in “Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa”, nº 59, Lisboa : Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1962.

- *A Ilha do Fogo e suas erupções*, Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1954

- *As Ilhas Atlânticas*, in “Revista Naturalia”, Lisboa, 1954, vol. IV.

ROSSA Walter – “A Cidade Portuguesa”, in *História de Arte Portuguesa*. vol. III, Lisboa : Círculo de Leitores, 1995.

- “O Urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas”, in *Universo Urbanístico Português 1415 – 1822. Colectânea de Estudos*, Lisboa : CNCDP, 1998.

- *Cidades Indo-Portuguesas, Contribuições para o estudo do Urbanismo Português no Hindustão Ocidental*. Lisboa : CNCDP, 1997.

- ROSSI, Aldo - *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa : Edições Cosmos. 1977.
- SANTOS, Paulo F. – *Formação de Cidades no Brasil Colonial*, Coimbra, 1968.
- SARTOR, Mario - *La città e la conquista*. Roma : Casa del Libro Editrice, 1981.
- SILVA, António Leão C. - *Histórias de um Sahel Insular*. Praia : Spleen-Edições, 1995.
- *Os Fundamentos do Povoamento de Cabo Verde*, in “Oceanos”, 5, Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990, pp. 69-77.
- *Praia: A Lenta Emergência de uma Capital*, in “Cultura”, nº 2, Praia, Julho, 1998, pp.188-201.
- SILVEIRA, Luís da - *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1960.
- SMITH, Roberto – *Urbanismo Colonial no Brasil*, In “Bem Estar “, 1, S. Paulo, 1958.
- SZCZOT, Frederic - *Éléments analytiques de l'espace urbain*. Paris : Dominique Vincent, 1974.
- TEIXEIRA, Manuel – *Portuguese Traditional Settlements, a result of cultural miscegenation*, In “Traditional Dwellings and Settlements Review”, vol. 1,2, Berkley, 1990
- *A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos Recentes*, In “Análise Social”, vol. XXVIII(121), Lisboa, 1993.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz - *A Colonização das Ilhas de Cabo Verde: Meios e Objectivos*, in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) - “Portugal no Mundo”, vol. 2, Lisboa : Alfa, 1989, pp. 150-170.
- THOMAZ, Luís Filipe - *Estruturas quasi-feudais na expansão portuguesa*, in “Actas do I Colóquio Internacional da Madeira” - 1986, vol.I, Funchal : Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, 1989, pp. 80-87.
- *De Ceuta a Timor*, Lisboa : Difel, 1994.
- VITERBO, F. Sousa - *Dicionário dos Arquitectos e Engenheiros Portugueses*, 3 vols. Lisboa, 1899.

Dados Cronológicos

1460	Descoberta (oficial) das ilhas orientais do arquipélago, por António da Nóli. Doação, por D. Afonso V, ao seu irmão D. Fernando.
1462	A António da Nóli é doada a capitania de Santiago, reduzindo-se depois a sua área, com a autonomia da Ribeira Grande (Sul da Ilha). Início do povoamento de Santiago e lançamento das primeiras fundações da Ribeira Grande.
1466	Concessão aos "moradores" de Santiago, a título de incentivo e privilégio, do direito de tratar e resgatar escravos na costa ocidental africana. Dois Franciscanos fixam-se na ilha, erigindo para a sua habitação "uma casa de ramos e terra e junto a ela um oratório dos mesmos materiais" (BARCELLOS, 1899).
c.1466 /1470	Construção da Igreja do Espírito Santo tornada depois Capela de Nossa Senhora da Conceição.
1472	Limitação dos privilégios outorgados, impondo a fixação na terra aos que quisessem resgatar a partir de Santiago.
1495	Edificação da igreja de Nossa Senhora do Rosário, começando por ser uma pequena capela de estilo manuelino.
1497	Doação da capitania a Branca de Aguiar (filha de António da Nóli) e seu marido Jorge Correia. Ordem régia para a edificação de um hospital.
1512	Já existia Casa da Câmara.
1513	O burgo contava cerca de 114 vizinhos.
1533	Criação da diocese de Santiago. A vila, elevada a sede do Bispado, passa a cidade e capital das Ilhas e da Guiné; 1536 - doação da capitania a João Correia de Sousa, filho de Jorge Correia.
1542	Ataques de corsários franceses; apelo para que se torne o porto da Ribeira Grande mais seguro. Edificação da Capela de São Brás.
1544	António Correia de Sousa é capitão.
1549	"A terra está muito rica de escravos da Guiné" e o hospital que ali existe "tem os dinheiros muito sonegados" (BARCELLOS, 1899).
1550	Há na cidade "boas casas de pedra e cal habitadas por infinitos cavalheiros portugueses e castelhanos", comportando mais de 500 fogos.
1552	O Cabido e o Povo reclamam a construção de uma igreja. Alusão a dilúvio que provocou grande destruição na cidade.
1556 / 1558	D. Frei Francisco da Cruz, terceiro bispo de Cabo Verde, dá início à construção da Igreja da Misericórdia e da Sé. Cádegas locais, sob o

	construção da Igreja da Misericórdia e da Sé. Cônegos locais, sob o pretexto <i>"de que o templo se situava fora do corpo da cidade"</i> , mandam embargar as obras da Sé (PEREIRA, 1986).
1564	Morte do último donatário da Ribeira Grande (João Correia de Sousa) e reversão da capitania para a Coroa.
1570	D. Sebastião determina a construção do Seminário que, aparentemente, não chegou a ser construído.
ant. 1574	O Bispo D. Frei Francisco da Cruz manda construir o Palácio Episcopal.
1578	O pirata inglês Francis Drake aproxima-se do porto.
1582	Carta de Diego Florez de Valdez a D. Filipe 1 sugerindo a melhoria da defesa da ilha e a mudança do porto principal para a vila da Praia. A cidade conta 508 vizinhos, <i>"5700 escravos de confissão, agora os menores"</i> e para a sua defesa dispõe de três baluartes de vigia: o da Vigia, o da Ribeira e o de São Brás (BRÁSIO, 1958).
1583	Desembarque de Emanuel Serradas e partidários de D. António Prior do Crato na vila da Praia e assalto à Ribeira Grande.
1585	Corsários ingleses, comandados por Francis Drake saqueiam a cidade. A população e as autoridades fogem e refugiam-se nos montes (BRÁSIO, 1958).
1586	Apelo ao rei para que socorra a cidade. Torna-se necessário fortalecer o porto da Ribeira Grande levantando-se os baluartes <i>"que na entrada dela estavam"</i> , fazendo-se outro no porto de São Martinho e um forte no lugar da Achada. Pedido para que não se mude a capital para outro sítio. João Nunes assiste nas obras da fortaleza.
c. 1587	Início da edificação da Fortaleza Real de São Filipe. Instituição do Governo Geral das Ilhas e do Distrito de Guiné com sede na Ribeira Grande.
1589	Concessão régia de 100 000 réis ao bispo D. Frei Pedro Brandão, para reparação da residência episcopal.
1592	Suspensão das obras da Sé.
1593	Concluída a edificação da fortaleza de São Filipe.
1603	Ordem para que sejam retomadas as obras da Sé.
1604	Chegada dos jesuítas à Ribeira Grande.
1606	Possui a cidade cerca de 500 ou 600 vizinhos, mas a maior parte deles passa a viver em <i>"quintas que têm pela ilha"</i> . Alusão às tentativas frustradas de mudança da capital para a vila da Praia.
c. 1606	Há na cidade <i>"uma fortaleza de bom tamanho, e bastante provida, e fabricada de boas casas de pedra e cal"</i> .
1608	Alvará para se fundar uma Casa Professa de Religiosos da Companhia de Jesus.
1614	O governador Nicolau de Castilho dá conta de que as fortalezas e os baluartes se acham arruinados.

1619	Carta do governador, D. Francisco de Moura, a D. Filipe 11 acusando estar a fortaleza muito arruinada, por ser " <i>de pedra e barro</i> " e necessitar de grandes reparos. Informação sobre a reforma que fez num lanço de muro da banda do mar".
1620	Alvará de concessão de 100 cruzados por ano à Santa Casa da Misericórdia. Reclama a Câmara o cumprimento da ordem real pela qual ficavam destinados 600.000 réis para as obras da fortificação da Ilha e o envio do arquitecto que nunca chegara a ir. Ordem para que o Bispo dê continuidade às obras da Sé.
c.1621	Há na cidade " <i>até 200 casas de Portugueses mercadores</i> ", uma residência dos Padres da Companhia, Casa da Misericórdia e Hospital.
1626	Descrição da Ribeira Grande referindo os três bairros (São Sebastião, São Brás e São Pedro) e as ruas que há " <i>pelo meio deles</i> ". Relação dos bens imóveis e propriedades dos Padres da Companhia com a sua respectiva localização (Carta da Câmara da Ribeira Grande a Filipe 111).
1628	Ataque holandês à cidade, com a pretensão de aí ser levantada uma fortaleza; reedificação dos muros da cidade.
1630	Acusa o governador João Pereira Corte Real a pouca capacidade da Ilha para albergar uma Sé com tantos clérigos, capelães e Bispo, " <i>em cidade que não chega a ser aldeia</i> " e onde os cidadãos são quinze ou dezasseis homens de Portugal que somados aos crioulos da terra não chegam a 35.
c. 1635	Avoluma-se o número de naus holandesas que passam por Santiago, não se achando a ilha apetrechada para se defender. A crise económica acentua-se e as suas repercussões tomam-se cada vez mais evidentes.
1638	Pedido, ao Reino, de carpinteiros e pedreiros para a reparação das fortificações.
1640	Doação para a fundação e sustento do Convento de São Francisco, por Joana Coelho, nobre e natural da ilha de Santiago.
1641	Alvará pelo qual se destinam 100 cruzados anuais, durante seis anos, para " <i>reparos e remédio da Santa Casa da Misericórdia</i> " (BARCELLOS, 1899).
1645	O governador João Serrão da Cunha dá conta da tentativa de saque da cidade feita pelos holandeses e apela para a necessidade urgente de obras para a defesa.
1652	Alvará para que o Bispo e o Governador residam, alternadamente, na vila da Praia.
1664	A ordenança da Ribeira Grande é constituída por 1280 soldados, sendo menos de 5% brancos e o restante negros e mestiços.
1696 / 1698	Nomeação de José Coutinho como capitão engenheiro de Cabo Verde.
1698 / 1710	Comissão de serviços de José Soares da Rocha como capitão engenheiro.
1700 / 1701	As obras da Sé encontram-se quase concluídas.
1710 / 1716	Comissão de serviço de José Gomes Correia como capitão engenheiro.

1712	Piratas franceses comandados por Jacques Cassard pilham a cidade, incendiando os armazéns reais, a casa do Bispo e a do Governador.
1716 / 1719	Nomeação de Cristóvão Martins Figueira como sargento-mor engenheiro.
1718	Face aos altos custos com aluguer e às dificuldades em se encontrar uma casa para a aposentadoria dos governadores, Serafim Teixeira Sarmento de Sá propõe a realização de obras nas casas que então serviam de armazém (<i>"fazendo-se dois quartos, e uma cozinha, que é o de que necessitam para ficar uma nobre aposentadoria por ter duas casas já muito bem forradas com cinco janelas e sacadas, e ficarem mais perto do Porto com bastante vista do mar, ainda que o sítio não é a melhor coisa pela vizinhança de uma lagoa que tem"</i>). A fortaleza de São Filipe encontra-se arruinada. Ordem régia para a remodelação da Cadeia.
1723	Nomeação de Simão dos Santos como sargento-mor engenheiro das Ilhas, com a obrigação de ensinar na aula.
1724	A cidade foi abandonada e a maior parte dos seus edifícios encontram-se em ruínas; as fortalezas acham-se desguarnecidas.
1733	Não existe casa para Alfândega por estarem arruinadas todas as que algum dia serviram.
1735	Alvará de concessão à Câmara da Ribeira Grande do privilégio da venda de duas vacas a cada navio que aportasse à vila da Praia, com o fim de financiar a reconstrução dos edifícios e fortalezas da cidade.
1738	A miséria da terra é total. A maior parte da cidade está reduzida a <i>"pardieiros razos"</i> e as poucas casas que ainda se acham em pé encontram-se destruídas (Carta da Câmara da Ribeira Grande).
1754	O dormitório do Convento de São Francisco é destruído por um grande temporal. O Bispo D. Pedro Jacinto Valente abandona a sede do Bispado e fixa residência na ilha de Santo Antão.
1761	O ouvidor geral das Ilhas, Carlos José de Souto Matos, apela para que sejam reedificadas as cadelas da cidade (e da vila da Praia).
1762	O ouvidor-geral das ilhas, João Vieira de Andrade, fixa residência na Praia e envia relatório ao Rei, no qual dá conta do péssimo estado da cadela e fortalezas da Ribeira Grande.
1763	<i>"Esta cidade se acha inabitável de gente, porquanto todas as famílias principais da terra se acham assistindo nas suas fazendas, que têm no campo e têm deixado arruinar as suas casas da cidade"</i> (Bartolomeu de Sousa e Brito).
1764	A cidade encontra-se em total ruína, <i>"não há cadela nela, aonde se prendam os criminosos, por cuja razão se não pode administrar a justiça, as casas da Câmara destruídas, o açougue por terra, as calçadas arruinadas"</i> (Carta da Câmara da Ribeira Grande).
1765	Nomeação de Manuel Germano da Mata como sargento-mor engenheiro.
1766	Nomeação do capitão engenheiro António José de Santana.

1766 / 1779	Envio do engenheiro António Carlos Andreas para Cabo Verde, onde dirigiu as obras de fortificação e efectuou diversos levantamentos cartográficos.
1769	Transferência da sede do governo para a vila da Praia, sendo governador Joaquim Salema Saldanha Lobo; nomeação de António Félix do Amaral como sargento-mor.
1774	Despacho do Marquês de Pombal para a reedificação do Palácio Episcopal.
1784	A Misericórdia encontra-se degradada.
1838	Proposta do governador Joaquim Pereira Marinho para a demolição da Sé e construção de uma nova no Mindelo (Ilha de São Vicente) para onde se transferiria a capital.
1841	<i>"Apenas restos da igreja e do hospital da Misericórdia se mantinham de pé"</i> (BARROS, 1973). A fortaleza real encontrava-se arruinada. <i>"A cidade n'outro tempo possuiu muitas e boas casas de pedra e cal, e até muitas de cantaria de Portugal; havia até casas acasteladas, (...), resultado da combinação dos elegantes arabescos e suas esbeltas e soberbas colunas (...). Umas cabanas de pedra e barro cobertas de palha, constituem hoje toda a cidade"</i> (CHELMICHI, 1841).
1858	Elevação da vila da Praia a cidade, consumando-se a total ruína da Ribeira Grande.
1875	O bispo recusa a proposta do director das Obras Públicas de Cabo Verde para a demolição da Sé e reaproveitamento dos materiais para outras construções na Praia.
1884	O Palácio Episcopal já não existe.
1990	Recenseados 2425 habitantes na freguesia de Santíssimo Nome de Jesus, revelando acentuada vitalidade da pirâmide demográfica.
1997	A agricultura e a pesca mantêm-se como actividades económicas dominantes, registando-se ainda quatro unidades de avicultura, seis de fabrico de aguardente, cinco de comércio a retalho e dois botequins.
1999	O Inquérito Demográfico restrito à Cidade Velha regista 1316 habitantes.

Sequência dos Técnicos em Cabo Verde Séculos XVII-XVIII

1586 João Nunes

Sabendo-se que foi designado para assistir nas obras da fortaleza um João Nunes, julgamos ser o mesmo que era, em 1577 mestre das obras da cidade da Tânger, cargo que terá ocupado até 1617. Em 1578 esteve presente na jornada de África acompanhando o rei D. Sebastião, onde também estiveram Nicolau de Frias, António Mendes e Filipe Térzi. Fica cativo na batalha de Alcácer onde perde um filho. Em 1586, terá passado para Santiago supervisionando as obras da fortaleza de S. Filipe, supostamente desenhada por Terzi. Depois disso deve ter regressado a Tânger onde foi substituído em 1617 no seu posto por Jorge Tavares.

1696 - 1698 José Coutinho

Filho de João Coutinho que em 1649, começa a sua carreira no Brasil, serviu em 1663 no Alentejo, tendo trabalhado nas fortificações de Vila Viçosa e Montemor-o-Novo. Serve ainda em Trás-os-Montes e Angola e, em 1676, é nomeado engenheiro de Pernambuco com o posto de capitão de Infantaria. Neste mesmo ano pede para os filhos integrarem a carreira militar e José Coutinho é admitido tendo nesta altura menos de 14 anos de idade. Serve em Pernambuco com o pai desde 1667 até 1686. Nessa data vem ao reino e oferece-se como voluntário para Mazagão onde fica entre 1690 e 1691. Em 1692 é promovido a ajudante engenheiro das fortificações na província do Alentejo, trabalhando em Olivença e Évora. Em 1693, acompanha o governador superintendente das fortificações de Évora ao Algarve, onde participará na escolha dos locais para fortificação de Faro. Em 1696 é nomeado como capitão engenheiro das Ilhas de Cabo Verde e mais praças subordinadas aquele governo (ou seja a costa da Guiné, incluindo Cacheu e Bissau que desde 1692 tinha uma fortificação) e era pago pela Companhia de Cacheu e Cabo Verde. Posto que ocupou provavelmente até 1698, data em que é nomeado José Soares da Rocha.

1698 - 1710 José Soares da Rocha

Foi capitão engenheiro das ilhas de Cabo Verde e mais praças subordinadas aquele governo. Foi discípulo da aula de fortificação em Lisboa. Posto que ocupou provavelmente até 1710, quando é nomeado para o cargo José Gomes Correia

1710 - 1716 José Gomes Correia

Foi capitão engenheiro das ilhas de Santiago de Cabo Verde e mais praças subordinadas aquele governo. Era discípulo da aula de fortificação em Lisboa quando foi nomeado para o cargo, ressaltando-se o facto de ter sido muito bom aluno em aritmética segundo o então professor Domingos Vieira. Ocupou o posto até 1716, quando faleceu, tendo sido nomeado para o seu substituto Cristóvão Martins Figueira.

1716 – 1719 Cristóvão Martins Figueira

Foi nomeado sargento-mór engenheiro das ilhas de Cabo Verde e mais praças subordinadas aquele governo. Entre 1712 e 1714, serviu como engenheiro da província do Alentejo trabalhando especialmente na fortificação de Estremoz. Em 1719 depois de ter sido examinado pelo coronel engenheiro José da Silva Pais é nomeado sargento-mór engenheiro de Angola.

1723 Simão dos Santos

Foi capitão engenheiro de Mazagão entre 1718 e 1723. E neste ano é nomeado sargento-mór de infantaria com exercício de engenheiro das ilhas de Cabo Verde. Consta da sua carta de nomeação *será obrigado ensinar na aula aos que quiserem aprender para serem engenheiros*. Foi indicado para o cargo pelo engenheiro - mór do reino Manuel de Azevedo Fortes.

1765 Manuel Germano da Mata

Nomeado sargento-mór de infantaria das ilhas de Cabo Verde. A sua primeira missão nesse posto foi a construção da fortaleza de S. José de Bissau em 1766, para onde leva como subordinado António Carlos Andreas. Em 1776, os dois engenheiros desentendem-se e Carlos Andreas é degredado para Cabo Verde, Manuel Germano da Mata é promovido ao posto de tenente coronel. Em ano incerto entre 1766 e 1779 Germano da Mata regressa à corte e falece.

1766 António José de Santana

Foi praticante do número da aula de engenharia em Lisboa e foi nomeado capitão de infantaria com exercício de engenheiro para servir em Cabo Verde por 6 anos.

1766 –79 António Carlos Andreas

Começa a carreira como aprendiz de arquitectura nos Paços da Ribeira tendo-se notabilizado pela qualidade do seu desenho. Foi ajudante de Eugénio dos Santos e de Carlos Mardel na reconstrução de Lisboa. Segundo Cirilo Volkmar Machado um Carlos Andrea foi mandado em 1762 para Almeida durante as campanhas da guerra com a Espanha e nessa ocasião terá desobedecido as ordens régias. Foi preso e mandado para o Limoeiro de onde saiu em 1765 para servir nas ilhas de Cabo Verde. Integra-se nesse ano na expedição que sai de Lisboa para Bissau para a construção da fortaleza de S. José de Bissau comandada pelo sargento-mór Manuel Germano da Mata, com quem Andreas virá a se desentender também. Em 1766, é então degredado para a Ilha de Santiago de Cabo Verde. Permanecerá ali segundo o seu próprio relato por mais de 12 anos. Durante este período vai dirigir algumas obras de fortificação, levantar e desenhar várias plantas e mapas tanto das fortificações quanto das próprias ilhas e das povoações.

1769 António Félix do Amaral

Era ajudante de infantaria com exercício de engenheiro e foi promovido a sargento-mór de infantaria para servir nas ilhas de Cabo Verde e Bissau.

1778 José Luís de Braun

Não encontrámos maiores informações sobre este capitão que é o autor de duas plantas da fortaleza de S. José de Bissau, datadas de 1778 e 1780 que se encontram no AHU.

séc. XVIII João da Silva Feijó

Natural do Rio de Janeiro (1760-1824). Foi contemporâneo de Alexandre Rodrigues Ferreira. Tem uma formação académica de naturalista e pertenceu ao corpo de engenheiros e exerceu o secretariado do governo das ilhas de Cabo Verde. Não sabemos ao certo a data em que exerceu o cargo em Cabo Verde, mas podemos adiantar que no início do século XIX está de volta ao Brasil para trabalhar na capitania de Ceará.

Iconografia Levantada

Cartografia Manuscrita

1702

Engº. José Soares da Rocha, *Planta Do Novo Baluarte a Sancto Antonio. AAAA Obra aq.' o Sarg.º Mor Manoel Lopes Lobo tem dado cumprimento...ABBBBA Obra que de novo se acrescenta ao dº reducto p.ª mayor deffença... C, C; Desembarcadouros*. José Soares da Rocha. 4 de Agosto de 1702. Planta: Manuscrita, traço, aguarela, Dim. aprox. 420 x 573 mm. A.H.U. Col. Cartografia Ms. - 2. IV.CM. 117.

1706

Engº Capitão José Soares de Rocha, *Plantas Echonográficas e scenográficas do seminário da Ilha de Santiago de Cabo Verde*, Dim. aprox. 282 x 415 mm, Petipé - 100 palmos craveiras para ambas as plantas (127 mm), "Explicação". A.H.U. Col. Cartografia Ms - 3. IV. CM. 118

1769

Antônio Carlos Andrea, "*Planta da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Cabo de Verde, com as Fortificações, e o estado delas e da sua Artilharia*". Engº. Ant. Carlos Andrea, Planta: manuscrita, traço, aguarela, Dim. aprox. 408 x 316 mm. Contém: Escala Linear de 1000 palmos (81 mm), Topónimos na planta e em legenda., A.H.U. Col. Cartografia Ms. 119

1770

Antônio Carlos Andrea, "*Fortaleza Real da cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde, (...)*". 1 Planta, Col. manuscrita, traço, aguarela. Dim. aprox. 435x320 mm. Contém: Legenda das diversas rubricas alfabéticas da planta e quadro orçamental dos materiais necessários para a reconstrução da fortaleza. A.H.U. Col. Cartografia Ms. 5. IV. CM. 120.

1770

Antônio Carlos Andrea, "*Planta dos Fortes de S.Veríssimo e do Presídio, os quais estão mais próximos ao ancoradouro e porto principal de embarque e desembarque que tem a Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde(...)*" Planta bipartida 1 Planta, Manuscrita, traço, aguarela, Dim. aprox. 442x277 mm., Petipé para os fortes 500 palmos (130 mm). Contém: Legenda de diversas rubricas alfabéticas da planta, e quadro orçamental dos materiais necessários para a reconstrução da Fortaleza. A.H.U. Col. Cartografia Ms. - 6.IV. CM.121.

1770

Antônio Carlos Andrea, *Planta dos Fortes de S.João de Cavaleiros, Santo António de São Brás e de São Lourenço, os quais são os mais distantes do ancoradouro e se acham guarnecendo a costa da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. Planta: Manuscrita, traço, aguarela, Dim. aprox. 410x270 mm. Petipé 500 palmos (130 mm) – Legendas das diversas rubricas alfabéticas das plantas e o quadro orçamental dos diversos materiais necessário à reconstrução da fortaleza. A.H.U. Col. IV. CM.122.

1778

António Carlos Andrea, *"Planta da Cidade da Ribeira Grande, Citta na costa SO da Ilha se Santiago de Cabo Verde e Capital de todas as mais Ilhas do mesmo nome"*. Planta, Col.. manuscrita, traço, aguarela. Dim. aprox. 300x394 mm. Petipé de 2000 Palmos. A.H.U. Col. Cartografia. Ms. 8. IV. CM. 123

1778

António Carlos Andrea - Engº Marcelino Antonio Bastos, *Forte de S.António - do mais distante da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. Planta manuscrita, traço, aguarela. Dim. aprox.306x354 mm. Petipé 100 palmos A.H.U. Col. Cartografia Ms. 124

1778

António Carlos Andrea, *"Planta da Fortaleza Real da cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago em Cabo Verde com as ruínas indicadas"*. 1 Planta, Col. 3 (8): Manuscrito, traço, água-tinta. Contém: Escala linear de "100 palmos (80 mm). Petipé de 100 palmos (80 mm). A.H.U. Col. Cartografia. Ms. 10. IV. CM. 125

1778

António Carlos Andrea, *"Planta do Forte de S. Verrissimo Sitto na ponta do Mar mais proxima a Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde"*. 1 Planta, Col. 4 (8) : Manuscrita, traço, aguarela. Dim. aprox. 262x338 mm. Contém: Escala linear de "100 palmos (177 mm). A.H.U. Col. Cartografia Ms. 11. IV. CM. 126

1778

António Carlos Andrea, *"Planta da Fortaleza Real da cidade da Ribeira Grande na Ilha de Santiago de Cabo Verde"*. Legenda: *"Porção reedificada pello Governador Lobo (Joaquim de Salema Saldanha Lobo, 1768/77)"*. *"Cazas e hermda de S. Gonçalo reedificadas por o Governador Tigre (Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre, 1764/66)"*. *"Quarteis arruinados de outros tantos annos"*. 1 Planta, Col. manuscrita, traço, aguarela. Dim. aprox. 281x210 mm. Petipé de 300 palmos. A.H.U. Col. Cartografia Ms. 12. IV. CM. 127

1778

António Carlos Andrea, *"Planta do Forte de S.João dos Cavalleiros Sitto na ponta do mesmo nome Sitta na Cidade da Ribª grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde"*. Manuscrita, aguarelada. Dim. aprox. 28x35 cm. Petipé 200 palmos. A.H.U. Cartografia Manuscrita Cabo Verde nº 128.

1778

António Carlos Andrea, *"S. Verrissimo, S. Bráz e S. Lourenço e do Presídio"*. Plantas manuscritas aguareladas. Dim aprox. 28x18 cm. A.H.U. Cartografia Manuscrita Cabo Verde nº 129

1778

António Carlos Andrea, *Planta da Vila da Praya de Santa Maria e da sua espaçosa baía citas na ponta do SE da Ilha de Santiago de Cabo Verde*. (ca 1778). A.H.U. Cartografia Manuscrita Cabo Verde nº 130

1778

António Carlos Andrea, *Planta da Cidade da Ribeira Grande. Da Ilha de Santiago de Cabo-Verde em cuia planta se ve expressadas as vocações dos templos; nomes dos bairros, e ruas; como tambem' o destino dos principaes edefícios, e a quem pertencião; tudo porém no estado em que se achava em*

1778 . António Carlos Andreia. 0,642 x 0,436. Aguarelado Papel D & C Blauw IV. G.E.A.E.M. 1198/1A-9-13

Cartografia Impressa

1600

Theodoro de Bry (herdeiros), *De Cómo Conquistó El Capitán Francisco Drake La Ciudad e Ínsula de San Tiago*. Gravura inserida In : *America*, T Bry, Libro Octavo, 1600.

1612

Teodoro de Bry (herdeiros), *Verdadera Contrahechura de San Tiago*. Gravura inserida In : *America*, T Bry, Libro Noveno, Parte Segunda, 1612.

1612

Teodoro de Bry (herdeiros), *Verdadero Bosquejo de La Fortaleza de Praia*. Gravura inserida In *America*, T Bry, Libro Noveno, Parte Segunda, 1612

1635

Joannes van Reulen, "*Gezigt van de reed voor de Stadt S. iago (...)*", Escola holandesa, ca. 1635, Gravura a buril, aguarelada, Dim. aprox. 290x680 mm. A.H.U.Col. Iconografia, Estampas - I. IV. E450

Século XVIII

Anónimo, *S. iago: Sancta iago, à Lusitanis, tum viris tum tormentis (...)*. Monogramista S. S. (gravados). Cartografia: Cartografia, buril, aguarela. A.H.U. Col. Iconografia, Estampas - I. IV. E450

Século XVIII

Anónimo, "*Plan de La Ville et des Forts de St. Yago*". Gravura Francesa

1812

Lieut W. S. Dickinson Royal Eng.re., *Plan of Porto Praya, In the Island of the St. Jago, One of the Cape Verd Islands* by Lieut W. S. Dickinson Royal Eng.re. 1812. Litografia sobre papel. Escala: 1:18.522, aprox.. Dimensão da mancha: 448x290mm. Dimensão externa: 504x334mm. Junta de Investigação do Ultramar. Pasta 26, nº 1.

1827

José Joaquim Lopes de Lima, *Planta Hidrográfica do Porto da Villa da Praya na Ilha de São Thiago Levantada por José Joaquim Lopes de Lima, então comandante da Escuna de Guerra Conceição de estação na Província de Cabo Verde e por ele mesmo publicada em 1844*. Escala: 1 milha marítima de 60 ao grau. Dimensão da mancha: 175x243mm. Dimensão externa : 215x290 mm . In: *Ensaios sobre estatísticas das possessões portuguesas*, por José Joaquim Lopes de Lima, Livro I ,Parte II, Lisboa, 1884.

1841

Manuel Luiz, *Villa da Praia*. - Santiago (Ilha de Cabo Verde). Dimensão da mancha: 145x225mm. Dimensão da externa: 190x250mm. Lithografia de Manuel Luiz, In: *Corografia Cabo-Verdeana*, por José Conrado Carlos de Chelmicki, Tomo I, 1841, Lisboa. p.VI

1841

Manuel Luiz R. N. dos Martyres, *Planta do Porto da Villa da Praia da Ilha de Cabo Verde*. Dimensão da Mancha: 233x360 mm. Dimensão da externa: 264x388mm. A. Villa da Praia, Hum Castelinho e a bateria de 24 peças, B. Ponta Temerosa na qual a bateria com 3 peças he collocada, C. Ilheo, D. Desembarque na praia/grande, E. Alfandega, F. Fonte-Anna, G. Desembarque da Pedra Negra, H. Fazenda nova de S. João Bento, K. Bateria e antigamente Vigia, V. Famosa árvore Calabaceira pelo seu tamanho. In: *Corografia Cabo-Verdeana*, por José Conrado Carlos Chelmicki, Tomo I, 1841, Lisboa, p.74

1864

Travassos Valdez, *"Ilha de S. Thiago, cidade da Ribeira Grande"*. Litografia, in Francisco Travassos Valdez, *África Ocidental - Notícias e considerações*, Tomo I, Lisboa, 1864. A.H.U. Cabo Verde, Secção Cartográfica e Iconográfica

1882

2ª Tenente Emygdio Fronteira, *Planta Hydrographica do Porto da Praia Ilha de S. Thiago de Cabo Verde* Levantada em 1882 pelo 2ª Tenente Emygdio Fronteira, Guardas marinhas F.co Assis Camillo J.or e Hugo de Lacerda da Guarnição da Canhoneiro Rio Lima do commando do Cap.º Ten.te Segismundo Costa. Escala: 1:8000. Dimensão da Mancha: 376x475mm. Dimensão externa: 523x650 mm. Sociedade Geografia de Lisboa Pasta C – 67

1882

2º Tenente Emygdio Fronteira, *Planta Hidrographica do Porto da Praia Ilha de S. Thiago de Cabo Verde*, levantada pelo 2º Tenente Emygdio Fronteira e Guardas Marinhas F.º Assis Camilo J. e Hugo Lacerda da guarnição da canhoneira Rio Lima do commando do Cap. Ten.te Segismundo Costa. Dimensão da mancha: 391x472mm. Dimensão externa: 411x499mm. Sociedade Geografia de Lisboa

1886

2º Ten.te Emygdio Fronteira, Camilo Junior e Hugo Lacerda, *Commissão da Cartographia Oceano Atlântico Norte Africa Archipelago de Cabo Verde Ilha de S. Thiago Plano Hydrographico do Porto da Praia* 1886. Escala: 1:8000. Dimensão da mancha: 470x403mm. Dimensão externa: 545x470mm. Junta de Investigação do Ultramar. Pasta 26, nº 6.

1888

Secretaria das Obras Públicas da Praia, Cabo Verde, *Planta Incompleta da Cidade da Praia na Ilha de S. Thiago*. Escala: 1:2500. Dimensão da mancha: 297x412mm. Dimensão externa: 382x489mm. Sociedade Geográfica de Lisboa. Gaveta G – 27

1912

Ernesto Freire D.dor, *Planta da Cidade da Praia*. Escala: 1:8000. Dimensão da mancha: 108x167mm Dimensão externa: 150x223mm In: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5º, Março de 1929, nº45 p.104

1968

Câmara Municipal da Praia, *Planta baseada no levantamento topográfico efectuado pela câmara Municipal da Praia datado de 1968*. In *"... Ribeira Grande a Cidade Velha... devenir d'une Ville historique mission d'évaluation ordonnée par: l' Institute National de Culture du Cap-Vert et effectuée*

*par: Paul-Emile Simon Architect-Urbaniste DPLGF Consultant de l'Unesco
première phase: diagnostic et pronostic. Praia, Octobre 1992.*

1996

Constantino Évora , Fernando Costa, Ventura Tavares e José Francisco Semedo- CMP, Câmara Municipal da Praia. D:M:U - Serviço de Topografia e Cadastro. *Levantamento Planimetrico*. sistema UTM. Projecto N° 036.I/96. Escala 1/1000. Câmara Municipal da Praia. D:M:U: Serviço de Topografia e Cadastro